

A POLÍTICA DE ASSISTÊNCIA SOCIAL NO CONTEXTO TERESINENSE: Gestão e boas práticas



Alessandra Sobral Bezerra
Antônio Ronaut Soares Pedrosa Júnior
Carmen Célia Araújo Gomes
Cássia Maria Lopes Dias Medeiros
Dannylo Cavalcante Alves
Francisco de Assis Moreira Sousa
Francisco Soares da Silva Neto
Gisleide Maria Prado
Iago Fortes Soares Menor
Iracilda Alves Braga
Izabete dos Santos Lima
Karla Vianna Azevedo de Oliveira
Leomar Ferreira do Nascimento
Luiza de Marilac Lima da Silva
Marfisa Martins Mota de Moura
Maria do Carmo da Costa e Silva
Marina Pinheiro Sousa
Mauricéia Ligia Neves da Costa Carneiro
Poliana de Oliveira Carvalho
Teresa Cristina Moura Costa

A POLÍTICA DE ASSISTÊNCIA SOCIAL NO CONTEXTO TERESINENSE: GESTÃO E BOAS PRÁTICAS





UNIVERSIDADE
FEDERAL DO PIAUÍ
UNIVERSIDADE FEDERAL DO PIAUÍ

Reitor

José Arimatéia Dantas Lopes

Vice-Reitora

Nadir do Nascimento Nogueira

Superintendente de Comunicação

Jacqueline Lima Dourado

Editor

Ricardo Alaggio Ribeiro

EDUFPI - Conselho Editorial

Ricardo Alaggio Ribeiro (presidente)

Acácio Salvador Veras e Silva

Antonio Fonseca dos Santos Neto

Cláudia Simone de Oliveira Andrade

Solimar Oliveira Lima

Teresinha de Jesus Mesquita Queiroz

Viriato Campelo



Editora da Universidade Federal do Piauí - EDUFPI

Campus Universitário Ministro Petrônio Portella

CEP: 64049-550 - Bairro Ininga - Teresina - PI - Brasil

Todos os Direitos Reservados

Iracilda Alves Braga (org.). A POLÍTICA DE ASSISTÊNCIA SOCIAL NO CONTEXTO TERESINENSE: gestão e boas práticas/ Iracilda Alves Braga, et al, Teresina, EDUFPI, 2018.

176 f. : il.

ISBN:

1. Assistência Social. 2. Sistema Único de Assistência Social. 3. Trabalho Social. 4. Família. 5. Gestão Pública. 6. Boas Práticas.

COMISSÃO DE AVALIAÇÃO DAS BOAS PRÁTICAS:

Dra. Iracilda Alves Braga (SEMCASPI)

Dra. Mauricéia Ligia Neves da Costa Carneiro (SEMCASPI)

Dra. Marfisa Martins Mota de Moura (SEMCASPI)

Dra. Rosilene Marques Sobrinho de França (UFPI)

APRESENTAÇÃO

No município de Teresina, a política pública de Assistência Social tem construindo uma trajetória que vem sendo erigida com a participação de vários atores ancorada no pacto federativo, na garantia da transparência e no zelo pela primazia da responsabilidade do Estado.

A efetivação das diretrizes desta Política passa pela execução de serviços, benefícios e programas que tem se concretizado a partir da construção do Sistema Único de Assistência Social - SUAS. A institucionalização do SUAS foi um marco para afiançar e consolidar a Assistência Social como uma política pública com seus desafios e avanços.

Sabemos que construir uma política é desbravar caminhos e é assim que estamos executando a política de Assistência Social no nosso município. Esse processo envolve execução de ações, como também, reflexões sobre os caminhos que essas ações percorrem para garantir a provisão de direitos.

Nessa coletânea, abre-se espaço para disseminar reflexões, expor ideias e boas práticas que a partir das suas realidades vem contribuindo para inovação e modernização do SUAS, agregado a participação de profissionais que atuam de forma ativa e comprometidas com o desenvolvimento e aperfeiçoamento desse sistema.

Assim, convidamos a todos(as) para percorrer, a partir das reflexões do seu corpo técnico, os caminhos que a Política de Assistência Social vem delineando para alcançar o seu propósito maior que é a promoção dos direitos sociais, essência para a garantia de um Estado com cidadania e justiça social.

Teresina (PI), novembro de 2018.

FRANCISCO SAMUEL LIMA SILVEIRA

SUMÁRIO

	Prefácio	9
	<i>Rosilene Marques Sobrinho de França</i>	
	PARTE I – GESTÃO DO SUAS EM TERESINA	
1	A política de Assistência Social no contexto da seguridade social: aspectos históricos e desafios na conformação do Sistema Único de Assistência Social <i>Teresa Cristina Moura Costa</i>	15
2	A Política de Assistência Social em Teresina (PI): trajetória e provisão de serviços e benefícios socioassistenciais <i>Iracilda Alves Braga</i> <i>Mauricéia Ligia Neves da Costa Carneiro</i>	31
3	O público e o privado no Sistema Único de Assistência Social em Teresina, Piauí <i>Marfisa Martins Mota de Moura</i>	45
4	Parâmetros teóricos metodológicos para o acompanhamento familiar através de grupos <i>Poliana de Oliveira Carvalho</i>	61
5	As dimensões do trabalho dos/das assistentes sociais no serviço de proteção e atendimento integral à família (PAIF) em Teresina <i>Karla Vianna Azevedo de Oliveira</i>	75
6	As contribuições do programa bolsa família para a garantia do acesso e permanência dos alunos no espaço escolar a partir do olhar dos profissionais da educação <i>Luiza de Marilac Lima da Silva</i>	93

PARTE II – BOAS PRATICAS DO SUAS EM TERESINA

- 7 Trabalho social com famílias no Sudeste III: a centralidade nas necessidades das famílias 109
Antonio Ronaut Soares Pedrosa Júnior; Dannylo Cavalcante Alves
- 8 Grupo de desenvolvimento familiar “gênero” no CRAS Sudeste III: O enfrentamento à desigualdade de gênero 119
Antonio Ronaut Soares Pedrosa Júnior; Dannylo Cavalcante Alves
- 9 TV Cidadania: o trabalho infantil em foco (relato de experiência da Casa de Zabelê) 131
Francisco de Assis Moreira Sousa; Gisleide Maria Prado; Iago Fortes Soares Menor
- 10 “Era uma vez”... grupo intergeracional (Relato de Experiência do Lar de S’antana) 145
Francisco Soares da Silva Neto
- 11 Construindo laços de afeto e proteção: uma realidade vivenciada pelas crianças da Casa de Acolhimento Reencontro 153
Alessandra Sobral Bezerra; Cássia Maria Lopes Dias Medeiros; Izabete dos Santos Lima; Marina Pinheiro Sousa
- 12 Os Avanços do Serviço Especializado em Abordagem Social (SEAS) na Política de Assistência Social no Município de Teresina: a experiência do Centro de Referencia para população em situação de rua (CENTRO POP) 169
Carmen Célia Araújo Gomes; Leomar Ferreira do Nascimento; Maria do Carmo da Costa e Silva

PREFÁCIO

Me sinto imensamente honrada em prefaciar este livro intitulado *A política de Assistência Social no contexto teresinense: gestão e boas práticas*, por representar a expressão de um espaço e de pessoas que protagonizam cotidianamente esforços em prol da proteção social em sua mais ampla dimensão: a produção da vida e do vivido social dos sujeitos a partir dos parâmetros da cidadania.

A coletânea examina os processos, os contextos e a trajetória da política de Assistência Social em Teresina, com seus atores, sujeitos e lutas historicamente construídas, a partir de um trabalho afirmativo, reflexivo e de compromisso com a população de Teresina no sentido do acesso a seus direitos.

A primeira parte, a abordagem da gestão do Sistema Único de Assistência Social (SUAS), apresenta uma importante discussão acerca dos processos sociohistóricos que contribuíram para a construção da política de Assistência Social no contexto da Seguridade Social, com destaque para os desafios apresentados na conformação do Sistema Único de Assistência Social, considerando a construção dos espaços públicos e privados, os parâmetros teóricos metodológicos para o acompanhamento familiar, as dimensões do trabalho dos/das assistentes sociais e as contribuições do Programa Bolsa Família para a garantia dos direitos de crianças, adolescentes e suas famílias.

Por sua vez, a segunda parte apresenta as boas práticas do SUAS em Teresina, abordando o trabalho social com famílias desenvolvido pelo Centro de Referência da Assistência Social (CRAS), com um enfoque especial para a discussão acerca do enfrentamento à desigualdade de gênero e ao trabalho infantil, contexto em que as experiências exitosas mostram a importância da reconstrução e do fortalecimento de vínculos familiares e comunitários, notadamente no que se refere aos desdobra-

mentos do trabalho executado pelo Serviço de Acolhimento Institucional para Crianças e Adolescentes e da atuação do Centro de Referência Especializado para População em Situação de Rua (CENTRO POP).

Ao tempo em que expressam resultados de estudos, de pesquisas e de experiências exitosas, os textos produzidos apontam para caminhos possíveis de serem trilhados pelos atores do Sistema Único de Assistência Social, mostrando o protagonismo de Teresina na discussão e na construção de espaços voltados para ofertas de serviços socioassistenciais pautados pelos parâmetros da descentralização e da participação.

Nesse sentido, apresenta uma importante contribuição no sentido do fortalecimento do SUAS, ao discutir estratégias de trabalho com as famílias e seus membros a partir do território enfatizando as competências ético-políticas, técnico-operativas e teórico-metodológicas, inclusive de mobilização da sociedade civil, mostrando que esta tem um relevante papel na discussão das questões que perpassam a operacionalização da política de Assistência Social.

As experiências exitosas demonstram, sobretudo, que as ações socioassistenciais se articulam a outras políticas públicas, fazendo com que o território seja o *locus* e expressão das relações, acessos e produção de caminhos para o trabalho em rede, de forma a romper com as práticas fragmentadas e segmentadas, apresentando o cotidiano como dimensão que perpassa a produção das condições materiais necessárias ao enfrentamento das desigualdades étnicas, etárias, geracionais, de gênero e de renda, enquanto expressões da questão social.

Consolidar a expansão e a qualificação das ações da Assistência Social ainda é um desafio na realidade brasileira, com o desenvolvimento de serviços, programas, projetos e benefícios que venham a respeitar as diversidades socioeconômicas, territoriais, políticas, étnicas e culturais, com a garantia da proteção social pautada em uma relação democrática entre Estado e sociedade civil, com vistas à garantia dos direitos socioassistenciais.

Nesse contexto, ao discutir as questões que perpassam a gestão e a operacionalização da política de Assistência Social na perspectiva do SUAS, a coletânea contribui significativamente para a ampliação da promoção de práticas qualificadas, integradas e afirmativas, pautadas nos princípios da pluralidade, da diversidade e do respeito aos direitos, no combate às discriminações de gênero, por orientação sexual, por deficiência, etárias, étnicas e de classe social em contextos de múltiplas de-

terminações frente às expressões da questão social que afeta as famílias e seus membros.

Ao abordar as temáticas a partir de um caráter participativo, dialógico e plural, a produção ressalta a importância do desenvolvimento de práticas pautadas na centralidade do trabalho, reafirmando o seu valor na produção do ser social a partir de ações que favoreçam os saberes e fazeres coletivos, como forma de problematização das contradições que perpassam as relações políticas, econômicas e sociais no contexto da sociedade capitalista.

As reflexões apontam ainda para a importante tarefa de diagnosticar e intervir junto à realidade a partir de um trabalho integrado, interdisciplinar e intersetorial articulado às lutas sociais, tendo como base a primazia do poder público na oferta dos serviços socioassistenciais, como forma de atendimento às demandas socialmente produzidas.

De forma que este livro traz para o(a) leitor(a) amplas e significativas contribuições, notadamente no que se referem aos referenciais éticos, políticos, teóricos e metodológicos, a partir da experiência dos(as) autores(as), traduzindo o esforço, o compromisso e a vontade de transformar sentidos, expressões e vivências, tendo como base a garantia de direitos, como forma de fortalecimento e defesa dos pilares da política social, da democracia e da cidadania.

PROFA. DRA. ROSILENE MARQUES SOBRINHO DE FRANÇA
Docente do Departamento de Serviço Social/ UFPI

PARTE I – GESTÃO DO SUAS EM TERESINA

A POLÍTICA DE ASSISTÊNCIA SOCIAL NO CONTEXTO DA SEGURIDADE SOCIAL: ASPECTOS HISTÓRICOS E DESAFIOS NA CONFORMAÇÃO DO SISTEMA ÚNICO DE ASSISTÊNCIA SOCIAL¹

TERESA CRISTINA MOURA COSTA²

1 INTRODUÇÃO

Historicamente, a Assistência Social configurou-se como uma política pautada na base do favor, do clientelismo, com ações pontuais e pouco efetivas, realizadas muito mais pela sociedade sob as bases da tradição e da moral do que pelo Estado. Pode-se afirmar que a proteção social desenvolvida via ações assistenciais, nesse período esteve pautada na tradição com forte cunho moral, manifestado através da “ajuda aos

¹ O artigo é parte da dissertação de mestrado do Programa de Pós Graduação da Universidade Federal do Piauí intitulada “*A Proteção social às famílias na implementação da política de assistência social em Teresina: o caso dos Centros de Referência da Assistência Social*”, defendida em 2012.

² Sou assistente social da Secretaria Municipal de Cidadania, Assistência Social e Políticas Integradas, onde atuo na Política de Assistência Social desde 2005, colaborando com a execução, o assessoramento e a gestão de serviços e benefícios do SUAS. Também sou docente do curso de graduação em Serviço Social e coordeno uma pós-graduação lato sensu. O compromisso com a política social e com a formação profissional impulsionou a necessidade de investigá-la no campo científico, razão pela qual venho aprofundando meus estudos na área. Possuo mestrado em Políticas Públicas (UFPI) e doutorado em Serviço Social (UFPE). E-mail: tcmcosta@hotmail.com

pobres” que, por incompetência não lograram êxito para garantir o próprio sustento.

A reconhecimento dessa área pelo Estado brasileiro e incorporação como política pública só acontecerá a partir da Constituição Federal de 1988 que dedica, no capítulo da Seguridade Social, uma secção específica para a Assistência Social prevendo, inicialmente, em seu artigo 203, os destinatários deste segmento da ordem social. Já o artigo 204, não somente, indica a fonte primária dos recursos que custearão tais ações, mas sobretudo, as diretrizes a serem adotadas na política de Assistência Social. No que diz respeito às ações a serem desenvolvidas, dois princípios contidos no artigo 204 da Constituição são inovadores e de indiscutível importância para o seu completo êxito, ou seja, o que se refere à descentralização político-administrativa e o relativo à participação da sociedade brasileira na discussão dos temas afetos ao setor.

No entanto, Política de Assistência Social adquiriu maior visibilidade com a aprovação da Política Nacional de Assistência Social (PNAS) em 2004 que define competências e organiza a execução da política em um sistema hierarquizado, descentralizado e participativo. O Sistema Único de Assistência Social – SUAS – define a atuação da política em dois níveis de proteção: Proteção Social Básica e a Proteção Social Especial.

Diante desse avanço, o estudo buscou responder à seguinte questão de pesquisa: qual o significado da inserção da Assistência social na Seguridade Social? Que tipo de proteções e seguranças devem ser afiançadas? Dessa forma, o estudo tem como objetivo discutir o significado da inserção da Política de Assistência Social no contexto da Seguridade Social brasileira, assim como refletir sobre a proteção social no âmbito do Sistema Único de Assistência Social.

Para responder a esses questionamentos e objetivos, a investigação utilizou a abordagem qualitativa que, de acordo com Minayo (1999), está centrada na análise da forma como a prática se constrói em uma determinada realidade, aprofundando questões que não podem ser quantificadas tendo em vista que se expressam no campo das relações, dos processos e dos fenômenos.

Assim, no primeiro momento trataremos da contextualização e problematização da inserção da Política de Assistência Social na Seguridade Social e, em seguida, algumas reflexões sobre a proteção social a ser provida no SUAS.

2 O SIGNIFICADO DA INSERÇÃO DA POLÍTICA DE ASSISTÊNCIA SOCIAL NA SEGURIDADE SOCIAL BRASILEIRA

A inserção da política de assistência social no campo da seguridade social brasileira, na perspectiva da CF/1988, torna-a provedora de seguranças sociais, o que exige a introdução de uma competente gestão estatal, com estratégias de planejamento público participativo como uma ferramenta essencial à promoção das mudanças que precisam ser efetivadas. A posição da assistência social, como política pública que compõe o tripé da seguridade social, exige que ela supere a atuação a partir de programas sociais deste ou daquele governo para desenvolver um sistema de proteção social contínuo.

Assim, o entendimento constitucional da Assistência Social como política de Seguridade Social, juntamente com a saúde e a previdência social, apresenta-se para Sposati (2007) como uma inovação na cultura política brasileira, considerando que o atual formato exige novas posturas e mudanças significativas no desenvolvimento das ações, com significativas alterações nas relações de poder na institucionalidade brasileira. Impõe, ainda, o desafio de assegurar direitos constitucionalmente garantidos, o que requer uma significativa e progressiva transformação de uma atuação assistencialista e paternalista para o desenvolvimento de ações públicas de cunho emancipador e transformador.

O marco regulatório específico da Política de Assistência Social aconteceu em 07/12/1993, quando foi promulgada a Lei 8.742 - Lei Orgânica da Assistência Social – LOAS que constitui-se no pontapé inicial em direção à materialização do texto constitucional. A Lei traz, de acordo com Bonfim (2009, p. 57), mudanças nos eixos da “implementação dos direitos”, da “implementação de uma nova forma organizativa e institucional” e “a necessidade de reformulação de toda a estrutura financeira”.

No que se refere à implementação dos direitos, observa-se que a Lei Orgânica da Assistência Social, entre outras atribuições, estabeleceu a garantia de provisão de ações voltadas para o atendimento à família, às gestantes, às nutrizes, às crianças, aos adolescentes, aos idosos, às pessoas portadoras de deficiência, aos desempregados afetados em suas necessidades básicas. Além disso, ampliou a proteção social com base não contributiva ao estabelecer a concessão de uma renda mínima para idosos com mais de 65 (sessenta e cinco) anos e pessoas com deficiência incapacitante para o trabalho e para os atos da vida independente que não têm

como prover sua subsistência ou tê-la provida pela família.

Para tal, a descentralização político-administrativa e a participação da sociedade civil, através das instâncias de controle social prevista na LOAS, passaram a ser implementadas, haja vista que pressupunha um sistema que viabiliza uma autonomia dos gestores nas diferentes esferas de governo e coloca o Governo federal na coordenação da Política Nacional de Assistência Social.

Corroborando a ideia, Pereira (2.000) destaca que essa foi a área que mais se diferenciou das demais Constituições, tendo em vista que obteve o seu reconhecimento como direito, abrindo a possibilidade de rompimento com a tradição do assistencialismo, da segmentação e com o caráter contributivo.

Por outro lado, Sposati (2007) destaca que a inserção da assistência social na política de Seguridade Social apresenta-se, fortemente, focalizada em fatias do contingente de pobreza, sem, contudo, dar conta da totalidade de suas vulnerabilidades e riscos sociais. Para Sposati (2007) enquanto for atribuída a responsabilidade da assistência social ao trato do pobre, ela não será uma política de direito de cidadania. Essa é uma das questões centrais da inserção da assistência social no contexto da política de Seguridade Social: a definição de seu campo de atuação.

Acresce-se a isso, o fato de que, embora tenhamos alcançado avanços no campo legal, o caráter clientelista, corporativista, pontual e pouco sistemático, ainda são muito presentes no âmbito da Política de Assistência Social.

Percebe-se que a atenção dessa Política volta-se desde aos segmentos mais fragilizados pela pobreza e àqueles que não conseguem acesso ao mercado, seja pela limitação física ou etária. Ressalte-se, contudo, que a proteção primeira é a individual e a familiar. Somente quando essas instâncias de proteção falharem é que o Estado entra com a intervenção.

Não obstante, é preciso considerar que a realidade brasileira está imersa em um contexto em que a família e a sociedade tem poucas possibilidades de garantir essa proteção. Isso porque, concordando com Iama-moto (2010, p. 125), vive-se um momento de “banalização do humano”, de “descartabilidade” e de “indiferença” onde os sujeitos não só não se integram ao trabalho como, também, são profundamente estigmatizados pela sociedade, vivendo assim, num contexto de insegurança e, portanto, de risco e de vulnerabilidade, advindas da incapacidade do Estado de garantir proteção social que assegure a cobertura de riscos que passam a

“acarretar degradação da situação dos indivíduos como a doença, o acidente, a velhice sem recursos, as circunstâncias imprevisíveis da vida que podem culminar, em casos extremos de decadência social”. (CASTEL, 2005, p. 7).

Nessa direção, Sposati (2007) atenta para necessidade de perceber a atenção dessa política de forma ampliada, superando sua histórica vinculação com a pobreza que acaba por considerar o cidadão alvo de ações específicas, como se suas necessidades fossem diferentes das necessidades dos demais cidadãos:

A condição de ser pobre não gera direitos. É a condição de ser cidadão que os gera. Por consequência, enquanto for atribuída a responsabilidade da assistência social ao trato do pobre, ela não será uma política de direito de cidadania. Esta é uma das questões mais difíceis a ser enfrentada, pois muda o ‘polo energético’ da assistência social. (SPOSATI, 2007, p. 441)

A assistência social amplia, assim, sua atuação para além da pobreza e volta-se para o atendimento das situações de vulnerabilidade e de risco social geradas nos campos relacionais da vida humana, aprofundando determinadas seguranças sociais. Essa característica exige o rompimento com a concepção historicamente construída de que a função assistencial deve ser emergencial, sem produzir resultados mais duradouros, ao contrário, como política pública, ela deve ofertar as condições necessárias à redução das desigualdades sociais geradas pelas contradições do sistema capitalista, respondendo de forma racional e programática às demandas e necessidades sociais (SPOSATI 2007).

A assistência social se insere, nesse contexto, como uma política voltada para o atendimento de uma parcela da população que está desprovida do trabalho e das condições mínimas de sobrevivência e ao mesmo tempo, dos incluídos no mercado de trabalho precarizado. Percebe-se, contudo, que ela não tem conseguido trabalhar de forma efetiva com esse público, tendo em vista que a questão do desemprego e da precarização do trabalho remetem a estratégias de enfrentamento que precisam ser gestadas no âmbito de outras políticas sociais e, ao mesmo tempo, com a política econômica.

Assim, a Política de Assistência Social implementada no Brasil não tem apresentado programas estruturantes para os aptos ao trabalho,

mesmo para os que ultrapassam, insignificadamente, as estreitas faixas salariais que os programas de transferência de renda estabelecem, o que na verdade não efetiva a redução de desigualdades sociais, nem tampouco a geração de renda, ficando desprotegida grande parcela da população brasileira. (BOSCHETTI, 2003).

Nessa perspectiva, a política, embora regulamentada, não consegue avançar no campo da concretização dos direitos. Cabe ressaltar os ensinamentos de Sader e Gentili (1995), quando afirmam que as estratégias neoliberais, desencadeadas na década de 1990, privilegiaram a implantação de programas pontuais com forte tendência ao repasse para a sociedade de ações de enfrentamento da pobreza, do qual o Plano de Combate à Fome e à Miséria eo Programa Comunidade Solidária, implementados na década de 90, são exemplares.

Esse quadro situacional reafirma as abordagens de Pereira (2000), em relação ao desenho institucional socioassistencial implementado pela Constituição Federal de 1988, demonstrando um gradativo afastamento do Estado neoliberal da garantia dos mínimos sociais à população brasileira em situação de vulnerabilidade e de risco social, sendo que, em contrapartida, tem estimulado a participação da sociedade civil por meio do estabelecimento de parcerias no desenvolvimento das ações.

Observa-se que a Política de Assistência Social tem assumido um papel central no controle da pobreza em face da ordem capitalista neoliberal, que exige necessariamente a pactuação de ajustes para a manutenção e reprodução do capital, contudo, essa inserção tem ocorrido a partir de um caráter seletivo e focalista das ações assistenciais que restringem o seu âmbito de ação às situações de indigência, sem modificar as causas das desigualdades sociais geradas no contexto do sistema capitalista³.

Em 2004, a IV Conferência Nacional da Assistência Social delibera pela implantação da Política Nacional da Assistência Social, abrindo espaço para o fortalecimento e ampliação das ações no âmbito dessa política e destacando-se como estratégia de efetivação da proteção social a ser garantida por essa política, institui o Sistema Único de Assistência Social

³ Analisando-se o contexto brasileiro atual, observa-se que, segundo os dados do IBGE (2010), o Brasil tem 16,27 milhões de pessoas em extrema pobreza, o que representa 8,5% da população. Destes, 46,7% das pessoas na linha de extrema pobreza residem em área rural e 53,3% em áreas urbanas, sendo que a maior parte dos extremamente pobres encontra-se na região Nordeste, compreendendo um total de 9,61 milhões de pessoas, o que representa um percentual de 59,1%.

que estabelece os parâmetros para a organização da oferta de serviços e benefícios no âmbito da Assistência Social.

3 A PROTEÇÃO SOCIAL NO ÂMBITO DO SISTEMA ÚNICO DE ASSISTÊNCIA SOCIAL

Como um dos tripés da Seguridade Social, a Assistência Social apresenta-se como política de proteção social não contributiva, cabendo-lhe prover ações preventivas e protetivas a pessoas e famílias em situação de vulnerabilidade, de riscos e de danos sociais. Nesse sentido, deve prover proteção social básica e especial, independente da contribuição financeira ou da situação legal do usuário (SPOSATI, 2007).

As situações de vulnerabilidade e de risco sociais encontram-se no campo relacional da vida humana, atuando, portanto, no âmbito societário, visando o desenvolvimento e emancipação de seus usuários.

Implementada no contexto de ajustes neoliberais, a Política Nacional de Assistência Social (PNAS), aprovada em 2004, reafirma o conteúdo da Lei Orgânica da Assistência Social, bem como o seu caráter protetivo ao estabelecer diretrizes, público alvo e organizar as ações em base sistêmica com a implantação do Sistema Único de Assistência Social. Como política de proteção social, a Assistência Social orienta-se pelos seguintes princípios:

- I – supremacia do atendimento às necessidades sociais sobre as exigências de rentabilidade econômica;
- II – universalização dos direitos sociais, a fim de tornar o destinatário da ação assistencial alcançável pelas demais políticas públicas;
- III – respeito à dignidade do cidadão, à sua autonomia e ao seu direito a benefícios e serviços de qualidade, bem como à convivência familiar e comunitária, vedando-se qualquer comprovação vexatória de necessidade;
- IV – igualdade de direitos no acesso ao atendimento, sem discriminação de qualquer natureza, garantindo-se equivalência às populações urbanas e rurais;
- V – divulgação ampla dos benefícios, serviços, programas e projetos assistenciais, bem como dos recursos oferecidos pelo Poder Público e dos critérios para sua concessão (BRASIL, 2004, p. 33).

Nessa perspectiva, organiza as ações em base sistêmica, definin-

do os programas, os projetos e os serviços de caráter eventual ou continuado, de acordo com o nível de vulnerabilidade e de risco gestados na sociedade, como a ausência de renda, as discriminações por deficiência, por idade, de gênero, dentre outras. São riscos que decorrem de situações “instaladas no campo relacional da vida humana” associados a (in)sustentabilidade de vínculos sociais e às incertezas sociais. (SPOSATI, 2007, p. 449).

Assim, são funções da Assistência Social, de acordo com a Norma Operacional Básica do Sistema Único da Assistência Social (NOB/SUAS): proteção social, vigilância socioassistencial e defesa interinstitucional. A Proteção Social, nessa política, opera de acordo com Sposati (2007, p. 450) sob três situações: a primeira refere-se à proteção das “fragilidades próprias do ciclo de vida do cidadão”, o que remete ao diálogo com os direitos da criança, do adolescente, dos jovens e dos idosos, entendendo suas especificidades; a segunda opera sobre a proteção “às fragilidades da convivência familiar”, entendendo que a família, como base da sociedade, vem sendo afetada por mudanças diversificadas no contexto social, contudo, é a unidade de referência afetiva dos seus membros, carecendo, pois, de atenção especializada; finalmente, a terceira refere-se “à proteção à dignidade humana e às suas violações” e inclui a necessidade de trabalhar com respeito à “heterogeneidade e à diferença, sem discriminação ou apartação”.

Nesse esforço, o Sistema Único da Assistência Social (SUAS) opera por meio da hierarquização das ações em dois níveis de proteção: Proteção Social Básica e Proteção Social Especial. Para definir os mecanismos de operacionalização dos dois níveis de proteção do SUAS, o Conselho Nacional de Assistência Social aprovou a Resolução Nº 130 de SUAS, em 15 de julho de 2005, que dispõe sobre a Norma Operacional Básica da Assistência Social – NOB- SUAS, a Resolução Nº 01, de 25 de janeiro de 2007, que dispõe sobre a Norma Operacional Básica de Recursos Humanos do SUAS – NOB-RH/SUAS, a Resolução Nº 109, de 11 de novembro de 2009 que aprovou a Tipificação Nacional de Serviços Socioassistenciais, a Lei 12.435, de 06/07/2011, que prevê legalmente a organização dos serviços socioassistenciais sob a forma de sistema descentralizado e participativo, denominado Sistema Único de Assistência Social (SUAS).

A Proteção Social Básica prevê, então, o desenvolvimento de um conjunto de programas, de projetos e de serviços continuados, voltados

para as famílias na perspectiva de prevenção de situações de risco por meio do fortalecimento dos vínculos familiares e comunitários.

Os serviços de Proteção Social Básica são desenvolvidos nos Centros de Referência da Assistência Social (CRAS), que se constituem em unidades públicas estatais responsáveis pela execução de programas, de projetos e de serviços que, reforçando a família como unidade de proteção e garantindo o acesso das mesmas às outras políticas públicas, garantem o fortalecimento do convívio, da autoestima e o desenvolvimento de potencialidades e aquisições capazes de evitar a incidência de riscos. É, também, responsável pela coordenação da rede socioassistencial básica em seu território de abrangência.

Os serviços de Proteção Social Básica previstos na Tipificação Nacional dos Serviços Socioassistenciais são:

- Serviço de Proteção e Atendimento Integral à Família – PAIF: que prevê o trabalho social com famílias no espaço do CRAS de caráter continuado, com o objetivo de fortalecer a sua função protetiva, de prevenir a ruptura dos vínculos familiares e comunitários, de possibilitar o acesso das famílias às aquisições sociais e materiais, de inserir as famílias na rede de serviços e benefícios socioassistenciais, nos programas de transferência de renda e no serviço das outras políticas públicas e ofertar espaços de escuta e troca de vivências familiares às famílias que possuem membros que necessitam de cuidados;
- Serviço de Convivência e Fortalecimento de Vínculos – é ofertado por ciclo de vida e tem como objetivos complementar o trabalho social com famílias, prevenir a institucionalização e fortalecer o convívio familiar, promover o acesso aos serviços e benefícios socioassistenciais, dos serviços das outras políticas públicas, possibilitar o acesso às informações sobre os direitos e favorecer o desenvolvimento de atividades geracionais e intergeracionais. Pode ser ofertado no espaço do CRAS ou em outras unidades a ele referenciadas;
- Serviço de Proteção Social Básica no Domicílio para Pessoas com Deficiência e Idosas – é ofertado tendo como objetivo a prevenção de agravos que possam contribuir para a ruptura dos vínculos familiares e comunitários, evitar a institucio-

nalização e desenvolver e estimular rede de apoio que possa fortalecer a inclusão social de pessoas com deficiência e idosas.

O Programa Bolsa Família (PBF), instituído pela Lei 10.836/04 e regulamentado pelo Decreto nº 5.209/04, passou a ser gerido pela assistência social, com o objetivo de promoção da articulação desse programa, com os serviços socioassistenciais ofertados pelo CRAS e unidades em seus territórios de referência (BRASIL, 2009).

Por outro lado, o Benefício de Prestação Continuada da Assistência Social (BPC) é um benefício da assistência social, integrante do Sistema Único da Assistência Social, SUAS, pago pelo Governo Federal, cuja operacionalização do reconhecimento do direito é do Instituto Nacional do Seguro Social (INSS). Para ser beneficiário, a pessoa idosa deverá comprovar que possui 65 anos de idade, ou mais, que não recebe nenhum benefício previdenciário, ou de outro regime de previdência, e que a renda mensal familiar *per capita* seja inferior a $\frac{1}{4}$ do salário mínimo vigente. No caso da pessoa com deficiência, esta deverá comprovar que a renda mensal *per capita* do grupo familiar é inferior a $\frac{1}{4}$ do salário mínimo, deverá também ser avaliado, comprovando que a sua deficiência de longa permanência e esta avaliação é realizada pelo Serviço Social e pela Perícia Médica do INSS⁴ (BRASIL, 1993).

A Proteção Social Especial opera com um conjunto de ações voltadas para o atendimento de indivíduos e famílias com direitos violados, em situação de risco pessoal e social por ocorrência de maus tratos, abuso e exploração sexual, trabalho infantil, entre outros. Ressalta-se que a Proteção Social Especial divide-se em dois eixos: a Proteção Social Especial de Média Complexidade, responsável pelo atendimento de indivíduos cujos vínculos familiares estão parcialmente rompidos e Proteção Social Especial, que estabelece provisões de atenção integral aos indivíduos cujos vínculos familiares encontram-se totalmente rompidos. Assim, de acordo com Sposati (2007, p. 449), a Assistência Social “chega até os que

⁴ Para cálculo da renda familiar é considerado o número de pessoas que vivem na mesma casa, assim entendido: o requerente, cônjuge, companheiro(a), o filho não emancipado de qualquer condição, menor de 21 anos ou inválido, pais, e irmãos não emancipados, menores de 21 anos e inválidos. O enteado e menor tutelado equiparam-se ao filho mediante a comprovação de dependência econômica e desde que não possua bens suficientes para o próprio sustento e educação (BRASIL, 1993).

estão nas ruas e desenvolve a concepção de proteção extensiva”.

A Proteção Social Especial de Média Complexidade é desenvolvida no Centro de Referência Especializado da Assistência Social (CREAS), que são responsáveis pelo atendimento das demandas da Proteção Social Especial, trabalhando com indivíduos e famílias na perspectiva da restauração dos vínculos e de superação das violações. Os serviços de Proteção Social Especial de Média Complexidade previstos na Tipificação Nacional dos Serviços Socioassistenciais são:

- Serviço de Proteção e Atendimento Especializado a Famílias e Indivíduos – PAEFI: prevê a oferta de ações de apoio, a orientação e o acompanhamento a famílias que se encontram com seus direitos ameaçados ou violados por ocorrência de violência, do afastamento do convívio, do tráfico de pessoas, da situação de rua e de mendicância, do trabalho infantil, da discriminação em decorrência da orientação sexual e/ou raça/etnia, entre outras. Deve ser ofertado no próprio CREAS.
- Serviço de Proteção Social a adolescentes em Cumprimento de Medida Socioeducativa de Liberdade Assistida (LA) e de Prestação de Serviços à Comunidade (PSC): o trabalho prevê o acompanhamento dos adolescentes que cumprem medida socioeducativa em meio aberto, através de um conjunto de ações que possibilitem o acesso a direitos e a ressignificação de valores.
- Serviço Especializado para Pessoas em Situação de Rua – inclui a oferta de serviços para os indivíduos que utilizam o espaço da rua como moradia ou como instrumento de sobrevivência. O trabalho deve possibilitar a acolhida na rede socioassistencial, contribuir com a formação de novos projetos de vida, contribuir com a restauração da integridade e da autonomia da população em situação de rua e promoção da reinserção familiar e/ou comunitária. Deve ser ofertado no Centro de Referência Especializado para População em situação de rua.

Os Serviços de Proteção Social Especial de Alta Complexidade constituem-se através do Serviço de Acolhimento Institucional, que é

ofertado, considerando a especificidade do ciclo de vida e das contingências sociais. Inclui a oferta de serviços integrais, com procedimentos de escuta, acolhimento, de inclusão na rede de serviços socioassistenciais e de outras Políticas Públicas e um trabalho que se volte para o desenvolvimento da autonomia e a reconstrução dos vínculos familiares e comunitários.

As regulações que definem a forma de operacionalização das proteções definidas pelo Sistema Único de Assistência Social caminham na direção de especificar o conteúdo da Assistência Social e delimitar o seu campo de atuação e as atenções que ela deve garantir para proteger os indivíduos e as famílias das situações de vulnerabilidade e de risco social. Nesse esforço, são definidas as seguranças que devem ser assumidas por essa política enquanto política de Seguridade Social, quais sejam: a segurança de sobrevivência, de rendimento e de autonomia; de acolhida e convívio ou vivência familiar.

A primeira inclui atenção tanto aos que estão no mercado, mas não conseguem sua manutenção pelo trabalho e nem pela família. É o caso do Benefício de Prestação Continuada que estabelece a concessão de uma renda mínima para idosos com mais de 65 (sessenta e cinco) anos e para pessoas com deficiência incapacitante para o trabalho e para os atos da vida independente, que não têm como prover sua subsistência ou tê-la provida pela família (BRASIL, 2004).

Tal benefício assume o papel hoje de garantir mínimos sociais àquelas camadas tradicionalmente de incapacitados e, ainda, a um grande contingente de pessoas que não encontram espaço no mercado de trabalho, além dos que encontram, mas os ganhos são insuficientes para garantir sua manutenção. Percebe-se aí, de acordo com Sitikovsky (2008, p. 154), “a relação existente entre a assistência social, o trabalho e a intervenção do Estado na reprodução material e social da força de trabalho”.

A segurança de acolhida aponta para a necessidade de garantir proteção às situações de abandono e isolamento, “restaurando sua autonomia, capacidade de convívio e protagonismo mediante a oferta de condições materiais de abrigo, repouso, alimentação, higienização, vestuário e aquisições pessoais desenvolvidas através de acesso às ações socioeducativas”, por meio de uma rede de serviços aos quais o cidadão possa recorrer em casos de violação extrema de seus direitos (BRASIL, 2004, p. 34).

A segurança de convívio ou vivência familiar inclui um conjunto

de ações, de cuidados e de serviços que primam pelo trabalho socioeducativo capaz de trabalhar com o reestabelecimento de vínculos pessoais, familiares, comunitários e sociais. Com isso, espera-se fortalecer e ampliar as redes de proteção do indivíduo e, por conseguinte, o tecido social (BRASIL, 2004).

Sem dúvida, a inserção da Assistência Social na Seguridade Social ganhou bastante força com a aprovação da Política Nacional de Assistência Social que estabelece um conjunto de serviços mais amplos. Mesmo assim, se analisarmos as ações das políticas sociais brasileiras, tendo por base os ensinamentos de Mota (2008) pode-se perceber que a operacionalização do SUAS (2005) apresenta-se como uma estratégia gerencial de organização do Estado, fundamentado na proposta do Consenso de Washington, que norteia a proposta do Plano Diretor da Reforma Brasileira.

Nesta perspectiva, a assistência social assume um caráter de “política estruturadora e não como mediadora de acesso a outras políticas e a outros direitos, como é o caso do trabalho” (MOTA, 2008, p. 138). O seu público cresce assustadoramente ante o quadro desemprego e de precarização do trabalho.

É preciso considerar que, no que se refere às seguranças de convívio e acolhida, há que se perceber que a maioria das situações que se projetam para o campo da assistência social, são decorrentes da pobreza, resultante da larga desigualdade presente nesta sociedade capitalista e cuja resolutividade só seria possível com a supressão dessa ordem societária. Por outro lado, a política social é um instrumento contraditório na sociedade capitalista e, mesmo não sendo capaz de resolver o problema da pobreza, constitui-se em uma importante ferramenta de reconhecimento de direitos sociais e materialização de ações que concorrem para a melhoria da qualidade de vida da sociedade.

Ao analisar a proteção promovida pela assistência social no âmbito do Sistema Único da Assistência Social (SUAS), Sposati (2007) destaca a proteção ao ciclo da vida do cidadão, com o apoio às fragilidades dos diversos momentos da vida humana, como, também, aos impactos dos eventos humanos que provocam rupturas e vulnerabilidades sociais, colocando o diálogo com os direitos de crianças, adolescentes, jovens e idosos.

Outro eixo protetivo defendido pela autora, decorre do direito à dignidade humana, devendo ser concretizado no respeito à heteroge-

neidade e à diferença sem discriminação e apartações, incluindo a proteção especial contra as formas predatórias da dignidade e cidadania em qualquer momento da vida e que causam privação, vitimização, violência. Destaca, ainda, a proteção promovida por meio do enfrentamento de fragilidades na convivência familiar como núcleo afetivo e de proteção básica do indivíduo. A proteção promovida pela assistência social no âmbito do SUAS, além de provisões materiais, deve promover a elevação da autoestima, autonomia e inserção social (SPOSATI, 2007).

Além dos eixos protetivos supracitados, Sposati (2007) destaca, ainda, o direito à renda como proteção a ser ofertada no âmbito da assistência social, que deve ser assegurada por meio de programas e projetos intersetoriais de inclusão produtiva, associativismo e cooperativismo, que favoreçam a inserção ou reinserção no mercado de trabalho.

4 CONCLUSÃO

A Política Pública de Assistência Social se constitui em um campo contraditório, inscrito na produção material e na reprodução social engendradas nas relações entre Estado/Sociedade/Mercado na sociedade capitalista. Dessa forma, a compreensão da trajetória, avanços e desafios da Política remete à compreensão das formas de produção social que compõem a estrutura da sociedade, como também da base jurídica, política e social que lhes dão sustentação.

Ante o exposto, faz-se mister reconhecer os avanços que a Política de Assistência Social vem empreendendo com o Sistema Único de Assistência Social, ao mesmo tempo em que torna-se um desafio que a sua implementação, para além do delineamento dos serviços e benefícios seja acompanhada do cofinanciamento, estruturação da gestão, investimento na profissionalização e, sobretudo, o trabalho com a perspectiva de atendimento ao conjunto de cidadãos que dela necessitam, em detrimento da perspectiva focalizada que vem sendo desenhada..

Finalmente, destaca-se que analisar Sistema Único da assistência social e sua capacidade protetiva remete à necessidade de compreender como e que determinações foram importantes para que a Assistência Social se constituísse como política pública, assim como seu significado como tal. Tais análises só podem ser compreendidas no movimento histórico de formação do Estado brasileiro, e de seu aparato de gestão pública, sobretudo para a efetivação das políticas sociais, destacando o lugar e

o papel conferidos à Assistência Social, assim como os desdobramentos expressos na configuração da gestão pública.

Assim, longe de esgotar a análise, o artigo abre espaço para o diálogo sobre a os desafios de garantir a capacidade protetiva do SUAS no contexto do Estado neoliberal.

REFERÊNCIAS

BONFIM, Mauricéia Lígia Neves da Costa Carneiro. *A estratégia do trabalho em rede no SUAS/CRAS – Teresina-PI: uma experiência em movimento*, Tese de Doutorado, São Paulo: Pontifícia Universidade Católica, 2009.

BOSCHETTI, Ivanete. *Assistência Social no Brasil: um direito entre a originalidade e o conservadorismo*. 2ª Ed. Brasília: Ivanete Boschetti, 2003.

BRASIL. *Lei Orgânica da Assistência Social (LOAS)*. Lei nº. 8.742, de 7 de dezembro de 1993.

_____. Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome. *Política Nacional de Assistência Social - PNAS*. Brasília, 2004.

_____. Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome. *Bolsa Família*. Disponível em: <http://www.mds.gov.br>. Acesso em: 14 jun. 2007.

_____. Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome. *Lei Orgânica da Assistência Social Anotada*. Brasília, 2009.

CASTEL, Robert. *Metamorfoses da questão social*. Petrópolis, Editora Vozes, 1998.

IAMAMOTO, Marilda. *Mundialização da economia, capital financeiro e questão social*. In: Serviço Social em tempo de capital fetiche. São Paulo: Cortez, 2010.

MINAYO, Maria Cecília de Sousa. *O Desafio do Conhecimento: pesquisa qualitativa*. São Paulo. HUCITEC-ABRASCO, 1999.

PEREIRA, Potyara A. P. A política social no contexto da seguridade social e do Welfare State. *Serviço Social e sociedade*. São Paulo: Cortez, n. 56, mar. 1998.

PEREIRA, Potyara A. P. *Necessidades Humanas: subsídios à crítica dos*

mínimos sociais. Cortez. São Paulo, 2000.

SADER, E.; GENTILI, P. *Pós – neoliberalismo – as políticas sociais e o Estado democrático*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1995.

SITIKOVSKI, Marcelo. Particularidades da expansão da Política de Assistência social no Brasil. In: *O Mito da assistência Social – Ensaio sobre o Estado, a Política e a Sociedade*. São Paulo: Cortez, 2008.

SPOSATI, Aldaíza. *Assistência Social: de ação individual a direito social*. In: *Revista Brasileira de Direito Constitucional* n.10, jul – dez/2007

A POLÍTICA DE ASSISTÊNCIA SOCIAL EM TERESINA (PI): TRAJETÓRIA E PROVISÃO DE SERVIÇOS E BENEFÍCIOS SOCIOASSISTENCIAIS

IRACILDA ALVES BRAGA¹

MAURICÉIA LIGIA NEVES DA COSTA CARNEIRO²

1 INTRODUÇÃO

Refletir sobre uma política pública é fazer o exercício de construir sua história considerando os seus atributos e desafios que cotidianamente gravitam no seu processo de implementação.

Neste *paper* discorreremos sobre a Trajetória da Política de Assistência Social no município de Teresina, desde o Serviço Social dos

¹ Assistente social da Secretaria Municipal de Cidadania, Assistência Social e Políticas Integradas (SEMCASPI). Tenho o prazer e o privilégio de colaborar com a gestão da Política de Assistência Social de Teresina desde 2013, atualmente colaboro na Assessoria Técnica. Sou professora por identificação e paixão. Possuo pós-graduação em Políticas Públicas (mestrado – UFPI) e em Serviço Social (doutorado – UFPE). E-mail: iracildabraga@yahoo.com.br

² Assistente Social da Secretaria Municipal de Assistência Social (SEMCASPI), atualmente exerce a função de Secretaria Executiva do SUAS. Possui graduação em Serviço Social pela UFPI, mestrado em Serviço Social pela UFRJ e doutorado em Serviço Social pela PUC/SP. Tem experiência na docência na área de Serviço Social, com ênfase em Políticas Públicas e Processo de Trabalho do Serviço Social, desenvolvendo, principalmente, os seguintes temas: Família e Política de Assistência Social; Sistemas de proteção social e Redes e políticas sociais. E-mail: mnevesdacosta@gmail.com

Servidores do Município (SERSOM) à atual Secretaria Municipal de Cidadania, Assistência Social e Políticas Integradas (SEMCASPI) a partir do provimento dos serviços e benefícios socioassistenciais nos CRAS e CREAS, objetivando apresentar como esses serviços vão se consolidando e contribuindo para afiançar direitos na perspectiva do Sistema Único de Assistência Social-SUAS.

2 A TRAJETÓRIA DA POLÍTICA DE ASSISTÊNCIA SOCIAL EM TERESINA (PI)

Diante da criação do SUAS, houve, no Piauí, um esforço de alteração dos padrões de execução da política de assistência social, no sentido de imprimir mudanças ao padrão anterior (assistencialismo, clientelismo, primeiro-damismo, dentre outras). Exemplo disso é a tardia criação da Secretaria Estadual de Assistência Social e Cidadania - SASC, somente em 2003, antes Serviço Social do Estado, em meio às discussões para construção da PNAS e do SUAS, o que significou um avanço, uma vez que a Secretaria passou a assumir a responsabilidade pela condução da Assistência Social no Estado.

A Política de Assistência Social no Estado do Piauí apresenta uma uniformidade quanto às características de estruturação. De acordo com a classificação do Ministério de Desenvolvimento Social- MDS, a maioria dos municípios é de pequeno porte – I e II³. Municípios com esses portes contam apenas com o CRAS como equipamento social, totalizando 273 CRAS em todo o Estado. O Piauí possui, ainda, 52 unidades de CREAS em 47 municípios. É válido destacar que o Estado aderiu à estratégia de Regionalização, no entanto, ainda não iniciou sua implementação por falta de alocação de recursos orçamentários no Fundo Estadual da Assistência Social (FEAS).

É importante mencionar que os equipamentos sociais da assistência social dos municípios piauienses nem sempre estão funcionando

³ No Estado do Piauí, cuja totalidade dos municípios, 224, aderiu ao SUAS, a organização do Sistema conforme o porte dos municípios é: dois são de Grande Porte (Teresina e Parnaíba); três de médio Porte (Floriano, Picos e Piripiri); 17 de Pequeno Porte II (Valença, União, São Raimundo Nonato, Piracuruca, Pedro II, Oeiras, Miguel Alves, Luzilândia, Luís Correia, José de Freitas, Esperantina, Cocal, Campo Maior, Bom Jesus, Batalha, Barras, Altos) e os demais 202 municípios são de pequeno porte I, distribuídos nos diversos territórios piauienses – municípios com até 10 mil habitantes, sendo a maioria de até cinco mil habitantes.

conforme a recomendação do MDS, por meio da Resolução nº 109/2009 (Tipificação Nacional de Serviços Socioassistenciais): geralmente estão instalados em prédios alugados com condições de funcionamento insatisfatórias, sem transporte, sem material pedagógico e sem equipes de apoio (BRASIL, 2009), constatando-se assim um desafio para o desenvolvimento e consolidação dessa Política.

No que concerne ao município de Teresina⁴, capital do Estado do Piauí, possui 814.230 habitantes e, é a 15ª maior capital de estado da federação e 19ª maior cidade do Brasil, apresentando densidade demográfica de 584,95 hab./km², o que representa cerca de 30% da população piauiense. De acordo com os dados do IBGE (2010), o município de Teresina apresenta uma população urbana acima de 90% do total de habitantes, cuja urbanização ocorreu por meio de um processo contínuo, crescente e desordenado, promovendo, assim, um conjunto de vulnerabilidades sociais que afetam um significativo contingente populacional.

Os serviços de Assistência Social no município tiveram início, em 1942, com a fundação da Legião Brasileira de Assistência (LBA), que tinha como objetivo prestar assistência à maternidade, à infância e à pobreza em geral (BONFIM, 2009). É válido destacar que, até a década de 1960, as ações de assistência social, conforme Bonfim (2009), eram prestadas pelo governo federal através da LBA, governo estadual através do Serviço Social do Estado (SERSE), comandado pela primeira dama do Estado e pelo Serviço Social da Indústria (SESI), implantado no município no ano de 1958.

Em Teresina, o primeiro serviço de Assistência Social implantado foi o Serviço Social dos Servidores Municipais (SERSOM), em 1967, instituído pela Lei nº 1.147 de 04 de dezembro de 1967. A gestão do serviço foi assumida pela primeira dama do município, Sra. Benedita Castelo Branco. Segundo Bonfim (2009), administrativamente o SERSOM era vinculado à Secretaria de Saúde e Bem-Estar Social.

Merecem destaques as alterações ocorridas em 1977, quando,

⁴ Está situada no bioma cerrado e caatinga, entre os rios Poti e Parnaíba, ocupa a 8ª posição dentre as capitais brasileiras quanto ao tamanho da área territorial. Tem a 19ª economia das capitais brasileiras, com Produto Interno Bruto (PIB) de 17,7 bilhões, representando 45% da economia do estado e cerca 47% do seu PIB (dados de 2013-2014 IBGE). Figura, assim, como o município mais rico do Piauí, o 8º da Região Nordeste e o 49º município do Brasil com maior PIB. 47% do seu PIB (dados de 2013-2014 IBGE). Figura, assim, como o município mais rico do Piauí, o 8º da Região Nordeste e o 49º município do Brasil com maior PIB.

através do Decreto nº 043 de outubro de 1977, o SERSOM passou por uma reestruturação administrativa, tornando-se Serviço Social do Município, em que adota novas diretrizes de ação e assume sua gestão uma assistente social, a Sra. Umbelina Maria Barbosa Jales de Carvalho (BONFIM, 2009)

Depois dessa reestruturação, a hoje denominada Secretaria Municipal de Cidadania, Assistência Social e Políticas Integradas (SEMCAS-PI) passou por várias estruturas que alteraram sua nomenclatura e direção política: 1) Em 1986, transformou-se em Secretaria do Trabalho e Ação Comunitária (SEMTAC) através do Decreto nº 783 de 17 de março de 1986, tendo como gestoras da pasta, novamente, uma assistente social, a Sra. Guiomar de Oliveira Passos, a advogada Francisca Ramos e o economista Kleber Montezuma; 2) Em 1997, a SEMTAC muda de nomenclatura para Secretaria Municipal do Trabalho e Assistência Social (SEMTAS), assumindo o Sr. Romildo Mafra e novamente a assistente social Umbelina Jales de Carvalho.

Continuando o processo de alterações na nomenclatura, em 1999, a secretaria passa a denominar-se Secretaria Municipal do Trabalho, Cidadania e Assistência Social (SEMTCAS), que teve como gestores: a assistente social Umbelina Jales de Carvalho, o vereador Francisco Nogueira, a assistente social Sâmia Fawsia de Deus Barros, a vereadora Maria das Graça Amorin, a assistente social Iraneide Cristina Araújo Viana e mais recentemente a assistente social Mauricéia Ligia Neves da Costa Carneiro (2013-2016); Em 2017, a Secretaria muda sua nomenclatura para a atual SEMCASPI, através da lei complementar nº 4.994 de 7 de abril de 2017, tendo à frente de sua gestão o vereador Francisco Samuel Lima Silveira.

De acordo com Bonfim (2009, p. 105), “no contexto teresinense, somente em 1996 é que a assistência social começa a percorrer sua trajetória, seguindo o processo de municipalização em conformidade com a LOAS”. Isso ocorre especialmente com a implantação do Conselho Municipal de Assistência Social de Teresina (CMAS) e criação do Fundo Municipal de Assistência Social, através da Lei nº 2.456 de 18 de janeiro de 1996. É válido ressaltar que Teresina foi a primeira cidade do Estado do Piauí a implantar seu Conselho; nesse mesmo ano, foi realizada a 1ª Conferência Municipal de Assistência Social e em 1998, através da Resolução nº 001/1998, do Conselho Estadual de Assistência Social (CEAS), foi aprovada a descentralização da assistência social no município, que hoje é gestão plena do Sistema Único de Assistência Social (SUAS).

Quanto à implantação do SUAS em Teresina, em conformidade com a PNAS/2004 e a NOB SUAS/2005, o processo iniciou-se em 2005 com a realização de um Seminário com o tema “Novos Parâmetros da Política Pública de Assistência Social”, com a participação de 173 pessoas(profissionais, usuários, representantes de entidades, gestores) que resultou na implantação das primeiras unidade da Proteção Social Básica, os 04 Centros de Referência da Assistência Social (CRAS). Em 2008 amplia-se mais 03 CRAS e implanta-se a Proteção Social Especial com 02 CREAS, em 2010 continuando o processo de ampliação das unidades socioassistenciais, são criados 04 CRAS e mais 02 CREAS (BONFIM, 2009) e no final de 2016 o município já contava com 19 CRAS e 04 CREAS.

Atualmente as unidades estão assim distribuídas: 05 no território Leste; 05 no território Sul; 04 no território Sudeste e 05 no território Norte. Possui 04 CREAS, um em cada território (Norte, leste Sudeste e Sul). As unidades de CRAS têm suas ações situadas em áreas de maior vulnerabilidade social, cuja abrangência envolve bairros, vilas, parques e residenciais da zona urbana e rural, assim como os CREAS. A distribuição espacial da população residente nas áreas de abrangência de CRAS e CREAS apresenta uma concentração maior nos locais mais distantes do centro urbano denominados de vilas e residenciais, locais estes com maior carência de equipamentos e serviços socioassistenciais (RELATÓRIO DE GESTÃO SEMTCAS, 2016).

Ainda como serviços socioassistenciais vinculados à Proteção Básica Teresina conta com 72 Serviços de Convivência e Fortalecimentos de Vínculos para Idosos, Crianças e Adolescentes- SCFV. Na Proteção Social Especial de média complexidade, um Centro Pop, dois Centros Dia para Pessoas com Deficiência, uma Central de Libras, um Centro de Referência em Direitos Humanos, e na Proteção Social Especial de Alta Complexidade, uma casa de acolhimento para criança de 0 a 12 anos, uma casa de acolhimento para adolescentes de 13 a 17 anos e 11 meses, uma casa de passagem para pessoas em situação de rua e uma Instituição de Longa Permanência para Idosos.

3 A PROVISÃO DOS SERVIÇOS E BENEFÍCIOS SOCIOASSISTENCIAIS EM CRAS E CREAS, EM TERESINA

A provisão dos serviços socioassistencias em Teresina se dá por meio dos equipamentos instalados conforme tipificado na Resolução nº

109/2009 (CNAS) que engloba a Proteção Social Básica e Especial. No que diz respeito à provisão dos benefícios socioassistenciais, evidencia-se o Programa Bolsa Família - PBF, que é executado em todo o Estado, tendo como referência os CRAS. Segundo dados de Brasil (2017), em julho de 2017, o município de Teresina tinha 102.087 famílias cadastradas no CadÚnico. Destas, 54.070 famílias eram beneficiárias do programa. O valor do repasse do PBF às famílias teresinenses no mês de julho/2017 foi de R\$ 9.205.839,00, o que dá uma média de R\$ 170,26 por família beneficiária.

É válido ressaltar que a maior demanda de CRAS advém dos beneficiários do Programa Bolsa Família que por meio do Pacto de Aprimoramento do SUAS, os define como público prioritário da Política, estipulando metas de atendimento para garantia do cofinanciamento federal para execução da Política de Assistência Social no município.

Destaca-se também os Benefícios Eventuais previstos na LOAS e regulamentados em Teresina em 2013 através do Decreto nº 13.111/2013 (de forma provisória e parcial) e de forma definitiva através da Lei nº 4.916 de 30 de junho de 2016. São benefícios eventuais: Auxílio Natalidade⁵, Auxílio Funeral⁶, Auxílio para atender à situação de vulnerabilidade temporária⁷ e Auxílio para atender à situação de Calamidade Pública⁸.

Para apresentação das condições de provimento dos Serviços socioassistenciais da Proteção Social Básica e da Proteção Social Especial do SUAS no município de Teresina, referenciamos no Relatório de

⁵ Auxílio Natalidade: compreende a concessão de enxoval para recém-nascido, incluindo itens de vestuário e higiene, visando garantir a dignidade e o respeito à família beneficiária, além da inclusão em serviços socioassistencial. Lei nº 4.916/2016.

⁶ Auxílio Funeral: compreende o custeio de despesas com urna funerária, velório e sepultamento em cemitério público, de forma a garantir a dignidade e o respeito à família beneficiária. Lei nº 4.916/2016.

⁷ Auxílio para atender à situação de vulnerabilidade temporária: compreende a concessão de gêneros alimentícios, acesso à documentação e passagem, com inserção da pessoa/família beneficiária na rede de serviços socioassistenciais do município. Lei nº 4.916/2016.

⁸ Auxílio para atender às situações de calamidade pública: compreende a concessão de bens materiais e a prestação de serviços para atender às situações anormais, advindas de baixas e altas temperaturas, tempestades, enchentes, inversão térmica, deslizamentos, incêndios e epidemias, que causem sérios danos à comunidade afetada. Lei nº 4.916/2016.

Gestão da SEMCASPI⁹ Teresina-PI (2013-2016), no Relatório de Análise do Pacto de Aprimoramento do SUAS de Teresina (2016).

Em Teresina, a Proteção Social Básica é capitaneada pelo Serviço de Proteção e Atendimento Integral à Família (PAIF), é um trabalho de caráter continuado que visa fortalecer a função de proteção das famílias, prevenindo a ruptura de vínculos familiares e comunitários, promovendo o acesso e usufruto de direitos e contribuindo para a melhoria da qualidade de vida. O PAIF tem como público famílias em situação de vulnerabilidade social. São prioritários no atendimento os beneficiários que atendem aos critérios de participação de programas de transferência de renda e benefícios assistenciais e pessoas com deficiência e/ou pessoas idosas que vivenciam situações de fragilidade (Resolução CNAS, nº109/2009).

O Quadro 01, abaixo, informa o volume de famílias referenciadas e atendimentos individuais realizados no PAIF no município de Teresina, no período de 2013 a 2016, conforme Relatórios Mensais de Atendimento (RMA).

Quadro 01 – Atendimentos no Programa de Atendimento Integral à Família – PAIF nos CRAS em Teresina – 2016

ATENDIMENTOS E ACOMPANHAMENTO À FAMÍLIA	2016
Famílias em situação de vulnerabilidade social referenciada	95.000
Atendimentos individualizados às famílias	140.525

Fonte: RMA/MDSA, 2016.

Destacamos, abaixo, os benefícios disponíveis na Assistência Social do município para dar suporte ao PAIF, isto é, ao trabalho social com famílias. São eles Passe Livre Municipal a pessoas idosas e pessoas com deficiência, Programa Bolsa Família e Benefícios Eventuais. Vejamos, nos quadros abaixo, os quantitativos ofertados

⁹ SEMCASPI – Secretaria Municipal de Cidadania, Assistência Social e Políticas Integradas, até março de 2017, denominada SEMTCAS – Secretaria Municipal do Trabalho, Cidadania e Assistência Social. Para este estudo, utilizaremos a denominação atual, designada pela lei municipal de nº 4.994, de 07 de abril de 2017. Permanecerá SEMTCAS sempre se que tratar de referência bibliográfica de documentos produzidos pelo órgão.

no período destacado:

Quadro 02 - Concessão de Passe Livre Municipal a pessoas idosas¹⁰ e a pessoas com deficiência em Teresina¹¹

DESCRIÇÃO	2013		2014		2015		2016	
	1ª VIA	2ª VIA	1ª VIA	2ª VIA	1ª VIA	2ª VIA	1ª VIA	2ª VIA
Pessoas com Deficiência	1.333	436	693	814	853	895	385	217
Pessoas Idosas	8.076	459	3578	902	3.209	951	972	326
Total	9.409	895	4.271	1.716	4.062	1.846	1.357	543

Fonte: Relatório de Gestão 2013/2016 - SEMCASPI

Quadro 03 - Benefícios Eventuais concedidos pela Gerência de Proteção Social Básica (GPSB) em Teresina

DESCRIÇÃO	QUANTIDADE			
	2013	2014	2015	2016
Nº de famílias/ residências solidárias*	118	149	117	151
Cestas Básicas concedidas**	363	827	702	20
Total	481	976	819	171

* Benefício eventual concedido a famílias em situação de calamidade pública. Esse benefício é concedido em articulação com a Defesa Civil e as famílias são acompanhadas pelo CRAS.

** Modalidade de Serviço de acordo com o decreto 13.111 – Auxílio para atender à situação de vulnerabilidade temporária.

Fonte: Relatório de Gestão 2013/2016 - SEMCASPI

Os dados acima nos permitem verificar o quantitativo de benefícios ofertados no Município de Teresina nas unidades de CRAS. Destaca-se, que os benefícios eventuais foram regulamentados no âmbito municipal pela lei nº 4.916 (30/06/2016), que abrange todos

¹⁰ O Passe Livre para a Pessoa Idosa consiste no acesso livre aos serviços de transporte público no município de Teresina. Contempla idosos a partir de 65 anos de idade e é expedido pelo CRAS. Este benefício independe de renda.

¹¹ O Passe Livre para Pessoa com Deficiência consiste no acesso livre aos serviços de transporte público no município de Teresina. Contempla pessoas com deficiência física, sensorial e mental e seus acompanhantes (caso comprove necessidade). É expedido pelo CRAS e independe de renda.

os benefícios eventuais previstos na LOAS.

Os benefícios ofertados buscam prover intervenções que aprofundam aspectos objetivos e subjetivos relacionados à função protetiva das famílias. Esta dimensão de proteção e atendimento requer ações que busquem responder às necessidades do usuário de forma integral.

Quanto à Proteção Social Especial, destacamos o CREAS que se situa no Programa “Teresina Protege” por meio da oferta do Serviço de Proteção e Atendimento Especializado a Famílias e Indivíduos – PAEFI, que consiste no apoio, orientação e acompanhamento a famílias e indivíduos em situação de ameaça ou violação de direitos.

No que concerne ao CREAS, o quadro abaixo, dispõe sobre os dados de atendimento, do número de famílias referenciadas no PAEFI, do Serviço Especializado de Abordagem Social (SEAS) e do acompanhamento de adolescentes em cumprimento de medidas socioeducativas (MSE), Liberdade Assistida e Prestação de Serviços à Comunidade. Vejamos o quadro 04, abaixo:

Quadro 04 - Dados de atendimento CREAS 2013-2016– Teresina-PI

OFERTA DE SERVIÇOS NOS CREAS	QUANTIDADE			
	2013	2014	2015	2016
Famílias atendidas no Serviço de Proteção e atendimento especializado a famílias e indivíduos – PAEFI	487	1.462	666	416
Pessoas/famílias em situação de risco ou de violação de direitos identificadas pelo Serviço Especializado em abordagem Social – SEAS	1.248	673	1588	1277
Adolescentes em cumprimento de medidas socioeducativas de Liberdade Assistida – LA	46	39	88	224
Adolescentes em cumprimento de medidas socioeducativas de Prestação de Serviços à Comunidade	05	09	134	44
Total	1.786	2.183	2476	1961
Total 2013 /2014 /2015 /2016				

Fonte: Relatório de Gestão 2013/2016 - SEMCASPI

É importante mencionar que o processo de trabalho voltado para a garantia da provisão dos serviços socioassistenciais de atendimento e/ou acompanhamento à família e/ou indivíduo compreende um complexo processo que envolve: escuta qualificada; atendimentos individuais e/ou coletivos (através da inserção em grupos); visitas domiciliares; visitas institucionais; encaminhamentos para outros serviços (saúde, educação, moradia, dentre outros); concessão e/ou encaminhamento para acesso a benefícios; preenchimento do prontuário SUAS e de relatórios de acompanhamento; dependendo do caso, participação em audiências e produção de relatórios situacionais para o Sistema de Garantia de Direitos, além de participação em reuniões de planejamento e estudo de casos.

O acompanhamento e o atendimento pressupõem a atuação de uma equipe técnica de forma interdisciplinar. Além da complexidade que envolve o “acompanhamento”, devemos considerar a complexidade e particularidades dos casos de violação de direitos que envolvem violência: contra pessoas idosas, mulheres, crianças e adolescentes, pessoas em decorrência de discriminação racial e por orientação sexual, tráfico de pessoas, trabalho escravo, dentre outros.

Destacamos que a interdisciplinaridade é uma das habilidades/capacidades requeridas a partir das orientações técnicas (MDS) ao perfil profissional dos técnicos de referência de CRAS e CREAS. O trabalho interdisciplinar compreende o encontro de diferentes saberes na perspectiva de qualificar o atendimento das demandas sociais dos usuários. Na construção desse trabalho, deve-se viabilizar espaços, no ambiente de trabalho, para planejamento, “discussão e reflexão dos referenciais teóricos e metodológicos que subsidiam o trabalho profissional e propicie avanços efetivos” (CFESS, 2011c, p. 27).

Na atuação interdisciplinar os profissionais, com base em seus Códigos de Ética, Leis de Regulamentação e Diretrizes Curriculares de formação profissionais podem construir protocolos de intervenção “que se pautam pelo compartilhamento das atividades, convivência não conflituosa das diferentes abordagens teórico- metodológicas que fundamentam a análise e intervenção da realidade e estabelecimento do que é próprio e específico a cada profissional”, que respeite os pontos de vistas diferentes e possibilite o necessário diálogo e cooperação (CFESS, 2011c, p. 28).

Na provisão dos serviços e benefícios a articulação no âmbito das Proteções Sociais é uma dimensão que necessita um aporte de conhecimentos no âmbito da execução do processo de referência e contra-referência, como também, no processo de planejamento que envolva as diversas modalidades de serviços ofertados nas unidades sociassistenciais. No município de Teresina, esses processos estão sendo identificados, maturados e trabalhados com o intuito de qualificá-los na perspectiva de afiançar uma qualidade e integralidade na garantia do acesso aos direitos sociassistenciais como preconiza o Sistema Único de Assistência Social e a Política Nacional de Assistência Social.

4 CONCLUSÃO

O percurso da assistência social no município de Teresina de ação assistencialista a uma Política garantidora de direitos, responsável pela provisão de serviços socioassistenciais, foi marcado por diferentes conjunturas políticas que caracterizaram o processo de amadurecimento dessa política permitindo que hoje o município possa oferecer uma gama de serviços afiançados de acordo com os regramentos oficiais da área da Assistência Social. Contudo, a realidade de um município situado em um dos Estados mais pobres do país compromete a eficiência no desenvolvimento daqueles serviços, desenhando cotidianamente, desafios que necessitam ser enfrentados no sentido de qualificar os atendimentos, garantir um processo de educação continuada às equipes técnicas e principalmente ampliar as ofertas de serviços para quem dele necessitar.

A partir dessas reflexões é possível identificar a trajetória e os empreendimentos adotados com o sentido de buscar a consolidação de uma Política Municipal de Assistência Social, realidade que envolve a necessidade de uma organização de iniciativas que se identifiquem as ações de responsabilidade direta da assistência social e as em que atue como corresponsável, pois a partir desse esforço será possível definir com precisão qual o papel dos serviços socioassistenciais na provisão das necessidades básicas e inclusão social como dimensão preponderante para a garantia da cidadania.

REFERÊNCIAS

BEHRING, E. R.; BOSCHETTI, I. *Política social: fundamentos e história*. 5. ed. São Paulo: Cortez, 2011. (Biblioteca básica de serviço social; v. 2).

_____. Balanço Crítico do SUAS e o Trabalho do Assistente Social. In: CONSELHO FEDERAL DE SERVIÇO SOCIAL (CFESS) (Org.). *O Trabalho do Assistente Social no SUAS*. Brasília: CFESS, p. 84-93, 2011a.

_____. *Serviço social e política social: 80 anos de uma relação visceral*. In: SILVA, Maria Liduína de Oliveira e(org.). *Serviço Social no Brasil: história de resistências e de ruptura com o conservadorismo*. São Paulo: Cortez, 2016.

BEHRING, Elaine Rossetti. *Brasil em contra-reforma: desestruturação do Estado e perda de direitos*. Cortez Editora, 2003.

BONFIM, M. L. N. da C.. *A estratégia do trabalho em rede no SUAS/CRAS – Teresina-PI: uma experiência em movimento*. 2009. Tese (Doutorado em Serviço Social) – Pontifícia Universidade Católica, São Paulo, 2009.

BOSCHETTI, Ivanete. *Assistência Social no Brasil: um direito entre a originalidade e o conservadorismo*. 2ª ed. Brasília, 2003.

BRASIL. *Constituição da República Federativa do Brasil*. Brasília: DF, 1988. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/Constituicao/Constituicao.htm>. Acesso em: 07 de abril de 2016

_____. Ministério da Saúde. Conselho Nacional de Saúde. *Resolução nº 466, de 12 de dezembro de 2012*. Disponível em: <http://bvsms.saude.gov.br/bvs/saudelegis/cns/2013/res0466-12_12_2012.html>. Acesso em: 07 de abril de 2016.

_____. Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome. *Censo SUAS 2010*. Brasília: MDS, 2011. Disponível em: < http://aplicacoes.mds.gov.br/sagi/PainelPEI/Publicacoes/CensoSUAS_2010.pdf>. Acesso em: 07 de abril de 2016.

_____. Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome. *Fundamentos ético-políticos e rumos teórico-metodológicos para fortalecer o Trabalho Social com Famílias na Política Nacional de Assistência Social*. Brasília, 2016.

_____. Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome. *Orientações Técnicas para Centros de Referência da Assistência Social – CRAS*. Brasília, 2009.

_____. Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome. *Orientações Técnicas para Centros de Referência Especializado da Assistência Social – CREAS*. Brasília, 2011.

_____. Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome. *Orientações Técnicas Sobre o PAIF* (Volume 1); Brasília, 2012.

_____. Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome. *Orientações Técnicas Sobre o PAIF* (Volume 2, 2012). Brasília, 2012.

_____. Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome. *Cadernos de Orientações Técnicas: Serviço de Medidas Socioeducativa em Meio Aberto*. Brasília, 2016.

_____. Conselho Nacional de Assistência Social. *Tipificação Nacional dos Serviços Socioassistenciais*. Resolução de nº 109 do Conselho Nacional de Assistência Social, CNAS: Brasília, 2009. Disponível em: < http://www.mds.gov.br/webarquivos/publicacao/assistencia_social/Normativas/tipificacao.pdf >. Acesso em: 03 de março de 2016 .

_____. *Norma Operacional Básica do SUAS*. Brasília, 2012. Disponível em: < <http://www.assistenciasocial.al.gov.br/sala-de-imprensa/arquivos/NOB-SUAS.pdf> >. Acesso em: 15 set. 2015.

_____. Rede SUAS. *Pacto de Aprimoramento da Gestão Municipal*. SAGI: Brasília, 2015. Disponível em: < http://www.mds.gov.br/cnas/noticias/pacto_aprimoramento_suas_cit12072012.pdf >. Acesso em: 17 set. 2015.

_____. Secretaria Nacional de Assistência Social. *Política Nacional de Assistência Social*. Brasília, DF, 2004. Disponível em: < http://www.mds.gov.br/webarquivos/publicacao/assistencia_social/Normativas/PNAS2004.pdf >. Acesso em: 20 set. 2015.

_____. Secretaria Nacional de Assistência Social. Sistema Único de Assistência Social – SUAS. *Norma Operacional Básica da Assistência Social – NOB/2005*. Disponível em: <<http://www.ppd.mppr.mp.br/modules/conteudo/conteudo.php?conteudo=26>>. Acesso em: 25 set. 2015.

_____. Presidência da República. Casa Civil. Subchefia para Assuntos Jurídicos.

Lei nº 8.742. *Lei Orgânica de Assistência Social – LOAS*. 1993. Disponível em: < http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/L8742compilado.htm >. Acesso em: 13 out. 2015.

_____. *Relatório de Programas e Ações MDS – Teresina*. 2016. Disponível em: <[http://aplicacoes.mds.gov.br/sagiRiv3/geral/relatorio.php#Informações Sociodemográficas](http://aplicacoes.mds.gov.br/sagiRiv3/geral/relatorio.php#Informações+Sociodemográficas)>. Acesso em: 16 de maio de 2016.

CONSELHO FEDERAL DE SERVIÇO SOCIAL (CFESS). *Código de ética do assistente social*. Brasília: CFESS, 2011a.

_____. *O trabalho do/a Assistente Social no SUAS: seminário nacional / Conselho Federal de Serviço Social - Gestão Atitude Crítica para Avançar na Luta*. – Brasília: CFESS, 2011b.

_____. *Parâmetro para atuação de assistentes sociais na Política de Assistência Social*. Brasília – DF: CFESS, 2011c.

INSTITUTO CAMILLO FILHO. *Capacita SUAS Piauí. Relatório Final*. Teresina, 2015.

PREFEITURA MUNICIPAL DE TERESINA. *Lei nº 4.994 (19/03/2017)*.

_____. *Lei nº 5.050 (18/07/2017)*.

_____. *Lei nº 4.916 (30/06/2016)*.

SEMCASPI. *Relatório de Avaliação do Pacto de Aprimoramento*. Teresina, 2017.

SEMTCAS. *Relatório de Gestão 2013-2016*. Teresina, 2016.

O PÚBLICO E O PRIVADO NO SISTEMA ÚNICO DE ASSISTÊNCIA SOCIAL EM TERESINA, PIAUÍ

MARFISA MARTINS MOTA DE MOURA¹

1 INTRODUÇÃO

A relação entre Estado e Sociedade tem marcado profundamente o processo de organização da vida dos homens em sociedade; expressam processos históricos das lutas sociais que configuram as contradições decorrentes das condições de vida dos homens em sociedade, ou seja, da construção das relações de produção e reproduções sociais vivenciadas pelos homens no processo de organização das suas condições de vida.

Do exposto, busca-se discutir a relação entre o Estado e a Sociedade Civil, mediada pelas Organizações Não Governamentais (ONGs), por essas historicamente expressarem os anseios e esforços da sociedade para a construção de processos democráticos no seio da sociedade, con-

¹ *Assistente Social* atua na área desde 1995, integrando o quadro da Secretaria Municipal de Cidadania, Assistência Social e Políticas Integradas (SEMCASPI) e da Secretaria de Assistência Social (SASC). Sou especialista em Violência Doméstica contra Crianças e Adolescente pelo Laboratório da Criança – LACRI/USP e em Gestão das Cidades pela Fundação Getúlio Vargas (FGV). Tenho pós-graduação em Políticas Públicas (mestrado – UFPI/2009) e em Serviço Social (doutorado – UFPE/2017), atuando na docência superior desde 2003. E-mail:marfismota@hotmail.com

solidando um novo marco que exprime as novas relações entre o poder público e a sociedade civil, mediante canais de participação democráticos e construção de novos sujeitos sociais, regulamentados pela Lei Orgânica da Assistência Social - LOAS, Política Nacional de Assistência Social - PNAS e pelo Sistema Único de Assistência Social - SUAS.

2 O PÚBLICO E O PRIVADO NO INTERIOR DA RELAÇÃO ENTRE ESTADO E SOCIEDADE

Assim, no intuito de melhor compreensão acerca de como se constitui a dinâmica do público e do privado, torna-se imprescindível configurá-lo na relação entre Estado e sociedade, pois é no âmbito dessa relação que se fundamenta a sua existência como ente político. O Estado, como categoria teórica, constitui-se em organização política da sociedade (BOBBIO, 2002). Portanto, apresenta-se como uma categoria de grande complexidade que requer ser compreendida inserida no processo histórico e político brasileiro.

A Constituição Federal de 1988 criou um Estado de Direito no país, com responsabilidades sociais (COSTA, 2006). As prerrogativas legais e garantias de direito empreendiam uma mudança no Estado com ênfase na proposta de municipalização, com a descentralização do poder e a criação de direitos sociais. Porém, essa normatividade legal ocorreu em meio a uma crise fiscal e política do Estado que favoreceu a disseminação da ofensiva neoliberal que cobrava a redução do Estado na regulação econômica e social.

Associado a esse contexto, tem-se a ampliação do debate acerca da reforma do Estado. A reforma do Estado passa por uma profunda redefinição da relação entre o Estado e a Sociedade, num período de consolidação democrática, que se expressa, no país, após os anos 1980. Nesse sentido, implica em um novo pacto com redefinições das relações públicas e privadas no âmbito da sociedade que possibilitam alterações significativas, remetendo à construção de um novo paradigma de gestão pública.

Assim, é no bojo da reforma do Estado que se encontram os incentivos para a introdução de novos mecanismos de gestão das políticas públicas.

A agenda transformadora, ainda que ao preço de uma hipervalorização

da administração empresarial e de uma entrega do estado ao mercado, ajudou a que criassem focos de incentivo para atualização do modo burocrático, o aumento do controle social e a incorporação de mecanismos de participação e de descentralização à gestão das políticas sociais. Nesse movimento, uma cultura democrático-participacionista floresceu no setor público, ajudando a que se tomasse maior consciência da relevância do protagonismo social. (NOGUEIRA, 2004, p. 39).

Em face desse contexto, incorreram as mudanças estruturais e societárias ressignificando as relações entre Estado e sociedade.

A este conjunto de mudanças que compreende as transformações no mundo da produção, os ajustes estruturais, a nova divisão internacional do trabalho, os acordos internacionais de livres-comércio, as estratégias multilaterais, dentre outras, somando-se valores, crenças, pontos de vistas e conceitos considerados fundamentais ao processo de legitimação da governança global. Dentre eles, a concepção de sociedade civil, metamorfoseada em “terceiro setor”, vem se destacando em sua virtude de força na construção da hegemonia neoliberal. (ALMEIDA, 2004, p. 8).

Frente á essa realidade, vê-se a construção de uma gestão pública, que insere os mecanismos constitucionais como a descentralização e com ênfase na municipalização, visto, este, como espaço que proporciona a proximidade das relações entre o Estado e a Sociedade, favorecendo a participação e o controle social. Nesse sentido, uma nova dinâmica social torna-se expressiva na realidade brasileira, que possibilita construir no cotidiano das ações humanas o processo de implementação das políticas públicas.

Nesse sentido, o termo sociedade civil passa a ser associado por diversos atores sociais e o seu significado incorre na reconstrução da trajetória de um conceito que foi recebendo múltiplos e diversos significados.

Na perspectiva de configuração deste estudo, a concepção de sociedade civil que permeará as reflexões é proveniente da seguinte contribuição:

[...] que compreende a sociedade civil, como palco de um pluralismo de organismo coletivos ditos “privados” (associações e organizações, sindicatos, partidos, atividades culturais, meios de comunicação, etc.)

é a nova configuração da dinâmica social, na qual se precisava a política e sua relação com as esferas da vida social e elaborar novos termos da hegemonia. (DURIGUETO, 2004, p. 55).

Nesse intuito, as ONGs, inserem-se no campo de ações da sociedade civil comprometendo-se com a busca de alternativas para o enfrentamento dos problemas sociais, configurando-se como organizações sem fins lucrativos, que não fazem parte do aparelho burocrático do Estado, que se caracterizam por iniciativas comprometidas com a reconstrução da vida social, principalmente, após a segunda guerra mundial.

Quanto ao trabalho realizado pelas ONGs, Teixeira (2004, p. 80) salienta:

[...] trabalhando com demandas populares de serviço de competência do estado, inicialmente as ONGs adotam uma posição, senão anti-Estado, pelo menos de desconhecê-lo. Desta posição avança para outra de questionamento das ações estatais, buscando formular alternativas mais condizentes com as necessidades da população, grande parte delas testadas em experiências concretas nas comunidades, ainda que em pequena escala.

Destaca-se que as ONGs possuem atualmente forte teor crítico e oposicionista, tendo significativa intervenção junto aos trabalhos nas periferias das cidades e no campo, nas bases de fábricas, educação popular, sindicatos, qualificação profissional, dentre outros. A sua atuação engloba, portanto, uma diversidade de projetos, dentre eles os de desenvolvimento, de educação, de direitos humanos e de Assistência Social.

É frente a esse contexto de mudanças que as ONGs vêm assumindo as ações de caráter público, demarcando uma atuação conjunta com novos contornos e caráter de público. Nesse intuito, observa-se que as relações entre o Estado e a Sociedade estão sendo construídas na esteira das diversidades e dos conflitos inerentes às transformações econômicas, políticas, sociais e culturais que permeiam a realidade brasileira.

Assim, ressalta-se que a Assistência Social Pública se voltou, historicamente, para a introdução de mecanismos de apoio às organizações, e não diretamente à população. Assim, essa área vai se estruturando nas relações com a sociedade civil e no interior do Estado se constituindo em práticas passíveis de serem tratadas com sobras de recursos, revestida pela forma de tutela, de benesse, de favor, que no fim mais aprofunda a

pobreza e as desigualdades sociais na realidade brasileira. Sob esse ângulo, pode-se dizer que a Assistência Social se desenvolveu mediada por organizações sem fins lucrativos ou por voluntários, num obscuro campo de publicização do privado, sem delinear claramente o que nesse campo era público ou privado (MESTRINER, 2005)

É no bojo dessas transformações que se configura a construção de uma nova esfera pública na sociedade brasileira. “A esfera pública possui suas raízes no âmbito do processo de organização do regime democrático moderno e diz respeito à constituição e ao papel desempenhado pelos atores sociais no processo democrático” (FEDOZZI, 2000, p. 39). Nessa direção, essa esfera pública está intimamente entrelaçada com a concepção de cidadania na modernidade.

A concepção de esfera pública² que permeará este estudo baseia-se na ideia de que sua constituição é parte integrante do processo de democratização pela via do fortalecimento do Estado e da sociedade civil, expresso pela inscrição dos interesses da maioria nos processos de decisão política.

Nesses termos, a esfera pública fortalece-se a partir de um contexto moderno de sociedade capitalista, conforme expressa Raichelis:

A esfera pública é o Estado e a qualidade das coisas públicas. Trata-se de uma categoria típica de era do capital, vinculada à evolução histórica da sociedade burguesa saída da alta Idade Média européia. Essa esfera pública formou-se ao final do século XVIII, configurando-se em um âmbito específico da sociedade burguesa a partir do desenvolvimento histórico da cultura material burguesa. A partir da progressiva emancipação do intercâmbio econômico entre os homens em relação ao controle estatal, vai se abrindo um espaço social aglutinador dos interesses comuns ou públicos dos sujeitos privados, que regula as suas relações com o mercado e com o poder político. Este âmbito social, responsá-

² As configurações assumidas pela esfera pública no contexto das transformações capitalistas, requer que sejam refletidas no contexto da formação da sociedade burguesa. Para um maior aprofundamento, remetemos às contribuições de (HABERMAS, 1981; ARENDT, 1991; TELLES, 1990). A esfera pública remete a um espaço de aparecimento e visibilidade. “Tudo que vem a público pode ser visto e ouvido por todos”, e é essa visibilidade pública que constrói a realidade, forja um mundo comum. Os caminhos de formação dessa esfera comum são construídos, portanto, pelo discurso e pela ação dos sujeitos sociais que, estabelecendo uma interlocução pública, possam deliberar em conjunto as questões que dizem respeito a um destino coletivo (RAICHELLIS, 2000).

vel pela mediação entre sociedade civil diante do Estado (e também no interior do Estado), denomina-se de esfera pública burguesa. (HABERMANS *apud* RAICHELLIS, 2000, p. 48).

Assim, a esfera pública descortina um universo imenso de fenômenos que se relacionam às complexas relações entre Estado, Mercado e Sociedade Civil. Nesse campo, interpenetram-se e imbricam-se as contradições entre as esferas do público e do privado.

Para Fedozzi (2000), o conceito de público na contemporaneidade assume uma dimensão de um mundo compartilhado com os outros, e não de propriedade privada dos indivíduos nem do poder estatal. O autor retoma as contribuições de Arendt sobre suas ideias de espaço público, ao afirmar que:

O espaço público é onde os homens, por meio de procedimentos discursivos, da convivência com a pluralidade humana, dos argumentos, podem compartilhar a construção de um mundo comum legitimado pelo reconhecimento público e intersubjetivo dos outros. Esse reconhecimento da pluralidade necessita do espaço público como lugar de reconhecimento da singularidade de cada um. (ARENDT *apud* FEDOZZI, 2000, p. 41).

Considerando o exposto, não bastam as mudanças legais e de desenhos institucionais, faz-se necessário trabalhar um processo político, técnico e pedagógico de absorção de uma nova cultura de gestão pública pelos organismos públicos, especialmente pelos atores institucionais e pela sociedade em geral, como forma de garantir maior expansão da participação e decisão dos sujeitos junto às políticas públicas. Em síntese, é imperioso que os referidos atores institucionais e a sociedade de forma geral tenham capacidade técnica e política para participação da gestão, visando oferecer mais qualidade, transparência e eficácia, enfim, impacto na realidade social e política da sociedade.

É nesse contexto que se averigua o modelo de gestão da Política de Assistência social na perspectiva do SUAS, que se ressaltam a relação público e privado, territorialidade, intersetorialidade, como espaço que proporciona a proximidade das relações entre o Estado e a sociedade, favorecendo a participação e o controle social.

Como se pode constatar, a relação entre Estado e sociedade civil redefine uma noção de atuação conjunta por meio de parceria, que, se-

gundo Mestriner (2005), é aquela que não desobriga o Estado das suas responsabilidades pelos direitos de seguridade e não retira da sociedade autonomia e possibilidades de práticas democráticas.

Do exposto, verifica-se que de modo hegemônico, o caráter do Estado brasileiro é de redução de seu papel e função característicos do Estado liberal, com um Estado mínimo para o social e máximo para o capital. Mas, no entanto, ressalta-se que na atuação do Estado encontra-se expressa a sua dimensão de ser o responsável pela condução das políticas públicas no Brasil.

Dessa maneira constata-se, que cada vez mais o Estado é chamado a intervir na realidade, especialmente, junto à problemática social, que remete a uma relação de compartilhamento de responsabilidades entre o Estado e a sociedade civil. Daí, a necessidade da democratização da gestão pública como um reforço da cidadania, constituindo-se em fator de democratização da gestão como um todo e proximidade das relações.

3 A ASSISTÊNCIA SOCIAL PÚBLICA NO CONTEXTO DO SISTEMA ÚNICO DE ASSISTÊNCIA SOCIAL

A Assistência Social é conferida o Estatuto de Política Pública com a Constituição Federal de 1988, conceituada como política pública não contributiva da Seguridade Social ao lado da saúde e da previdência social. Seguida de regulamentação por meio da Lei Orgânica da Assistência Social (LOAS), em 1993, e da aprovação da política Nacional de Assistência Social (PNAS), em 2004, como marco político para implantação do Sistema Único de Assistência Social, em 2005.

É notório que, nesse âmbito, a Assistência social deve ser entendida como mais um espaço de conquista de direitos em disputas estabelecidas entre Estado e sociedade civil, ou seja, a assistência como política de direitos.

Ao longo dos anos 1990, buscou-se regulamentá-la e consolidar uma cultura Política na implementação da Assistência Social em todo o Brasil, a partir dos princípios e das diretrizes constitucionais e reguladas nas legislações e normatizações específicas da Política que apontam para o redesenho das políticas públicas, particularmente, a política de Assistência Social.

No âmbito da Política de Assistência Social, a LOAS propõe um conjunto integrado de ações e iniciativas do governo e da sociedade ci-

vil para garantir proteção social a quem dela necessitar, tendo o Estado a primazia da responsabilidade quanto a formulação. Em observância aos instrumentos normativos, especialmente a NOB/SUAS (2012), a oferta das ações do SUAS (serviços, programas, projetos e benefícios) deve ocorrer de forma integrada pelo poder público e complementarmente pelas entidades e organizações da Sociedade Civil, compondo uma rede articulada no sentido de evitar o paralelismo, fragmentação e dispersão de recursos. E está posta a busca por superação da cultura privatista presente no Estado e nas entidades para prover a Assistência Social.

Destaca-se, nesse cenário, a busca de consolidação de novos processos de desenvolvimento pautado na necessidade e participação da Sociedade Civil, em que as ONGs têm ampliado o nível de conscientização e fortalecimento dos esforços do município no processo de implementação das Políticas Públicas.

A ênfase, portanto, é no caráter público, na relação de direito, na continuidade dos serviços e na responsabilização do Estado. Tem-se, portanto, conquistas que apontam para rupturas profundas nas políticas sociais e de forma particular, da Política de Assistência Social no que se refere ao caráter de garantias dos direitos sociais.

3.1 O SISTEMA ÚNICO DE ASSISTÊNCIA SOCIAL E A MATERIALIZAÇÃO DA RELAÇÃO ENTRE O PÚBLICO E PRIVADO.

É no bojo deste debate que o Sistema Único de Assistência Social (SUAS) decorrente de um processo de mobilização do conjunto de atores sociais que atuam no seio da política vem a materializar e organizar os princípios preconizados pelas LOAS e a nova PNAS de 2004.

No Governo do presidente Luís Inácio Lula da Silva (2003 a 2005), a Política de Assistência Social é impulsionada na afirmação dos direitos sociais e de um redesenho de sua organização. Esse impulso deu-se a partir de um amplo movimento de reflexões e debates realizado pelos atores sociais, gestores e técnicos institucionais e categorias de profissionais que lidam com a política acerca da necessidade de reorganização da Assistência Social, resultando na PNAS (2004) e na NOB e SUAS (2005), como ferramentas de regulação dessa política.

A PNAS (2004), que possui como instância coordenadora da política o Ministério de Desenvolvimento Social e Combate à Fome (MDS/ FOME ZERO), preconizou o estabelecimento de novas bases para a re-

lação entre Estado e a Sociedade Civil, através do SUAS. O SUAS fundamenta-se em um modelo de gestão participativa e descentralizada, que robustece e organiza as ações de Assistência Social. Assim, o SUAS constitui-se:

Na regulação e organização em todo território nacional das ações socioassistenciais. Os serviços, programas, projetos e benefícios têm como foco prioritário a atenção às famílias, seus membros e indivíduos e o território como base de organização, que passam a ser definidos pelas funções que desempenham, pelo número de pessoas que deles necessitam e pela complexidade. Pressupõe, ainda, gestão compartilhada, co-financiamento da política pelas três esferas de governo e definição clara das competências técnicas-políticas da União, Estados e Distrito Federal e Municípios, com a participação e mobilização da sociedade civil, e estes têm o papel efetivo na sua implantação e implementação. (BRASIL, 2004, p. 39).

Nesse sentido, o SUAS define e organiza os elementos essenciais e imprescindíveis à execução da Política de Assistência Social possibilitando a normatização dos padrões nos serviços, na qualidade do atendimento, nos indicadores de avaliação e resultados, na nomenclatura dos serviços e da rede socioassistencial.

Face a organização do sistema, o SUAS, estabelece os eixos estruturantes do sistema em conformidade com a política de Assistência Social, como: matricialidade sociofamiliar; descentralização político-administrativa e territorialização; novas bases para a relação entre o Estado e Sociedade Civil, assentadas nos princípios da intersetorialidade e formação de redes de atendimento; financiamento; controle social e participação popular, além da política de recursos humanos, bem como, evidencia elementos inovadores com os subsistemas de informação, monitoramento e avaliação. Seguindo-se de uma nova conceituação de vigilância social, proteção social e defesa social e institucional³ que se consti-

³ Os termos “vigilância social refere-se à produção, sistematização de informações, indicadores e índices territorializados das situações de vulnerabilidades e risco pessoal que incidem sobre as famílias/pessoas nos diferentes ciclos de vida (crianças, adolescente, jovens, adultos e idosos); pessoa com redução da capacidade pessoal, com deficiência ou em abandono; crianças e adultos, vítimas de formas de exploração, de violência e de ameaças; vítimas de preconceitos por etnia, gênero e opção pessoal; [...]. Vigilância sobre os padrões de serviços de Assistência Social em especial aqueles que operam na forma de albergues, abrigos, residências, semi-resi-

tuem como referências para a organização dos serviços socioassistenciais no SUAS (PNAS, 2004).

Entretanto, salienta-se que esse processo de consolidação da LOAS e PNAS consiste em grandes desafios que envolvem dentre outros aspectos, o convívio do arcaico e do novo, do conservadorismo e da democracia, dificultando a sua implementação tal como foi concebida. Essa análise expressa os resquícios históricos das práticas assistenciais presentes ainda na gestão da Política de Assistência Social, confrontando-se com uma nova legislação que preconiza os direitos sociais.

Desde então, o Poder Público Municipal em Teresina, por meio da Secretaria Municipal do Trabalho, Cidadania e Assistência Social (SEMTCAS), atualmente alterada a sua denominação para Secretaria Municipal de Cidadania, Assistência Social e Políticas Integradas (SEM-CASPI), empreendeu esforços no sentido de adequar a organização e a oferta de suas ações ao ordenamento legal e normativo da área, com vistas à concretização e à consolidação do SUAS. Com o SUAS, inúmeras mudanças ocorreram no marco teórico, na estruturação organizativa, nos mecanismos de gerenciamento e controle da Política de Assistência Social no Brasil e consequentemente em Teresina (PNAS/2004).

Nessa perspectiva, o ano de 2007 foi decisivo pela adoção de uma série de medidas, dentre as quais, citamos: a redefinição da estrutura organizacional⁴ do órgão gestor da Política e o consequente reordenamento

dências, moradias provisórias para os diversos segmentos etários. Os indicadores a serem construídos devem mensurar no território as situações sociais e violação de direitos [...]. Quanto a Proteção Social refere-se a segurança de sobrevivência ou de rendimentos e de autonomia: Segurança de convívio ou vivência familiar e segurança de acolhimento. E por último a Defesa Social e institucional que refere-se a proteção básica e especial devem ser organizados de fora a garantir aos seus usuários o acesso ao conhecimento dos direitos socioassistenciais e sua defesa. São direitos socioassistenciais a serem assegurados na operação do SUAS a seus usuário: direito ao atendimento digno, atencioso e respeitoso, ausentes de procedimentos vexatórios e coercitivos; direito ao tempo, de modo a acessar a rede de serviços com reduzida espera e de acordo com a necessidade; direito a informação, como direito primário do cidadão, sobretudo àqueles com vivências de barreiras culturais, de leitura, e limitações físicas; direito do usuário ao protagonismo e manifestação de seus interesses; direito do usuário à oferta qualificada de serviço; direito de convivência familiar e comunitárias” (BRASIL, 2004, p. 42-43).

⁴ O Reordenamento Institucional da SEMTCAS fundamenta-se na LOAS (1993), PNAS (2004) NOB/SUAS (2005), tendo-se construído um novo organograma Institucional e as diretrizes para a elaboração do Regimento Interno da Secretaria. Esse estabelece que a SEMTCAS é o órgão da administração direta, subordinado direta-

operativo dos seus serviços, programas e projetos para uma atuação com o foco na família e no território, a partir de ações integradas e articuladas entre os serviços oferecidos pela rede socioassistencial e outras políticas setoriais (PNAS, 2004).

Cabe, ainda destacar, que o município de Teresina, a partir do reordenamento Institucional, adequa-se ao nível de gestão plena⁵ proposto pelo SUAS.

Nesse âmbito, a SEMTCAS, em relação à gestão plena, tem as seguintes finalidades e competências:

I. Formular e executar, em nível municipal de Assistência Social, a operacionalização do Sistema Único de Assistência Social (SUAS), em articulação com órgãos da administração pública federal, estadual e municipal e com entidades não governamentais; II. Implementar a Assistência Social em Teresina como política e direitos de proteção social a ser gerida e operada por meio de comando único com ação descentralizada, considerando as especificidades socioterritoriais do município; III. Organizar e gerir a rede socioassistencial municipal, composta pela totalidade dos benefícios, serviços, programas e projetos Governamentais e Não Governamentais existentes em área de abrangência; [...] V. Prover serviços, programas, projetos e benefícios de proteção social básica e/ ou especial para famílias, indivíduos e grupos que deles necessitam, assegurando a centralidade na família, a convivência familiar e comunitária; V. Contribuir para a inclusão com equidade dos usuários da Assistência Social e grupos específicos, ampliando o acesso aos bens e serviços socioassistencial básicos e especiais e possibilitando oportunidades para a conquista de autonomia, sustentabilidade e protagonismo (SEMTCAS, 2007, p. 1).

mente ao chefe do poder executivo municipal responsável pelo planejamento, coordenação e execução da Assistência Social, política de seguridade social, que afiança proteção social como direito de cidadania, preceituados nos artigos 203 e 204 da Constituição federal, regulamentada pela Lei federal 8.742/93 (BRASIL, 1993; SEMTCAS, 2007).

⁵ A gestão Plena refere-se ao nível de gestão, ao qual o município se encontra. Assim, consiste em um nível de gestão que reuni condições e responsabilidades mais completa, que insere um sistema municipal de monitoramento e avaliação por nível de proteção social, capacidade instalada de alta complexidade, possuir gestor de fundo nominado, e lotado no órgão gestor de Assistência Social e possuir uma política de recursos humanos com carreira para os servidores públicos. Deve ainda, possuir projetos e programas de inclusão produtiva, programa ampliado do CREAS vinculo SUAS com entidades parceiras e avaliação de resultados (BRASIL, 2004).

Em seguida, procedeu-se ao reordenamento institucional respeitando os objetivos definidos pela PNAS (2004), de prover serviços programas, projetos e benefícios de proteção social básica e de proteção social especial para famílias indivíduos e grupos que deles necessitarem; de contribuir com a inclusão e a equidade dos usuários e grupos específicos, ampliando o acesso aos bens e serviços socioassistencial básicos e especiais, em áreas urbanas e rural; e, ainda, assegurar que as ações no âmbito da Assistência Social tenham centralidade na família e garantam a convivência familiar e comunitária. Assim, nessa concepção da política, as ações socioassistenciais devem aprofundar duas formas de proteção: a básica e a especial, essas se configuram como:

A Proteção Social Básica tem como objetivos prevenir situações de riscos, por meio do desenvolvimento de potencialidades, aquisições e o fortalecimento de vínculos familiares e comunitários. Destina-se à população que vive em situação de vulnerabilidade social, decorrente da pobreza, privação (ausência de renda, precário ou nulo acesso aos serviços públicos, dentre outros) e/ou fragilização de vínculos afetivos, relacionais e de pertencimento social. *A Proteção Social Especial* tem como objetivos prover atenções socioassistenciais a famílias e indivíduos que se encontram em situação de risco pessoal e social, por ocorrência de abandono, maus tratos físicos e ou psíquicos, abuso sexual, uso de substâncias psicoativas, cumprimento de medidas socioeducativas, situação de trabalho infantil, entre outras (NOB/SUAS, 2012, p.18). (grifo nosso)

Do exposto, ressalta-se que a SEMTCAS, em 2017, alterou sua denominação para Secretaria Municipal de Cidadania, Assistência Social e Políticas Integradas (SEMCASPI), implementando a relação de parceria público e privado em conformidade com o novo Marco Regulatório das Organizações da Sociedade Civil - lei nº 13.019, de 23 de janeiro de 2016, tendo em vista estimular a gestão democrática nas diferentes esferas de governo e valorizando as organizações da sociedade civil como parceira do poder público na garantia de direitos e na efetivação dos direitos sociais.

No que tange à participação das entidades e organizações sociais na execução da política de Assistência Social, confere-se, no capítulo III da Organização e Gestão da Política de Assistência Social previsto na LOAS (1993) no seu art. 6º, na PNAS (2004) e na NOB/SUAS (2012), que:

As ações na área de Assistência Social são organizadas em sistema descentralizado e participativo, construído pelas entidades e organizações de Assistência Social, abrangidos por essa lei, que articule meios, esforços e recursos, e por um conjunto de instâncias deliberativas compostas pelos diversos setores envolvidos na área. (BRASIL, 1993, p.10).

São consideradas entidades e organizações de Assistência Social da sociedade civil, segundo o art. 3º da LOAS “[...] aquelas que prestam, sem fins lucrativos, atendimento e assessoramento aos beneficiários, abrangidos por essa Lei, bem como as que atuam na defesa e garantia de seus direitos” (LOAS, 1993, p. 8).

Nesse sentido, as referidas entidades e organizações sociais necessitam estar inscritas nos Conselhos de Assistência Social, nos diferentes níveis de governo conforme a sua esfera de atuação, para, então, fazerem-se aptas a executar ações públicas de Assistência Social como regulamenta a LOAS (1993).

Salienta-se que, no Brasil, o Estado sempre incentivou a criação e organização das entidades de Assistência Social, transferindo, muitas vezes, para essas a responsabilidade pelo atendimento à população e desobrigando-se de oferecer respostas diretas. Esse estímulo ocorreu pelo reconhecimento de sua utilidade pública e por uma política de subvenções e transferência para a prestação de serviços assistenciais.

No entanto, ressentia-se de uma legislação específica que regulamentasse a organização, o financiamento, o controle social e a transparência na gestão dos recursos públicos, como as estabelecidas pela LOAS, a PNAS, a NOB/SUAS. Assim, com o SUAS tem-se a exigência da regulação estatal, normatização e monitoramento dos padrões de atenção que passam a direcionar a relação entre o poder público e as organizações de Assistência Social.

3 CONCLUSÃO

Assim, no âmbito da política de Assistência Social, a LOAS propõe um conjunto integrado de ações e iniciativas do governo e da sociedade civil para garantir proteção social a quem dela necessitar, tendo o Estado a primazia da responsabilidade quanto à formulação. Em observância à realidade municipal e aos instrumentos normativos, especial-

mente a NOB/ SUAS (2012), constata-se que a oferta das ações do SUAS (serviços, programas, projetos e benefícios) buscam construir de forma integrada pelo poder público e complementarmente pelas entidades e organizações da Sociedade Civil, compondo uma rede articulada no sentido de evitar a sobreposição e dispersão de recursos.

Destaca-se, ainda, que nesse processo de execução da Política de Assistência social na perspectiva do SUAS, sem prejuízo do papel do Estado em responder pelas políticas públicas, amplia-se a arena de sujeitos (parceiros e interlocutores) identificados pela vontade política de enfrentar os mecanismos de reprodução das variadas formas de exclusão social. Os mecanismos de articulação entre iniciativas do poder público e iniciativas da sociedade civil são fundamentais, devendo estabelecer uma relação de parceria, onde os resultados e alcance social constituem expectativas de ambos.

Em suma, a ênfase, portanto, é no caráter público, na relação de direito, na continuidade dos serviços e na responsabilização do Estado. Tem-se, portanto, conquistas legais e políticas que apontam para rupturas profundas na forma de relação entre o público e o privado que se fazia pela relação clientelística e assistencialista, imprimindo na atualidade as prerrogativas baseadas na perspectiva dos direitos sociais.

REFERÊNCIAS

ALMEIDA, É. T. V. de. Crítica da metamorfose do conceito de sociedade civil em “terceiro setor”. *Serviço Social & Sociedade*, São Paulo, v. 25, n. 80, p. 494-110, nov. 2004.

BOBBIO, Norberto. *Ensaio sobre Gramsci e o conceito de Sociedade Civil*, São Paulo, Paz e terra, 2002.

BRASIL. Lei nº 8.742, de 7 de dezembro de 1993, *estabelece a Lei Orgânica da Assistência Social (LOAS)*. Brasília, 1993.

_____. Ministério do Desenvolvimento Social e Combate Fome. *Norma Operacional Básica – NOB/SUAS*, Brasília, DF, 2012.

_____. Ministério do Desenvolvimento Social e Combate Fome. *Política Nacional de Assistência Social - PNAS*, Brasília, DF, 2004.

_____. Ministério do Desenvolvimento Social e Combate Fome. *Norma Operacional Básica – NOB/SUAS*, Brasília, DF, 2012.

COSTA, L. C. da. *Os Impasses do Estado Capitalista: uma análise sobre a reforma do Estado no Brasil*. São Paulo: Cortez, 2006.

DURIGUETO, M. L. *Sociedade Civil e Democracia: um debate necessário*. São Paulo: Cortez, 2004.

FEDOZZI, Luciano. *Orçamento Participativo e esfera pública: Elementos para um debate conceitual*. In: *Por uma nova esfera pública: a experiência do orçamento participativo*. FISCHER, Nilton Bueno. MOLL, Jaqueline. (orgs.) Rio de Janeiro, Vozes, 2000.

MESTRINER, M. L. *O Estado entre a filantropia e a Assistência Social*. 2. ed. São Paulo: Cortez, 2005.

NOGUEIRA, Marco A. *Um Estado para a Sociedade civil: temas éticos e Políticos da Gestão Democrática*. São Paulo. Cortez, 2004.

PMT/SEMTAS. *Política Municipal de Assistência Social*. Teresina. Piauí. 2007.

_____. *Relatório de Gestão*. 1999. Teresina. Piauí. 1999.

RAICHELLIS, Raquel. *Esfera Pública e Conselhos de Assistência Social*. Caminhos da construção democrática. 2ed. São Paulo, Cortez. 2000.

TEIXEIRA, E. O papel político das associações. *Revista Serviço Social e Sociedade*, São Paulo, n. 72, jan. 2004.

PARÂMETROS TEÓRICOS METODOLÓGICOS PARA O ACOMPANHAMENTO FAMILIAR ATRAVÉS DE GRUPOS

POLIANA DE OLIVEIRA CARVALHO¹

1 INTRODUÇÃO

Desvendar o potencial do acompanhamento familiar ou mesmo diferencia-lo do conjunto de outros procedimentos que se realizam no âmbito da Política de assistência, para além de um desafio prático, torna-se um dilema teórico que movimenta o cotidiano dos profissionais, que são atravessados por demandas imediatas, grande volume de atendimentos pontuais e uma escassez cada vez maior de ativos que possam ser oferecidos pelo Estado.

Com o objetivo de promover a reflexão sobre a prática do acompanhamento familiar através de grupos é que se realiza essa discussão teórica com base no trabalho de teóricos que estudam essa temática no Brasil. O debate sobre a família e seu lugar nas diferentes políticas públicas está instado, mas é preciso refletir especificamente sobre a metodologia de trabalho social com famílias na Política de Assistência Social e sobre a importância da instalação da experiência através de grupos de

¹ É Assistente Social no CRAS Norte IV. Mestra em Políticas Públicas pela UFPI. Doutoranda em Políticas Públicas pela UFPI. E-mail: polianacarvalho10@hotmail.com

famílias.

2 A POLÍTICA DE ASSISTÊNCIA SOCIAL E O ACOMPANHAMENTO FAMILIAR ATRAVÉS DE GRUPOS

A assistência Social, enquanto direito reconhecido pela primeira vez na Constituição Federal de 1988, vem paulatinamente, desde então, através de diversos atores, lutando para efetiva-se como uma política pública organizada através de um sistema único.

Com muitos entraves (econômicos e culturais), mas também diversos progressos (formas de fazer pautados na luta por uma emancipação social), diante de um cenário de uma miscelânea de refrações da questão social, a assistência social tem que trabalhar diariamente com um conjunto de demandas que requerem um atendimento imediato, mas que acima de tudo desafiam os profissionais que executam a política em encontrar percursos para mudanças sociais.

Pouco reconhecida, apesar do volume de atendimentos individuais e diários que realiza, a política vem tentando efetivar sua prática através de um procedimento de atendimento planejado democraticamente e em caráter continuado conceituado como Acompanhamento familiar. De acordo com o Protocolo de Gestão Integrada de Serviços, Benefícios e Transferências de Renda no âmbito do SUAS (art. 20),

O acompanhamento familiar consiste no desenvolvimento de intervenções desenvolvidas em serviços continuados, com objetivos estabelecidos, que possibilite à família o acesso a um espaço onde possa refletir sobre sua realidade, construir novos projetos de vida e transformar suas relações - sejam elas familiares ou comunitárias (BRASIL, 2009.b).

O Acompanhamento aconteceria através do Trabalho Social com famílias, que segundo Teixeira (2017, p. 17), “O trabalho social com família é um trabalho profissional, técnico e especializado desenvolvido por equipes interdisciplinares no contexto do processo de trabalho nas políticas sociais”. Voltado para reprodução social na perspectiva material e construção ideopolítica como uma forma de vencer as contradições que permeiam o cotidiano dos usuários dessa política.

Em busca de vencer grande parte desses desafios e fomentar o potencial político do trabalho, tem-se apostado na possibilidade do

acompanhamento através de grupos de famílias. Os procedimentos grupais são considerados mais eficazes e capazes de realizar mudanças significativas no alcance de comportamentos mais reflexivos, em especial quando implementados de forma horizontal e crítica, problematizando a realidade vivida. Nessa perspectiva, contraditoriamente, o serviço prevê também a vocalização de demandas e de lutas por políticas públicas.

Acredita-se que o acompanhamento familiar em grupo contribui para resultados mais efetivos, pois, ao mobilizar um grupo de famílias, propicia-se a troca de vivências que tornam esse acompanhamento uma experiência de empoderamento das famílias e, por consequência, do território, promovendo o aumento da capacidade das famílias de vocalizar suas demandas, produzir consensos, de aceitar a diferença e de negociar conflitos de modo não violento, a identificação e consolidação de redes de apoio social, a construção de projetos comunitários, produzindo processos de protagonismo e autonomia da população e de responsabilização do poder público por uma rede de proteção social e garantia de direitos. (BRASIL, 2012, p. 75).

Os grupos de acompanhamento familiar, segundo as orientações do Ministério de desenvolvimento Social e Combate à Fome, devem ser organizados em torno demandas comuns e buscam a organização comunitária, a emancipação social, o protagonismo como cidadão (BRASIL, 2006). Segundo Carvalho (2018, p. 185)

Esses serviços são desfamiliarizantes porque oferecem apoio às famílias na proteção de seus membros, com ações educativas, lúdicas, socializadoras; ocupam o tempo livre desses membros, são preventivas. Todavia, os recursos para os serviços ainda são poucos dentro do orçamento da assistência social, recaindo sobre as famílias a responsabilidade pelos seus membros, sem receberem suporte adequado para isso.

De acordo com Eiras (2012), Lima e Mioto(2011) e Abreu(2011) as bases teóricas que impulsionam o trabalho com famílias partem da pedagogia desenhada por Paulo Freire e bases Gramscianas. Segundo os autores atualiza-se as perspectivas trabalhadas por teorias tradicionais na busca de princípios educativos que superem o conformismo e a subalternidade identificada em muitos dos usuários da Política de Assistência social.

Segundo Lima e Mioto (2011), a proposta (com base em Gramsci) possibilita a construção de um espaço de discussão que chama o indivíduo, a família, a questionar a realidade e lutar por seus direitos. Significa tanto o fortalecimento da autonomia dos indivíduos, quanto da sua organização e mobilização em torno de necessidades comuns no campo da esfera pública.

A base freireana possibilita, a partir de um conteúdo deflagrador de discussão (condições de vida, estratégias de sobrevivência), construir um processo pedagógico que leva a reflexão e questionamento da realidade: “O trabalho socioeducativo realizado grupalmente permite ou possibilita que os sujeitos possam identificar-se com o grupo, possam construir uma identidade grupal e agir a partir de convergências de interesses ou da formação de horizontes comuns”. (EIRAS, 2012, p. 139).

Essa pedagogia perpassa transversalmente as atividades em grupo, principalmente no processo de acompanhamento familiar, como desenvolvimento da capacidade de vocalizar demandas e necessidades. Parte-se do princípio de que a partir do momento que ganha capacidade de refletir e dialogar sobre sua realidade é um passo importante para refletir sobre a realidade mais ampla.

O Manual de Orientações Técnicas sobre o PAIF (BRASIL, 2012), também cita como abordagem metodológica a Pesquisa-Ação, como uma forma de intervenção técnica que visa à solução de uma questão específica e ainda possibilita a coleta de dados importantes para o conhecimento da realidade.

Segundo Brandão (2006), ao tentar classificar os estilos de pesquisa participante Maria Ozanira da Silva e Silva reconhece a pesquisa-ação como uma abordagem: “Originada das propostas de Michel Thiollent no Brasil, “cuja característica fundamental é sua vinculação com a resolução de problemas coletivos através da participação conjunta dos pesquisadores com grupos interessados”(p. 36).

A pesquisa em serviço ainda é algo distante devido a uma série de fatores, destacando-se o fato de ser considerada uma atividade própria da academia, quando deveria ser encarada como uma estratégia de avaliação e aperfeiçoamento e no caso do acompanhamento familiar, mais uma estratégia de construção de conhecimento e espaço de diálogo permeado de criticidade, valorização do conhecimento dos indivíduos que

participam dos grupos e uma forma de reflexão sobre a prática.

A pesquisa-ação, enquanto desdobramento da pesquisa participante requer um profissional propositivo e com uma perspectiva teórica sensível para a construção de um conhecimento a partir de uma abordagem que não é tradicional, mas que tem reconhecimento científico.

O item a seguir, de forma superficial, vai tratar sobre o desafio de se realizar trabalho com famílias, próprios da grande maioria das políticas públicas, mas que na Política de Assistência Social torna-se um serviço específico

3 O DESAFIO DO ACOMPANHAMENTO FAMILIAR ATRAVÉS DE GRUPOS

O Acompanhamento com grupos de famílias no âmbito da Política de Assistência Social constitui fonte de debates e um desafio diário aos profissionais intitulados de trabalhadores do SUAS. Com metodologias, objetivos e bases teóricas diversificadas, o trabalho socioeducativo realizado a partir do acompanhamento familiar é encarado na atualidade como o carro chefe das ações socioassistenciais na Proteção Social Especial e principalmente na Proteção Social Básica.

O Trabalho Social com Famílias- TSF não é uma metodologia nova, nem exclusiva da Política de Assistência Social, mas é transvertida potencialmente em possibilidades emancipatórias. No caderno de orientação técnica sobre o PAIF, volume 2, o Trabalho Social com Famílias é conceituado da seguinte forma:

Conjunto de procedimentos efetuados a partir de pressupostos éticos, conhecimento teórico-metodológico e técnico-operativo, com a finalidade de contribuir para a convivência, reconhecimento de direitos e possibilidades de intervenção na vida social de um conjunto de pessoas, unidas por laços consanguíneos, afetivos e/ou de solidariedade- que se constitui em um espaço privilegiado e insubstituível de proteção e socialização primárias, com os objetivos de proteger seus direitos, apoiá-los no desempenho da sua função de proteção e socialização de seus membros, bem como assegurar o convívio familiar e comunitário, a partir do reconhecimento do papel do Estado na proteção às famílias e aos seus membros mais vulneráveis. Tal objetivo materializa-se a partir do desenvolvimento de ações de caráter “preventivo, protetivo e proativo”, reconhecendo as famílias e seus membros como sujeitos de direitos e tendo por foco as potencialidades e vulnerabilidades presentes no seu

território de vivência. (BRASIL, 2012, p. 12).

Mas é possível verificar uma contradição básica, pois para além do potencial político para emancipação social identifica-se objetivos que incorrem em responsabilização dos indivíduos e famílias, principalmente quando fala sobre o Fortalecimento da função protetiva da família, paralelo aos objetivos que expressam acesso a direitos: Promover aquisições materiais e sociais, potencializando o protagonismo e autonomia das famílias e comunidades; Promover acessos à rede de proteção social de assistência social, favorecendo o usufruto dos direitos socioassistenciais; Promover acessos aos serviços setoriais, contribuindo para a promoção de direitos. (BRASIL, 2009.a).

Explicitamente o trabalho pode ter diferentes direções. Primeiro, é a aposta em metodologias de intervenção voltadas para a promoção da reflexão, construção de cidadãos mais autônomos e participativos, a partir da identificação de seus recursos e potencialidades, pautando-se no respeito à dialogicidade e autonomia das famílias.

As oficinas com famílias têm por intuito suscitar reflexão sobre um tema de interesse das famílias, sobre vulnerabilidades e riscos, ou potencialidades, identificadas no território, contribuindo para o alcance de aquisições, em especial, o fortalecimento dos laços comunitários, o acesso a direitos, o protagonismo, a participação social e a prevenção a riscos. (BRASIL, 2012.b, p. 23).

Segundo, reforça as funções protetivas das redes informais. Nesse sentido, o trabalho social com famílias se pauta, em grande escala, em atividades de esclarecimento, repasse de informações no direcionamento para a mudança de hábitos e condutas (como cuidar os filhos, melhor administrar seu o lar, gerir os recursos dos benefícios, acompanhar os filhos etc.), como se as vulnerabilidades sociais decorressem de condutas incorretas ou do não cumprimento das funções da família. Portanto, atua-se ainda nas consequências imediatas das expressões da questão social tomadas como problemas individuais de competências e incompetências familiares. Embora também se configure na mobilização para a participação ou na formação política para o efetivo exercício da cidadania, através da negação da condição de passividades que favorece os processos de mudanças e de desenvolvimento do protagonismo e da autonomia.

(EIRAS, 2012).

As orientações técnicas, especialmente as publicadas em 2006, se voltam para discussões de temas, como citado a cima, que envolvem a dinâmica interna e privada das famílias, o que para Teixeira (2013):

Essas sugestões dão a nítida dimensão do trabalho socioeducativo, porquanto ele se volta majoritariamente para a discussão de questões internas à família, no sentido de gerar habilidades para o cuidado doméstico, para o reforço das responsabilidades familiares a partir de novos conhecimentos adquiridos e da discussão e reflexão do seu cotidiano. Portanto, essas práticas são herdeiras da educação disciplinadora e normatizadora da família, assumindo versões modernizadoras que escamoteiam a dimensão normativa, em nome de processos educativos que visam a aquisição, junto à família, de novos conhecimentos, atitudes, posturas e poder de decisão, ou seja, sua “autonomia”. (TEIXEIRA, 2013, p. 128-129).

A primeira capacidade da família que é subestimada é a de tomar decisões sobre como gerir sua história de vida. Visar à construção de ações participativas e que levem à autonomia é apontado como objetivo, mas no decorrer desse processo subestimam atitudes e decisões sobre a própria vida, sem problematizar também o acesso à direitos.

As normatizações publicadas em 2012 já colocam que o objetivo é potencializar as funções das famílias, que é proibido ações terapêuticas e funcionalistas no trabalho social com as famílias. Todavia, pouco instrumentaliza os trabalhadores que a executam.

De maneira contraditória, esse trabalho tenta conciliar os objetivos de uma Política voltada para a construção de direitos, mas centrada na potencialidade das funções familiares, sem aprofundar-se no que é viver em uma sociedade capitalista, contraditória e desigual por natureza. Assim, fica evidente que ainda é permeada por modos de fazer conservadores e que o alvo está desfocado da lógica dos direitos. Por isso começam a surgir as principais críticas dos estudiosos e profissionais da área. Segundo Miotto (2004), o trabalho é direcionado por lógicas arcaicas e enraizadas culturalmente na busca de padrões de normalidade e estabilidade. Perante tantas mudanças empreendidas ao redor da família, não tem como se instituir um padrão de certo e/ou ideal, sem perpetuar ações que geral exclusão.

As orientações técnicas atuais preveem a construção de um Pla-

no de Acompanhamento familiar que objetiva enfrentar vulnerabilidades e investir nas potencialidades apresentadas pelas famílias. Para o enfrentamento de vulnerabilidades, prevê a identificação de ativos presentes nas famílias, na rede privada de relações (família e comunidade) e em políticas sociais. No que se refere a potencialidades, espera-se construir um ambiente propício, a partir de conteúdo específico sócio-pedagógico, para o desenvolvimento de mentes mais reflexivas e que levem a um conviver comunitário. Não aprofunda-se sobre como superar conteúdos imediatistas: fome, falta de habitação etc, pois a PNAS é extremamente ineficiente na resposta imediata e questões que são vitais para o dia-a-dia de famílias pobres.

Para Carvalho(2018), as famílias procuram atendimento individual apresentando diversas questões que movem o mundo atual, mas o atendimento e acompanhamento não necessariamente precisam ser individualizantes, pois os problemas têm causas comuns e objetivos coletivos, demandando reflexão sobre suas realidades e dificuldades cotidianas. Como o atendimento de demandas imediatas e concretas não é o ponto forte da Política, parte-se para o investimento político-cultural a partir da construção de espaços de participação social.

Teixeira (2016) enfatiza que há uma ideia implícita de que a prevenção dos riscos acontece a partir da família, quando essas “aprendem” a realizar suas funções de proteção social, a partir da socialização, no cuidado, na assistência, provimento e proteção. O processo de aprendizagem grupal aconteceria a partir do compartilhamento de experiências e em um molde que a autora chama de “casos de família”, sem referências ao contexto, como se os problemas pudessem ser resolvidos pelo grupo e dentro do grupo.

Lima e Mioto(2011) enfatizam que o trabalho socioeducativo realizado a partir de uma perspectiva crítica e política, pode sim, contribuir para formação da consciência crítica da realidade vivenciada pelo grupo, mas deve ser pensada e realizada a partir de relações horizontais (profissionais e famílias).

O problema é quando não há essa direção no serviço, não se sai do atendimento individualizado, imediato e assistemático. Como a avaliação do acompanhamento e do trabalho com grupos, ainda é muito falha, para não se afirmar, inexistente, tanto pode-se está construindo um espaço com potencial de construção de mudanças palpáveis através de discussão na ótica da totalidade, como não.

Abreu (2011) e Eiras (2012) fazem uma alerta que muitos dos trabalhos realizados com famílias reproduzem ideais individualizantes e liberais no lugar da busca da emancipação. O uso das categorias autonomia, participação e protagonismo ou invés de significar o alcance reflexivo da segurança da fala e da luta por direitos representa na maioria das vezes o sentido da família resolver “seus problemas” de forma independente do amparo do Estado.

Teixeira (2017) faz um importante alerta que como esse trabalho realizado pelos profissionais com as famílias tem uma dimensão socioeducativa, a direção perseguida pelo acompanhamento vai depender das diretrizes e princípios da política, das instituições que executam os seus serviços e da fundamentação teórico-metodológica e ético-política que movimentam os profissionais.

A Política de Assistência Social apesar de ser fruto de conquistas concretizadas a partir da Constituição Federal de 1988, também foi perpassada por vieses conservadores e neoliberalistas, logo também reproduzem perspectivas individualizantes e liberais. O TSF de acordo com Teixeira (2017, p 17) “é um trabalho profissional, técnico e especializado”...logo requer investimento que deve reforçar a formação acadêmica de forma contínua para assim garantir a implantação de ações totalizantes e voltadas para a emancipação social das famílias.

Mesmo executado com profissionais direcionados por diretrizes ético-política, ainda sim são trabalhadores assalariados e como enfatiza Teixeira (2017, P. 29-30),

Assim, tanto o trabalho produtivo quanto os outros ramos que se incluem nos serviços (público, privados ou não-governamentais) não podem fugir dessa lógica do trabalho assalariado, ou seja, o trabalho produtivo e os que atuam sobre a reprodução social não escapam da alienação do trabalho, da submissão à produção de e reprodução riqueza e reprodução da ordem, o que não significa adesão incondicional e consciente a essa estrutura, ausência de resistências, de lutas, de contraposição e de alternativas.

Segundo Abreu (2011), as diretrizes que guiam as ações aparecem na maioria das vezes, em novos moldes, de forma reinventada, mas ainda tradicional, através das perspectivas da pedagogia da ajuda e da

participação². Perspectivas essas que despolitizam a questão social, reforçando tendências individualistas e de responsabilização da classe subalterna, enquadrando a política nos moldes neoliberais de dominação e alienação.

As críticas apontadas até aqui não visam desqualificar o potencial do acompanhamento familiar e do Trabalho Social com Famílias, mas aportar de forma crítica, que em quanto trabalho político e intelectual, tem horizontes e barreiras.

E essas barreiras só se transformarão em horizontes, se a Política conseguir transpor o enorme volume de demandas individuais que superlotam os serviços, todos os dias, em demandas de caráter coletivo. Para isso, Gueiros (2010) identifica a necessidade de valorização das capacidades e competências dos sujeitos, assim como a implantação de processos educativos numa ótica da totalidade que supere a naturalização dos problemas e da culpabilização das famílias.

Mas talvez no momento, o principal empecilho para o funcionamento desses serviços seja algo já também naturalizado na Política de Assistência Social: o sucateamento e a falta das condições de trabalho. Nunca se exigiu tanto dos profissionais. Além de constituírem-se na principal tecnologia para a execução do trabalho e de geralmente atuarem em um contexto de desvalorização profissional, ainda precisam contar com um leque de empecilhos, que devem ser ultrapassados pela “criatividade e boa vontade” da equipe.

Para Paiva (2006), a Política, por si só, já é permeada por preocupações que giram em torno do financiamento da infraestrutura, etc. Há também preocupações técnicas e teóricas, saberes e condições de trabalho. Não se pode esquecer de destacar também dois fatores fundamentais para a realização do acompanhamento com grupos: primeiro, a adesão das famílias, que nem sempre se sentem motivadas a participar,

² As metamorfoses operadas nas pedagogias da “ajuda” e da “participação” conforme uma reatualização da função pedagógica tradicional do assistente social, na sociedade brasileira, referidas no ajustamento, integração e promoção sociais, mediante incorporação de novos elementos e mediações que refuncionalizam essas pedagogias no processo de reorganização da cultura a partir da orientação neoliberal. Trata-se da função histórica do ocultamento não só das dimensões econômica e política da assistência no processo de reprodução na força de trabalho e no exercício do controle social, mas fundamentalmente, como desdobramento destas dimensões, a dissimulada manutenção do trabalhador em permanente estado de necessidade material e de dominação político-ideológica. (ABREU, 2011, p.226),

ou mesmo, não possuem condições para se fazer presente nesse serviço. Segundo que nem sempre os profissionais estão aptos para realizar o trabalho com grupos, desde o fato de estarem presos em diversos entraves específicos do serviço, ou por não se sentirem motivados ou embasados para realizar a metodologia de trabalho com grupos.

Faz-se urgente o fortalecimento da dimensão político-pedagógica do direito socioassistencial, com base no rigor técnico e controle social, capazes de mobilizar e potencializar a decisão de participação da população, diretamente e de forma emancipatória.

4 CONCLUSÃO

Quando se analisa o Trabalho social com famílias e a capacidade de transformação e gerar resultados que o acompanhamento dessas famílias pode vir a construir, requer dos técnicos que executam esse serviço um conjunto de indagações que possam subsidiar uma análise para um princípio de avaliação.

Além de ultrapassar gigantescas dificuldades de infraestrutura, infelizmente nos últimos anos intensificadas e naturalizadas na Política de Assistência Social, também precisam identificar qual referencial teórico metodológico estão embasando suas práticas. Parece distante indagar se estão trabalhando em prol da emancipação social das famílias ou de perspectivas individualizantes do capital, mas quando o serviço tende a culpabilizar famílias e individualizar problemas que são próprios do viver em uma sociedade extremamente desigual, infelizmente tende-se a reproduzir a ordem vigente sem refletir sobre suas contradições.

A estratégia do trabalho com grupos é uma forma de ultrapassar muitas limitações estruturais da política como a falta de ativos materiais, falta de transporte para realizar visitas domiciliares, mas ela desafia de sobremaneira os técnicos que estão na ponta do serviço, que é como “uma lança cega”. É preciso ter sapiência para entender que processos culturais e políticos trazem resultados a longo prazo e em conta-gotas. Que os processos grupais são mais eficientes em transformações não há dúvidas, mas avaliar o que tem-se construído através dos grupos de família na Política de assistência ainda é algo para longo prazo.

REFERÊNCIAS

ABREU, Marina Maciel. *Serviço Social e a organização da cultura: perfis pedagógicos da prática profissional*. 4. ed. São Paulo: Cortez, 2011.

BRASIL. *Constituição da República Federativa do Brasil*. Brasília, 1988.

_____. Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome. *Política Nacional de Assistência Social (PNAS)*. Brasília: MDS/SNAS, 2004.

_____. _____. *Orientações para o acompanhamento das famílias beneficiárias do Programa Bolsa Família no âmbito do Sistema Único de Assistência Social (SUAS)*. MDS/SNAS, 2006.

_____. *Orientações Técnicas :Centro de Referência da Assistência Social-CRAS/ Ministério de Desenvolvimento Social e Combate à Fome*. – 1 ed.- Brasília. Ministério de Desenvolvimento Social e Combate à Fome, 2009.a.

_____. *Protocolo de Gestão Integrada de Serviços, Benefícios e Transferência de Renda no âmbito do Sistema Único da Assistência Social- SUAS*, 2009.b.

_____. *Orientações Técnicas sobre o PAIF. v. 2. Trabalho Social com famílias no PAIF*.1. ed. Brasília, 2012. Disponível em: <<http://www.mds.gov.br/assistenciasocial/protecaobasica/Orientacoes%20Tecnicas%20sobre%20o%20PAIF%20-%20Trabalho%20Social%20com%20Familias.pdf/view>>. Acesso em: 22 ago. 2015.

BRANDÃO, Carlos Rodrigues. A pesquisa participante e a participação da pesquisa: um olhar entre os tempos e espaços a partir da América latina. IN: *Pesquisa participante: a partilha do saber/ Carlos Rodrigues Brandão e Danilo R. Streck (Organizadores)*, Aparecida, SP: Ideias e letras, 2006, p. 21-54.

CARVALHO, Poliana de Oliveira. Trabalho com famílias na assistência social: possibilidades e limites do trabalho socioeducativo com grupos. In: *Trabalho com família no âmbito das políticas públicas/ Organização Solange Maria Teixeira*, Campinas: Papel Social, 2018, P. 171-192.

EIRAS, Alexandra Aparecida Leite Toffanetto Seabra. A intervenção do Serviço Social nos CRAS: análise das demandas e possibilidades para o trabalho socioeducativo realizado grupalmente. In: SANTOS, Claudia

Monica dos BACKX, Sheila; GUERRA, Iolanda. *A dimensão técnico-operativa no Serviço Social*. Editora UFJF, 2012. p. 121-147.

FREIRE, Paulo. *Pedagogia do Oprimido*. Editora Paz e Terra. 2ª edição, 1975.

GUEIROS, Dalva Azevedo. Família e trabalho social: intervenções no âmbito do Serviço Social. *Rer. Katálises*, Florianópolis, v. 13, n. 1, p. 126-132, jan./jun. 2010.

LIMA, Telma Cristiane Sasso de; MIOTO, Regina Célia Tamasso. *Ações socioeducativas e serviço social: características e tendências na produção bibliográfica*. Temporális, Brasília, ano 11, n. 21, p. 211-237, jan./jun. 2011.

MIOTO, R. C. T. A centralidade da família na Política de Assistência social: contribuições para o debate. *Revista de Políticas públicas/UFMA*, Unidade de Pós-Graduação em Ciências Sociais, Programa de Pós-Graduação em Políticas públicas, v. 8, n. 1, p. 133-143, São Luís: EDUFMA, 2004.

_____. Trabalho Social com famílias: entre as amarras do passado e dilemas do presente. In: *Política de Assistência Social e temas correlatos*/ Organizado por Solange Maria Teixeira.- Campinas: Papel Social, 2016.p. 215-231

_____. Família, trabalho com famílias e serviço social. *Serviço Social em Revista*, Londrina, v. 12, n. 2, p. 163-176, jan./jun. 2010.

_____. Orientações e acompanhamento social a indivíduos. Grupos e famílias. IN: *Serviço Social: direitos sociais e competências profissionais* : CFESS/ ABEPSS, 2009, 760 p.(publicação do Conselho Federal de Serviço Social- CFESS, Associação Brasileira de Ensino e Pesquisa em Serviço Social- ABEPSS, v.1).

TEIXEIRA, Solange Maria. Trabalho interdisciplinar no CRAS: um novo enfoque e trato à pobreza? . *Textos e Contextos*, Porto Alegre, v. 9, n. 2, p. 286- 297, ago./dez. de 2010.

_____. Sistemas de proteção social contemporâneos e a Política de Assistência Social: a reatualização do familismo. In: *Política de Assistência Social e temas correlatos*/ Organizado por Solange Maria Teixeira.- Campinas: Papel Social, 2016.p. 27-43.

_____. *A família na Política de Assistência Social: concepções e as tendências do trabalho social com famílias no CRAS de Teresina/Solange Maria Teixeira.* - Teresina: EDUFPI, 2013.

_____. Trabalho social com famílias na Política de Assistência Social: elementos para sua reconstrução em bases críticas. *SERV. SOC. REV., LONDRINA*, V. 13, N.1, P. 4-23, J UL/ DEZ. 2010.1. Disponível em:<http://webcache.googleusercontent.com/search?q=cache:8fPZtQB2Ny4J:www.uel.br/revistas/uel/index.php/ssrevista/article/download/8425/9096+&cd=1&hl=pt-BR&ct=clnk&gl=br>. Acesso em: 22/05/2016.

_____. *Trabalho social com família: fundamentos históricos, teóricos, metodológicos e técnico-operativos/ Solange Maria Teixeira.* - Teresina: EDUFPI, 2017.

AS DIMENSÕES DO TRABALHO DOS/DAS ASSISTENTES SOCIAIS NO SERVIÇO DE PROTEÇÃO E ATENDIMENTO INTEGRAL À FAMÍLIA (PAIF) EM TERESINA

KARLA VIANNA AZEVEDO DE OLIVEIRA¹

1 INTRODUÇÃO

O aprimoramento das políticas sociais pode ser possibilitado por diversas vias, uma delas diz respeito às reflexões acerca do trabalho de seus agentes operacionalizadores.

É nesse intuito, que este artigo desenvolve uma análise do processo de trabalho do/da assistente social no PAIF, nos CRASs do município de Teresina, junto aos indivíduos e suas famílias em situação de acompanhamento familiar.

Para tal, o artigo apresenta reflexões sobre processo de trabalho, para posteriormente discorrer sobre as dimensões do processo de traba-

¹Mestre em Políticas Públicas, especialista em Saúde Coletiva e Saúde da Família, Assistente Social na Assessoria Técnica da Secretaria Municipal de Cidadania, Assistência Social e Políticas Integradas (SEMCASPI). karlavao@hotmail.com. Esse artigo é parte da dissertação de Mestrado em Políticas Públicas da Universidade Federal do Piauí, intitulada “O processo de trabalho do/da assistente social e a autonomia das famílias em acompanhamento pelo Serviço de Proteção e Atendimento Integral à Família (PAIF) no município de Teresina (PI), tendo como *lôcus* de investigação os Centros de Referência de Assistência Social (CRASs) de Teresina.

lho do/da assistente social no PAIF, nos espaços dos CRASs, em Teresina, a partir das entrevistas realizadas com profissionais do Serviço Social atuantes nesse *lôcus*.

2 BREVE CIRCUNSPECÇÃO SOBRE OS ASPECTOS DO PROCESSO DE TRABALHO DO/DA ASSISTENTE SOCIAL NO PAIF EM TERESINA

O artigo cujas reflexões se expõem, analisa o atual processo de trabalho do/a assistente social na Política de Assistência Social e, em especial, no principal serviço dessa: Serviço de Proteção e Atendimento Integral à Família (PAIF), desenvolvido nos Centros de Referência da Assistência Social (CRASs), no município de Teresina, dando possibilidades a ricas e diversas oportunidades de apreciação do fazer profissional do/da assistente social.

2.1 NOTAS SOBRE O PROCESSO DE TRABALHO DO/DA ASSISTENTE SOCIAL

Considerando que de acordo com Marx (2003) o trabalho se subordina ao movimento do capital e analisando que Karsch (1998) diz que o papel dos serviços prestados pelo Estado não pode ser totalmente descolado das relações de produção, cabe perguntar: quais aspectos delinham o processo de trabalho do/a assistente social na relação de compra e venda de sua força de trabalho, no campo de ação das políticas sociais?

Pode-se dizer que a profissão do Serviço Social teve sua existência determinada pelo e a favor do capital, destinada ao controle da classe trabalhadora, tendo suas bases teóricas reconceitualizadas, bem como a intencionalidade de seu agir, no Movimento de Reconceituação da profissão, em 1965, tomando como direção os interesses e as demandas da classe trabalhadora, sendo estas decorrentes das expressões da questão social.

De forma cotidiana, os/as assistentes sociais desenvolvem um processo de trabalho, conforme a intencionalidade de seu agente, devendo este, realizá-lo na conjunção das competências teórico-metodológicas, ético-políticas e técnico-operativas que a formação profissional oferece em sua base curricular da graduação, o que pode levar a concretas possibilidades de alteração da realidade social dos indivíduos aos quais incidem o resultado de sua ação.

Possuindo como objeto de trabalho a questão social e, tendo-a

sob prismas contemporâneos, vislumbra-se uma profissão que visa, de acordo com seu Projeto Ético-Político, dar respostas de enfrentamento às expressões da questão social, por seu processo de trabalho.

O entendimento acerca do processo de trabalho dos/das assistentes sociais, ainda pressupõe o fato de que os mesmos operam estratégias dentro de limites a eles intrínsecos e extrínsecos, sendo necessário o (re) conhecimento dos elementos do processo de trabalho, para o desenvolvimento de um exercício profissional consubstanciado por estratégias de superação dos limites, com vistas a uma intervenção substantiva e subversiva nas condições de vida dos sujeitos atendidos.

Isso se torna necessário haja vista a carga de responsabilidade que o PAIF acarreta aos seus profissionais, uma vez que as orientações técnicas do Serviço destacam que a qualidade do atendimento pelos profissionais dos serviços, constituiu um dos principais aspectos para a efetividade na oferta dos mesmos (BRASIL, 2012).

Entendido isso, os elementos do processo de trabalho do/da assistente social no PAIF em Teresina, foram postos neste estudo, sob o julgo das análises marxianas: o seu objeto (questão social), o seu trabalho (prática profissional), os meios de trabalho (articulação das competências teórico-metodológicas, ético-políticas e técnico-operativas), a intencionalidade da ação profissional e as respostas profissionais às expressões da questão social.

2.2 BREVE CIRCUNSCRIÇÃO SOBRE OS ASPECTOS DO PROCESSO DE TRABALHO DO/DA ASSISTENTE SOCIAL NO PAIF EM TERESINA

As dimensões do processo de trabalho do/a assistente social no espaço do PAIF em Teresina, serão então descritas a partir das análises das entrevistas realizadas com profissionais da equipe do PAIF que se voluntariaram ao estudo, apoiadas em anotações de Diário de Campo e nas reflexões teóricas da pesquisadora.

As observações acerca da estrutura física dos CRASs, em principal as salas de atendimento da equipe do PAIF, ocorreram à luz das Orientações Técnicas da Proteção Social Básica do SUAS – Centro de Referência de Assistência Social – CRAS (BRASIL, 2009b), sendo resguardados os sigilos de atendimento e de guarda de documentações dos usuários do Serviço. O que se observou nos espaços visitados foram estruturas aceitáveis, no que concerne às edificações e ao mobiliário; contudo, ne-

cessitando de adequações para que satisfaça integralmente o quesito do sigilo do atendimento, visto que outros profissionais, além da equipe do PAIF, utilizam a mesma sala de atendimento, devido à inexistência de outros espaços nos CRASs para o desenvolvimento dos demais trabalhos do Centro de Referência (DIÁRIO DE CAMPO, 2015).

Isso afeta a operacionalização de outras ações dos CRASs, bem como o processo de trabalho do/a assistente social, no direito do profissional.

Os demais espaços de atuação do/da assistente social nos CRASs, para o desenvolvimento de outras ações do trabalho social com famílias, como as oficinas e acolhidas coletivas, são admissíveis, do ponto de vista das acomodações, haja vista um processo iniciado pela Secretaria Municipal de Trabalho Cidadania e Assistência Social (SEMTCAS)², de readequação e climatização dos espaços coletivos, dotando-os de mobiliário adequado e de reforma das edificações (DIÁRIO DE CAMPO, 2015), observando-se que a qualidade do atendimento profissional pode ser proporcionada pela adequação das estruturas oferecidas ao mesmo e à população usuária.

Há que se destacar que quando questionados sobre o seu trabalho, no que se refere à descrição de seu processo de trabalho, os sujeitos entrevistados, em sua totalidade, respondem, fazendo menção às ações que formam o conjunto do trabalho social com famílias do PAIF (DIÁRIO DE CAMPO, 2015), postas nas orientações técnicas da Política.

No PAIF, nós trabalhamos essencialmente com a questão do trabalho com famílias, através dos grupos e também da escuta qualificada (ASSISTENTE SOCIAL 1).

O que a gente faz é o quê, é aquele atendimento inicial, daí a família vai apresentar essas demandas e digamos assim, a gente vai separar em algumas situações. Muitas famílias que a gente atende, que vai pro PAIF, a gente sempre realiza visita domiciliar, que lá na visita a gente identifica as outras situações que elas não são faladas aqui, que elas são meios, assim, omitidas. Não que a família queira, mas porque existe uma situação, de que a família não quer expor, às vezes por vergonha. Se a família for necessária encaminhar pra outra rede de atendimento como escola,

² Atualmente denominada de Secretaria Municipal de Cidadania Assistência Social e Políticas Integradas (SEMCASPI), pela Lei Complementar de Nº 4994 de 07 de abril de 2017.

saúde faz o encaminhamento (ASSISTENTE SOCIAL 2).

As falas revelam que os processos de trabalho desenvolvidos são relacionados às ações elencadas nas Orientações Técnicas sobre o PAIF (BRASIL, 2012), pertinentes ao trabalho social com famílias, como já reportado na análise acima e consubstanciado como um conjunto de ações necessárias para o atendimento às necessidades das famílias.

O processo é no atendimento e acompanhamento das famílias que vai de escuta qualificada, orientação, encaminhamento, visitas domiciliares, visita institucional, trabalhos sociais por meio de grupos. De modo sintético é isso: atendimento e acompanhamento (ASSISTENTE SOCIAL 3).

O cotidiano do Serviço Social envolve inúmeras coisas. São as ações profissionais: orientação, escuta qualificada, atendimento que a gente realiza de forma individualizada, quando aquele usuário chega com alguma necessidade específica, que ele precisa de um ambiente mais reservado, precisa de uma orientação mais particularizada. Nós temos as visitas domiciliares institucionais, as visitas domiciliares, elas têm “n” motivos né, elas podem ser desde por uma questão de passe-livre municipal, como também para um acompanhamento familiar (ASSISTENTE SOCIAL 5).

Nos depoimentos, observa-se que os profissionais não aliam todos os elementos que compõem o processo de trabalho do/a assistente social, fazendo-se perceber a ênfase das falas dos sujeitos da amostra nos aspectos técnico-operativos do processo de trabalho, o que pode vir a configurar em uma visão reducionista da prática profissional, pois a descrição do processo de trabalho do/da assistente social se faz desde a identificação de seu objeto de intervenção, à visão dos resultados idealizados pelo profissional.

Não se percebeu o estabelecimento, nas falas, de um processo de trabalho que inicia com a identificação da demanda, à operacionalização das demais ações que compõem o trabalho social com famílias, a partir da articulação das competências teórico-metodológicas, técnico-operativas e ético-políticas, donde o profissional, com uma *expertise* própria, crítica e apropriada para intervenções propositivas no universo ao qual está inserido, delineia sua intervenção de acordo com o que a situação

requer, fato que deve decorrer de sua formação profissional.

Considerando que a Proteção Social Básica da Política de Assistência Social define como foco de atendimento indivíduos e suas famílias em situação de vulnerabilidade, verificaram-se, entre os profissionais, as formas de como se apresentam suas demandas:

A questão de renda, e a fragilização dos vínculos familiares e comunitários (ASSISTENTE SOCIAL 3).

É um território bastante vulnerável, do ponto de vista social e econômico. Muitas famílias que vivem na pobreza ou na extrema pobreza, realmente dependem do Programa Bolsa Família como única renda fixa e, portanto, as atividades do PAIF, quando a gente se depara com a família, geralmente o agravo é do ponto de vista mais econômico (ASSISTENTE SOCIAL 4).

A questão da renda ainda aparece, de forma recorrente, nas falas dos profissionais, como a principal demanda de trabalho no PAIF. Embora a Política Nacional de Assistência Social (PNAS) de 2004 tenha “alargado” as situações de atendimento da Política de Assistência Social para além desse fator, a pobreza continua sendo o grande lastro para o trabalho do profissional.

Pobreza, privação de bens materiais, recursos. Além da pobreza e privação, essas são as principais, mas fragilização de vínculos afetivos, nós vemos muito. Em relação à violência, nós recebemos casos de violência dos mais diversos segmentos sociais e os mais variados tipos de violência. Claro que a gente, por exemplo, não é que a gente vai trabalhar diretamente com ele, porque nós vamos encaminhar eles *pro* órgão de referência, que é o CREAS (ASSISTENTE SOCIAL 5).

Somam-se a essas demandas ainda, o acesso insuficiente, dos indivíduos e de suas famílias, às políticas públicas (a maioria dos casos cita a habitação) e situações de violação de direitos no âmbito doméstico.

Assim, grande parte das famílias que nós atendemos, ela passa pra acompanhamento pra algum tipo de vulnerabilidade de renda. Sempre em relação à renda, ao desemprego, às vezes habitacional e às vezes até mesmo algum tipo de violência que a família sofreu (ASSISTENTE SOCIAL 2).

É a de drogas, o uso abusivo de drogas e o tráfico, e também uma demanda habitacional [...] Nós temos a questão da pobreza, que é uma questão que se alastra, não é uma questão específica do território. E assim, acaba, por exemplo, o uso abusivo de drogas e o tráfico, ela não deixa de tá associada da questão da pobreza. Porque a maioria dessas pessoas que traficam, elas são pessoas pobres, elas são mantenedoras do grupo familiar (ASSISTENTE SOCIAL 1).

Esses aspectos apontam para o entendimento de que as demandas identificadas, às quais os processos de trabalho do/da assistente social no PAIF devem atingir são, em sua maioria, de ordem estrutural, como a pobreza e a insuficiência de políticas públicas, exigindo respostas ao nível delas, as quais demandam aos profissionais a compreender nas demandas individuais, as dimensões universais que elas contêm (IAMAMOTO, 2012).

A compreensão de que os indivíduos e suas famílias visam respostas resolutivas às suas demandas, no âmbito do PAIF, e que por vezes isso não ocorre de forma imediata, pode decorrer tanto porque as ações do Serviço não contemplam, em seus objetivos, o atendimento àquela demanda específica, o que exige uma ação intersetorial, seja pela insuficiência destas próprias políticas, pelo limite institucional, ou até mesmo pelo limite profissional na resolutividade das demandas, fato que requer ao/a assistente social uma base de conhecimentos teóricos que norteie suas ações dentro de um processo racional que considere a singularidade e a universalidade das demandas de trabalho, de forma a propor alternativas de atendimento às mesmas.

Destarte, indagou-se aos profissionais sobre quais conhecimentos são necessários para balizar as ações desempenhadas na ótica de atendimento às demandas?

A partir das falas abaixo, observa-se tanto a perspectiva da teoria crítica como importante elemento condicionante à racionalização da realidade a ser modificada pelos profissionais do PAIF, como se observa que os profissionais também se voltam ao reforço das orientações legais da PNAS, como forma de orientação:

Os fundamentos teórico-metodológicos está muito relacionado, nós assistentes sociais somos muito formadas pelo viés marxista, né, formação crítico dialética, a gente vê que as mazelas da sociedade é ca-

racterística de um sistema, do capitalismo. E também a gente utiliza dentro da assistência as legislações próprias à assistência social, como a LOAS, como a Política Nacional de Assistência Social, como a tipificação, como as próprias NOB RH, o NOB-SUAS, essas legislações. E claro, a gente conhece outras legislações, principalmente em relação à previdência social, à saúde, por quê? Porque a gente atende demandas que não são só da assistência social. (ASSISTENTE SOCIAL 2).

Nós sabemos que o método que fornece direção social para o serviço social é o método dialético, mas a gente precisa ter o entendimento do que é esse método, pra ele não ser apenas discurso formal. Eu busco intervir nestas demandas, esses fenômenos sociais, essas problemáticas, essas demandas que nós confrontamos dentro da sua multidimensionalidade (ASSISTENTE SOCIAL 4).

Todavia, ficou clara a visualização, a partir dos depoimentos, da preponderância da influência do conhecimento dos instrumentos legais da Política, em relação ao arcabouço teórico-metodológico do Serviço Social, na vivência dos profissionais:

Esse referencial teórico-metodológico é com base na própria política, na assistência social, na NOB-SUAS, na NOB-RH, nas outras leis adjacentes (ASSISTENTE SOCIAL 1).

A gente sempre procura articular o conhecimento da academia com o conhecimento que as famílias já possuem, porque elas têm conhecimento. Nas bases teóricas que a formação possibilita, e voltado mais especificamente para aquilo que a política traz. Na PNAS, nas leis voltadas da assistência social, bem como as análises dos autores como Spozati (ASSISTENTE SOCIAL 3).

Então, pra um exercício efetivo, é necessário que eu tenha tido uma base teórico-metodológica de qualidade. Porque se eu estou, por exemplo, referenciando um serviço de convivência, aquele serviço tem toda uma teoria, tem toda uma base teórico-metodológica que tá no próprio serviço (ASSISTENTE SOCIAL 5).

A concepção das bases legais, de cunho teórico, que orientam os procedimentos técnicos da equipe do PAIF como preponderantes e efetivos a um exercício profissional de qualidade, que aparecem nos de-

poimentos, em que mesmo um profissional (ASSISTENTE SOCIAL 3) reconhecendo a importância da articulação entre o conhecimento acadêmico e o conhecimento popular (das famílias), ainda povoa o imaginário profissional, que a base teórica da Política é a mais legítima.

Aliados ao seu arcabouço teórico-metodológico, os/as assistentes sociais entrevistados foram indagados acerca de sua competência técnico-operativa. Conforme suas falas, os instrumentos técnico-operativos utilizados pelos profissionais em seus processos de trabalho no PAIF, correspondem aos meios de trabalho, demonstrando a operacionalidade das técnicas e dos instrumentos. Ressalta-se que nem todos os instrumentos são especificamente atributivos à profissão; no entanto, a utilização deles, por um/uma assistente social, possui conotação diferenciada (LOPES, 2010).

Sempre são as visitas domiciliares, né, acolhida, o estudo social. [...] E as habilidades, eu acredito que é como eu faço esse trabalho, talvez em grupo com famílias, a família ter aquela reflexão da situação, conseguir que ela realmente entenda o porquê que ela tá ali naquele grupo. A gente sempre faz diálogo, sempre o grupo em família, eu faço com a psicóloga também, e a gente sempre senta em rodas de conversa, o planejamento é participativo (ASSISTENTE SOCIAL 2).

Essas situações e ações do cotidiano profissional demonstram que as técnicas operacionalizadas dizem respeito às ações postas nas Orientações Técnicas sobre o PAIF (BRASIL, 2012): visitas domiciliares, trabalhos em grupos (oficinas), encaminhamentos e escuta qualificada (acolhida), por exemplo, mas que também fazem parte da instrumentalidade do/da assistente social.

Nós temos uma escuta qualificada como instrumento que permite, no primeiro momento, conhecer a demanda que se apresenta, observando outras demandas que são inerentes. Eu costumo dizer que não tem nada mais rico que a visita domiciliar, para nos permitir conhecer, de fato, a realidade dos sujeitos sociais. E a observação também é muito importante. Porque muitas vezes o discurso, ele se apresenta de uma forma, mas a tua observação do entorno, do meio que aquele sujeito tá inserido, ele está nos dizendo outra coisa (ASSISTENTE SOCIAL 4).

De acordo ainda com os relatos dos entrevistados, os mesmos se

reportam a alguns instrumentos utilizados, como no caso dos relatórios sociais e do Prontuário SUAS.

Abrimos o processo de solicitação junto à SDU do kit taipa³ e fizemos todo, fizemos o relatório social descritivo da situação, a equipe veio da SDU, *in loco*, verificar a situação dela e foi fornecido o material (ASSISTENTE SOCIAL 4).

Os técnico-operativos têm tanto os instrumentais, né, o prontuário SUAS. A gente sempre procura fazer (o encaminhamento) de modo formalizado, escrito. Tanto a minha parte, como a do psicólogo, a gente procura fazer de modo documentado, porque pra não ser só de boca [...] antes os usuários eram encaminhados e voltavam da porta, por exemplo, de alguma instituição (ASSISTENTE SOCIAL 3).

A dimensão técnico-operativa ainda se efetiva a partir de outras ações complementares ao entendimento e atendimento diário às demandas, como encontros técnico-operativos com as demais políticas setoriais, demonstrando que o *modus operandi* profissional dos/das assistentes sociais não se restringe somente ao que é posto pelo cotidiano profissional.

A habitação aqui da região Sudeste é uma das principais dificuldades que a gente tem, tão tal que a gente já fez até encontro técnico-operativo com a habitação (ASSISTENTE SOCIAL 3).

Isto redimensiona a prática profissional, de forma criativa, para além do dia a dia dos atendimentos, visto que os profissionais devem considerar que ações como essa podem ser resolutivas, frente às demandas coletivas que são identificadas pelo PAIF.

A responsabilidade no trato com sua prática, identificada no depoimento que ilustra o encaminhamento formalizado, bem como a criatividade que impulsiona e incrementa os processos de trabalho operados, como a realização de encontros com a rede setorial, alargam as possibilidades de êxito das ações e da efetividade das respostas profissionais,

³ Serviço disponibilizado em Teresina, pelas Superintendências de Desenvolvimento Urbano dos territórios (SDUs), composto por material de cobertura do domicílio e reboco das paredes, destinado às famílias residentes em domicílios em situação de risco, ocasionado pelo relevo do terreno, intempéries do tempo, ou outras situações (DIÁRIO DE CAMPO, 2015).

aproximando o produto real do idealizado na mente do profissional.

Uma observação que merece destaque consiste no fato de que nas falas dos entrevistados quase não se encontra ações do tipo comunitárias. Um dos entrevistados cita o trabalho em grupo com famílias como “o desafio da assistência”, enquanto pouco ou nenhum profissional menciona que realizam atividades comunitárias, às quais estimulam a participação cidadã para que as famílias possam interferir na construção da vida pública no território (BRASIL, 2012).

A hegemonia das práticas de atendimento individual, da inclusão nos Serviços de Convivência e Fortalecimento de Vínculos, dentre outras, frente às ações comunitárias, desfavorece uma das potencialidades do PAIF, visto que este tipo de ação pode alcançar, desde um maior contingente de pessoas com acesso à informação sobre seus direitos, como o desenvolvimento de práticas democráticas, ponte para a construção da autonomia dos sujeitos.

Acerca da dimensão ético-política do processo de trabalho do/da assistente social, essa perpassa pelo comprometimento do trabalho com o Projeto Ético-Político da profissão, daí a acuidade de se compreender como os/as assistentes sociais entrevistados apreendem a competência ético-política em seu cotidiano profissional, com as famílias em acompanhamento pelo PAIF. Entre as falas, destacam-se:

O ético-político é o direcionamento que a profissão construiu (ASSISTENTE SOCIAL 2).

Tanto o Código de Ética, como aquilo que a profissão tem debatido a respeito do projeto ético-político [...] A gente vive uma crise ética em todos os sentidos. Então, a ética tem que tá à frente. A gente não pode ficar só na ética, tem que articular a ética com os três campos⁴, né, mas a ética, ela tem que tá na frente (ASSISTENTE SOCIAL 3).

As falas aqui arroladas representam a materialização das reflexões dos profissionais acerca da dimensão ético-político do processo de trabalho dos/das assistentes sociais entrevistados, fazendo compreender que os mesmos denotam importância a esta dimensão, para o exercício de seu processo de trabalho; todavia, seus discursos são inconsistentes,

⁴ O entrevistado se refere às competências teórico-metodológica, ético-política e técnico-operativa do Serviço Social.

quando não conseguem expressar, na realidade cotidiana, como se dá a materialização desta competência profissional.

Então, a gente sabe que nossa profissão tem uma dimensão ética. Porque ela tem um direcionamento ético, e isso a gente vê até no próprio Código, que tem lá estabelecendo as relações com os mais variados segmentos sociais, e temos uma relação política também. Essa relação política seria voltada pra questão das relações de poder que aí estão presentes. Então, a gente sabe que dentro de uma instituição nós temos a correlação de forças, que é o poder institucional, a necessidade do usuário, até onde o profissional pode ir, as limitações e as possibilidades aí presentes. (ASSISTENTE SOCIAL 5).

Os dois últimos depoimentos destacam um aspecto da dimensão política da profissão, quando relatam as atitudes profissionais em relação aos demais sujeitos que se envolvem no processo de trabalho do/a assistente social, como o próprio usuário do PAIF, ou os demais profissionais do CRASs, demonstrando que o exercício profissional deve ser pautado por uma destreza política, defendida, entre autores como Barroco (2006), conforme destacado abaixo:

Eu chamo muita atenção, principalmente com nossos estagiários, eu disse: “Você conhece o Código de Ética? Você já leu a lei de regulamentação da profissão? Você entende porque que dentro das diretrizes curriculares do curso Serviço Social você tem esse pluralismo presente na formação profissional?” Então, essa dimensão ética, ela precisa ser posta dentro da dinâmica dessa realidade concretizada na relação com os sujeitos. Eu digo pra elas: “Olha, muito cuidado com o juízo de valores. Muito cuidado com essa subjetividade que muitas vezes é posta na análise da realidade social dos sujeitos. Muito cuidado pra não culpabilizarmos o sujeito pela sua situação de vida” (ASSISTENTE SOCIAL 4).

Há de se destacar que nas falas citadas no decorrer deste item, sobre as competências teórico-metodológicas, técnico-operativas e ético-políticas do/da assistente social, os profissionais entrevistados reconhecem tanto os referenciais legais que instrumentalizam seu trabalho no PAIF, quanto os dispositivos legais e éticos que devem determinar a direção do seu processo de trabalho, coadunando-se então, a necessidade, para um processo de trabalho efetivo em si, a interação entre as três competências do/da assistente social, conforme segue os depoimentos:

É muito importante a gente ter sempre em mente as três dimensões profissionais. E elas em conjunto. Articuladas. Elas cooperam pra realização de um trabalho que seja efetivo (ASSISTENTE SOCIAL 5).

O meu fundamento teórico-metodológico sustenta o técnico-operativo. É o meu fazer. É o dia a dia, é minha prática. Até porque não existe uma separação no fazer profissional, né?! Nós trabalhamos com esses três pilares (ASSISTENTE SOCIAL 1).

Portanto, para trilhar um caminho de possibilidades, o respeito e a utilização dos princípios do Código de Ética são mais do que um reforço à prática profissional, eles referenciam e direcionam o cotidiano dos sujeitos profissionais. Esta questão foi colocada aos entrevistados, almejando uma aproximação com este assunto no âmbito do PAIF; ou seja, investigaram-se quais princípios do Código de Ética, os/as assistentes sociais utilizam no dia-a-dia do seu processo de trabalho, onde se identificaram as seguintes falas:

Eu não sei se é um princípio, um direito, uma visão, que é “A Defesa Intransigente dos Direitos dos Usuários”⁵. Então, eu sempre uso essa questão aí. Eu sempre procuro defender realmente os direitos dos usuários. Porque eu acho que a maior intencionalidade do Serviço Social seria essa (ASSISTENTE SOCIAL 2).

Por meio da análise da fala aqui transcrita e das demais realizadas no momento das entrevistas, foi possível constatar que todos os entrevistados pelo menos, citam os princípios do Código de Ética, em número de 11 (onze), o que pressupõe uma ideia de conhecimento destes.

Eu acho interessante que se a gente for parar pra analisar, no dia a dia do nosso trabalho, daqueles onze princípios do nosso Código de Ética, nós conseguimos operacionalizar todos eles no nosso dia a dia, salvo algumas exceções, pouquíssimas, mas no nosso fazer. Não é dizendo assim “Ah, hoje eu consegui materializar esse princípio”, é no fazer profissional. Pronto, se eu entendo o meu princípio do Código de Ética, como

⁵ O entrevistado se refere ao segundo princípio do Código de Ética “II- Defesa intransigente dos direitos humanos e recusa do arbítrio e do autoritarismo”, princípio consoante ao Projeto Ético-Político do Serviço Social, na dimensão normativa da defesa a todos os direitos (BARROCO; TERRA, 2012).

a liberdade, como valor ético central, o meu fazer profissional tem que refletir isso. (ASSISTENTE SOCIAL 1).

Quando se referem ao modo de uso dos mesmos, defendem como importantes e intrínsecos ao exercício profissional citando, vez ou outra, exemplos de como os mesmos são materializados na realidade do PAIF.

Nós temos princípios que vão desde a liberdade, democracia, cidadania, opção por um projeto profissional vinculado à construção de uma nova ordem societária. Eu posso dizer que eu procuro utilizar o máximo possível dos princípios no meu cotidiano. Claro que a gente sabe que nem sempre é possível executar na prática, né. Então, por exemplo, nós temos lá “exercício do serviço social sem discriminar e sem ser discriminado”. Eu posso até não utilizar a prática da discriminação, mas não posso evitar [...] Eu não posso evitar que a discriminação chegue até mim, mas eu procuro ao máximo levar esses princípios junto comigo (ASSISTENTE SOCIAL 5).

Ainda se encontra, nos depoimentos, a presença da compreensão da transversalidade dos princípios do Código de Ética, da articulação entre si dos princípios, uma vez que estão conectados à “lógica interna e à concepção ética que os fundamentam histórica e ontologicamente” (BARROCO; TERRA, 2012, p. 58), ou seja, nenhum princípio deve ser analisado e almejado de forma isolada, tendo em vista que os mesmos atendem a uma “unidade”, apresentada pela intencionalidade maior da profissão, a transformação societária.

Não tem como você trabalhar isoladamente. Eles estão presentes, todos os onze, no dia a dia. Existe uma transversalidade e uma unidade entre os 11 princípios do Código de Ética (ASSISTENTE SOCIAL 4).

Por meio das falas aqui arroladas, ainda se percebem dificuldades, entre os assistentes sociais, de operacionalizar os princípios do Código de Ética no espaço sócio ocupacional dos CRASs, o que pode ser comprovado quando citam os princípios, sem a argumentação de como eles se materializam no cotidiano profissional, seja na forma de atitudes e, ou, posicionamentos não-pragmáticos, desalienadores, despidos de preconceito, de autoritarismo ou moralismo, de qualquer tipo de discriminação,

conforme expressa a realidade, segundo o discurso abaixo:

Então, assim, a questão da liberdade, ele teria liberdade? Sim, de se expor. Eu reconheci. Tanto é que em nenhum momento eu cheguei numa postura autoritária “Ah o senhor vai ter que sair daqui amanhã!”, não. “Pois vamos procurar uma quitinete, vamos procurar outro lugar.” Fui dando tempo pra eles, pra eles amadurecerem essa ideia (ASSISTENTE SOCIAL 1).

O contrário pode favorecer práticas profissionais destituídas da capacidade de dar concretude à intencionalidade da profissão; nesse sentido, o Serviço Social pode se apresentar com um exercício profissional constituído somente por discursos, desfavorecido de formas de acesso e de possibilidades de transformação social, contrariando o próprio Código de Ética.

3 CONCLUSÕES

Procurou-se demonstrar, neste artigo, que o processo de trabalho do/da assistente social encontra-se circunscrito em uma dinâmica que lhe exige respostas, podendo o profissional apresentar um exercício profissional constituído de conhecimentos, habilidades e atitudes não pragmáticos e desalienadores, ou o contrário pode favorecer práticas destituídas da capacidade de dar concretude à intencionalidade da profissão.

As falas demonstraram a apreensão dos profissionais acerca da importância da interface entre as três competências profissionais para o exercício de seu trabalho. No entanto, os depoimentos não revelam, de modo mais substantivo, como os processos de trabalho dos profissionais são categoricamente materializados, revelando uma dificuldade dos/das assistentes sociais entrevistados em entender como se desenvolve seu processo de trabalho, em relação à conjunção de todos os seus elementos, na análise concreta do cotidiano, visto a insuficiência de argumentação de como eles se pensam isso no cotidiano profissional.

Torna-se então, desafio ao *modus operandi* do/da assistente social no PAIF em Teresina, a trilha por um caminho na perspectiva da conexão entre os elementos de seu processo de trabalho, entre as competências teórico-metodológicas e técnico-operativas e a utilização dos princípios do Código de Ética atuando sobre as demandas para além daquilo que

está anotado nos vieses dos referenciais técnicos-legais da Política de Assistência Social, que dão direcionamentos às ações profissionais.

Destarte, o profissional, em suas prerrogativas técnicas de dar respostas de enfrentamento à questão social, deve considerar seu processo de trabalho em seus elementos constituintes e sua ação convergente aos princípios éticos-político profissionais, sob o perigo de que seu trabalho recaia em práticas pragmáticas, burocratizadas e instrumentalizadas sob bases não críticas, produzindo ações processuais, sistemáticas e estratégicas que venham a contribuir para uma Política de Assistência Social resolutiva, de qualidade e possibilitadora ao desenvolvimento de capacidades que dotam os indivíduos da condição de sujeito de direitos.

REFERÊNCIAS

BARROCO, Maria Lúcia Silva. *Ética e Serviço Social: fundamentos ontológicos*. 4ª ed. São Paulo: Cortez, 2006.

BARROCO, Maria Lúcia Silva; TERRA, S. H. Conselho Federal de Serviço Social (Org.) *Código de Ética do/a Assistente Social Comentado*. São Paulo: Cortez, 2012.

BRASIL. Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome. *Orientações Técnicas: Centro de Referência de Assistência Social – CRAS/ Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome*. – 1. ed. – Brasília: Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome, 2009.

_____. _____. *Orientações Técnicas sobre o PAIF*. Volume 1. Brasília, 2012.

IAMAMOTO, Marilda. V. Projeto Profissional, espaços ocupacionais e trabalho do assistente social na atualidade. In: *Atribuições Privativas do/a Assistente Social*. Em questão. Conselho Federal de Serviço Social. Gestão Tempo de Luta e Resistência 1. ed. Brasília, 2012.

LOPES, M. S. M. Processo de Trabalho no Serviço Social. In: *Processo de Trabalho no Serviço Social*. Arno Vorpagel/Scheunemann [et al.] Canoas: ULBRA, 2010.

KARSCH, Ursula M. Simon. *O Serviço Social na Era dos Serviços*. 3. ed. São Paulo: Cortez, 1998.

MARX, Karl. *O Capital: crítica da economia política*. Livro I: Tradução

de Reginaldo Sant' Anna. 21. ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2003.

OLIVEIRA, Karla Vianna Azevedo de. *O processo de trabalho do/da assistente social e a autonomia das famílias em acompanhamento pelo serviço de proteção e atendimento integral à família (PAIF) na cidade de Teresina (PI)*. Dissertação (Mestrado em Políticas Públicas) – Universidade Federal do Piauí, 2016. 183 f.

AS CONTRIBUIÇÕES DO PROGRAMA BOLSA FAMÍLIA PARA A GARANTIA DO ACESSO E PERMANÊNCIA DOS ALUNOS NO ESPAÇO ESCOLAR A PARTIR DO OLHAR DOS PROFISSIONAIS DA EDUCAÇÃO

LUIZA DE MARILAC LIMA DA SILVA¹

1 INTRODUÇÃO

No Brasil a desigualdade econômica e social vivenciada por grande parte de sua população constitui num dos maiores entraves para o pleno exercício da cidadania. Reflexo desta problemática está a pobreza, fenômeno social que historicamente perpassa o cotidiano de uma parcela significativa da sociedade brasileira que vivencia no campo e na cidade processos de exclusão social, econômica e cultural. Apesar da complexidade do tema, sua mensuração frequentemente restringe-se a uma visão economicista comumente adotada como principal definição.

Atualmente no cenário brasileiro, milhares de crianças e adolescentes cotidianamente compartilham e reproduzem nas instituições de ensino as expressões da pobreza, da violência, do trabalho infantil, da drogadição dentre outras questões sociais. Deste público, 17 milhões são de crianças, adolescentes e jovens pobres e extremamente pobres são beneficiários do Programa Bolsa Família que ocupam os espaços das ins-

¹ Assistente Social (UFPI) e Gerente de Renda Mínima da SEMCASPI.

tituições públicas de ensino em todo território brasileiro.

A garantia da educação para crianças e adolescentes constitui um dos eixos do Programa Bolsa Família que conforme Cobo (2012) é uma característica da grande maioria dos programas de transferência de renda focalizados que exigem dos beneficiários alguma contrapartida relacionada à educação, saúde ou até mesmo a participação em programas de treinamento e capacitação no caso dos países desenvolvidos.

No caso do Programa Bolsa Família em questão, a contrapartida da educação está relacionada a condicionalidade que visa reforçar o direito a educação e possibilitar a interrupção do ciclo intergeracional da pobreza através da exigência do cumprimento da frequência escolar mínima de crianças e adolescentes. Neste caso a permanência no espaço escolar constitui uma das exigências para a permanência neste programa social, todavia, de que forma está o valor monetário e o acompanhamento da frequência tem garantido aos alunos efetivamente acessar e permanecer no sistema educacional?

Neste sentido, o presente estudo tem por objetivo analisar as contribuições do Programa Bolsa Família como possibilidade de acesso e permanência de crianças e adolescentes de uma escola municipal de Teresina (PI) a partir da opinião dos profissionais da educação. Buscou-se, ainda, a partir dos estudos bibliográficos conceituar e discutir a temática da pobreza, bem como situar as ações do Programa Bolsa Família enquanto estratégia de enfrentamento a pobreza estas relacionadas a educação.

A reflexão aqui proposta será realizada em três partes, além desta introdução. Na primeira serão apresentadas algumas reflexões sobre a pobreza e exclusão social enquanto questão social que resulta do processo histórico de desigualdade social no Brasil. No segundo momento será discutido sobre a permanência de crianças e adolescentes beneficiários do Programa Bolsa Família no espaço escolar. Em seguida, busca-se contextualizar as ações relacionadas as condicionalidades do Programas Bolsa Família na educação.

No quarto momento, descreve-se o caminho metodológico percorrido durante a pesquisa. Posteriormente faz-se a análise dos dados coletados junto aos educadores, tendo como base a análise das contribuições do Programa Bolsa Família para o acesso e permanência dos alunos na educação a partir da opinião dos educadores.

Na sexta e última parte, traça-se as considerações finais, por meio

de uma síntese das reflexões adquiridas através da pesquisa bibliográfica e de campo realizadas.

2 POBREZA E SEU ENFRENTAMENTO NO BRASIL A PARTIR DOS PROGRAMAS DE TRANSFERÊNCIA DE RENDA

Mesmo com o avançar dos anos a problemática da exclusão social se faz presente na sociedade brasileira, atingindo no século XXI grande parcela de sua população. O Brasil em detrimento aos demais países emergentes têm conquistado avanços sociais, políticos, econômicos e tecnológicos, no entanto, as desigualdades sociais perpassam o cotidiano de famílias que são classificadas entre ricos e pobres.

A pobreza fruto da exclusão social assume uma dimensão política, pois é resultado das relações de poder estabelecidas historicamente na sociedade capitalista, na qual prevalece uma minoria privilegiada de exploradores e uma maioria subordinada de explorados. Para Yasbek (2012 p. 289) “Os “pobres” são produto dessas relações, que produzem e reproduzem a desigualdade no plano social, político, econômico e cultural, definindo para eles um lugar na sociedade”.

No Brasil a pobreza advém de um longo processo histórico reflexo da desigualdade social que resulta na concentração de renda, no entanto, suas expressões não estão relacionadas apenas a ausência ou precário acesso a renda. Neste aspecto de acordo com SILVA, BANDEIRA e LOPES (2011, p.4) consideram que:

Dito de outro modo seria uma visão mais ampla do fenômeno para além de uma carência apenas em termos monetários, pois englobaria a carência social, marcada pela desigualdade e exclusão social, em razão da falta de uma participação mais equânime na partilha da riqueza, bens e serviços socialmente produzidos.

Desta forma, embora a renda se configure como um elemento para identificação da pobreza outras dimensões como a falta de participação política, de acesso a bens e serviços públicos condicionam os indivíduos a situação de exclusão social.

Em face a abrangência e complexidade da questão da pobreza o governo tem inserido na agenda pública a partir da década de 90 propostas de enfrentamento sobretudo a partir dos programas de transferência

de renda.

Os programas de transferência monetária têm constituído em alguns países como um dos principais mecanismos de proteção social destinado aos seguimentos mais pobres da população. Estes programas de garantia de renda mínima como destaca Cobo (2012) podem ser destinados a todos os cidadãos (universal) ou direcionados a alguns grupos sociais (focalizado) com características determinadas que garantem o direito de recebimento do benefício.

Todavia, no caso do Brasil desde as primeiras experiências nos anos 90, os Programas de Garantia de Renda Mínima (PGRM) assumem a forma de programas focalizados, com condicionantes direcionados prioritariamente as famílias consideradas pobres.

Com alguns ajustes, mas preservando as principais características dos programas de transferência de renda no Brasil é instituída a Lei 10.836 de 9 de janeiro de 2004 que cria o Programa Bolsa Família.

O Programa Bolsa Família constitui o principal programa de transferência de renda implantado no país, que tem dentre seus objetivos combater a fome, a pobreza e as desigualdades sociais por meio da transferência direta de renda as famílias pobres e extremamente pobres, associada à garantia de acesso a direitos sociais básicos – saúde, educação e assistência social.

3 OS POBRES NO ESPAÇO ESCOLAR: CRIANÇAS E ADOLESCENTES BENEFICIÁRIOS DO PROGRAMA BOLSA FAMÍLIA

O Sistema de Proteção Social Brasileiro vem se configurando ao longo das décadas, mais precisamente a partir da década de 80 através da intervenção do Estado por meio de políticas sociais que se desdobram em programas, projetos, serviços e benefícios que visam a diminuição das desigualdades sociais produzidas historicamente ao longo dos séculos no país.

Transformar a realidade das famílias pobres é um processo complexo tendo em vista que devem ser levados em consideração os aspectos, econômicos, sociais, culturais e políticos presentes no contexto social. Cabe ressaltar que a pobreza vai além da ausência e insuficiência de renda, esta realidade também está permeada pela ausência de serviços fundamentais para o exercício da cidadania.

Diante disso, o poder público por meio das políticas públicas visa

garantir o atendimento das necessidades básicas da população. Dentre estas políticas a educação é considerada por Castro (2009, p. 674):

Como um importante mecanismo para a promoção de oportunidades entre membros de um país mesmo assim, a desigualdade perpassa a área do ensino. Pois são nas instituições de ensino que se fazem presentes crianças e adolescentes oriundos dos espaços de pobreza.

A educação é um direito reconhecido e assegurado pela Constituição Cidadã de 88 a todos os brasileiros, entretanto para as camadas populares a baixa escolarização ainda é uma realidade que se faz presente. Na visão de Craveiro e Ximenes (2013, p. 110):

As famílias em situação de pobreza e extrema pobreza possuem maiores dificuldades em acessar e permanecer no âmbito escolar até a conclusão da Educação Básica, fato este que pode acarretar num menor acesso a direitos básicos e na reprodução do ciclo da pobreza entre as gerações futuras.

Atualmente, a garantia do direito a educação para as famílias pobres e extremamente pobres tem adquirido auxílio através do Programa Bolsa Família que visa dentre seus objetivos promover a inclusão e permanência de crianças e adolescentes na escola a fim de romper com o ciclo intergeracional da pobreza.

No Brasil, são 17 milhões de crianças e adolescentes beneficiários do Programa Bolsa Família que revelam um número expressivo de alunos presentes nas escolas brasileiras, pois conforme dados do Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira - INEP do total de 190.706 escolas, 152.397 (79,9%), têm, ao menos, um participante do PBF

O Programa Bolsa Família criado através da Lei nº 10.836 de 09 de janeiro de 2004 a partir da integração de diversos programas de transferência de renda como Bolsa Escola, Vale Gás, Bolsa Alimentação e Programa de Erradicação de Trabalho Infantil tem por finalidade possibilitar às famílias pobres e extremamente pobres a transferência direta de renda por meio do cumprimento de condicionalidades. As condicionalidades são compromissos assumidos pelas famílias pelos estes públicos e tem por objetivo reforçar o direito ao acesso a educação, saúde e assistência social.

De acordo com os critérios de renda adotado pelo programa devem ter acesso aos benefícios monetários as famílias identificadas no Cadastro Único para Programas Sociais do Governo Federal que possuem uma renda per capita de até R\$ 170,00 reais mensais. O recorte de renda define como extremamente pobres as famílias que possuem uma renda per capita de até R\$ 85,00 reais e as famílias pobres são aquelas que apresentam renda per capita entre R\$ 85, 01 a 170,00 reais.

As condicionalidades na área da saúde esta relacionadas as famílias beneficiárias que possuem crianças menores de 06 anos, gestantes e mulheres entre 14 e 44 anos que devem realizar o acompanhamento de saúde semestralmente e no caso das gestantes o pré-natal na Unidade de Saúde.

Já no âmbito da Assistência Social as crianças e adolescentes que frequentam os Serviços de Convivência e Fortalecimento de Vínculos e o Programa de Erradicação do Trabalho Infantil devem ter frequência mínima de 85% ao mês.

Na área da educação as famílias beneficiárias que possuem filhos maiores de 06 anos e menores de 18 anos devem matricular e garantir a frequência escolar destas crianças e adolescentes, para isso as crianças e adolescentes entre 07 a 15 anos de idade devem cumprir uma frequência mínima de 85%, já as que possuem adolescentes entre 16 a 17 anos devem ter frequência escolar mínima de 75% por mês.

4 AS CONDICIONALIDADE DO PBF NA ÁREA DA EDUCAÇÃO

O Programa Bolsa Família a partir da condicionalidade da educação propõe-se a possibilitar a inclusão, permanência e progressão escolar de crianças e adolescentes pobres e extremamente pobres. Para isso, são adotadas as seguintes estratégias: o acompanhamento sistemático da frequência escolar, o acompanhamento familiar nos casos de situações de baixa frequência e o uso dos valores monetários para custear as despesas na área da educação.

A frequência das crianças e adolescentes beneficiárias deste programa de transferência de renda é acompanhada bimestralmente pelas Secretarias Municipais de Educação, em caso de descumprimento dos percentuais citados anteriormente estas informações são encaminhadas pelo Ministério do Desenvolvimento Social e Agrário (MDSA) para o Sistema de Condicionalidades a fim de que as Secretarias Municipais de

Assistência Social realizem através das equipes técnicas (Assistentes Sociais e Psicólogos) o acompanhamento destas famílias.

No município, a Secretaria Municipal do Trabalho, Cidadania e de Assistência Social (SEMTCAS) por meio da Gerencia de Programas de Renda Mínima e Benefícios é o órgão responsável pela gestão do Programa Bolsa Família. Para o acompanhamento das condicionalidades na educação foi instituído a Coordenação do Programa Bolsa Família na Educação por meio da Secretaria Municipal de Educação.

O Ministério do Desenvolvimento Social e Combate a Fome (MDS) a fim de promover o acompanhamento do cumprimento das condicionalidades na área da educação disponibiliza bimestralmente por meio do Sistema de Condicionalidades do Programa Bolsa Família (SICON) a relação das famílias que estão em situação de descumprimento. Esta relação é encaminhada através do setor de Vigilância Socioassistencial da SEMTCAS para as equipes técnicas, Assistentes Sociais e Psicólogos de referência, dos Centros de Referência de Assistência Social (CRAS) e Centros de Referência Especializado de Assistência Social (CREAS).

A equipe técnica busca por meio de diversas estratégias localizar estas famílias a fim de identificar as causas que levaram ao descumprimento de condicionalidade, conforme relatos dos profissionais existem diversas situações tais como: violência na escola, falta de interesse dos alunos, gravidez na adolescência, negligência da família dentre outros.

Em análise aos dados do Relatório Consolidado de Condicionalidades do ano de 2015, em anexo, disponível no SICON identificou-se que 4.583 (Quatro mil quinhentos e oitenta e três) crianças e adolescentes tiveram baixa frequência ou não frequentaram a escola neste ano.

As condicionalidades têm por objetivo reforçar o direito ao acesso à educação, saúde e assistência social. No entanto, algumas famílias beneficiárias do Programa Bolsa Família possuem dificuldades em cumprir as condicionalidades relacionadas à educação no município de Teresina.

5 ANÁLISE E DISCUSSÃO DOS DADOS

A fim de analisar as contribuições do Programa Bolsa Família na garantia do acesso e permanência dos alunos da rede pública municipal de ensino no município de Teresina (PI) buscou-se, inicialmente, identificar as concepções e conhecimentos formados sobre o Programa Bolsa Família, qual a compreensão dos educadores a respeito das ações

do Programa Bolsa Família na Educação dentre estas quais efetivamente garantem o acesso e permanência dos alunos no espaço escolar.

As entrevistas foram norteadas a partir de um roteiro de questões que viabilizaram uma melhor compreensão acerca do fenômeno a partir da fala dos sujeitos que fazem parte da experiência de implementação da política estudada. De posse dos dados foram realizadas as seguintes análises:

5.1 COMPREENSÃO SOBRE O PROGRAMA BOLSA FAMÍLIA: AFINAL, DO QUE SE TRATA?

O Programa Bolsa Família apesar de instituído desde 2004 e ter se consolidado como um programa social que apesar de focalizado beneficia mais de 13 milhões de famílias com vistas ao enfrentamento da pobreza, ainda é pouco conhecido pela população. A respeito do programa como nos revelam as falas dos profissionais de educação:

Um programa social para as famílias de baixa renda. (Gestor escolar)
É um programa de Assistência Social para pessoas em situação precária. (Coordenadora Pedagógica)
É um programa de assistência que tem por objetivo manter a criança e o adolescente na escola, por meio de uma ajuda de custo, que vista de auxiliar na compra de material escolar, alimento e passagem de ônibus. (Professora A)
É um programa de Assistência Social para pessoas que vivem em situações precárias. (Professora B)

Os educadores definem o Programa Bolsa Família como um programa vinculado a Política de Assistência Social, voltado para atender famílias em situação precária a fim de subsidiar as despesas escolares.

Todavia, a compreensão deste programa de transferência de renda a partir de seu principal objetivo enquanto recurso monetário destinado ao enfrentamento da pobreza não foi mencionado.

Por outro lado, ao serem questionados sobre quais concepções positivas e/ou negativas que possuem a respeito do Programa Bolsa Família os profissionais da educação trouxeram colocações comuns e estigmatizantes sobre as famílias beneficiárias ao realizarem as seguintes explicações:

Infelizmente a minha concepção é negativa, pois os pais acabam obrigando os filhos a participar das aulas, usando o recurso para o sustento da família e nem o material escolar da criança eles adquirem. (Gestor escolar)

Tenho concepções positivas, pois presta assistência financeira em situações emergências, porém a inabilidade de saída do programa após melhoria financeira. (Coordenadora Pedagógica)

Ajuda as pessoas que necessitam, que tem baixa renda. No entanto, é mal utilizado, desvio da necessidade real da pessoa, pois em muitos casos esse dinheiro é usado para compra de motos, drogas e bebidas. (Professora A)

É uma possibilidade de melhorar, mesmo que pouco na alimentação, compra de fardamento, material escolar e passagem de ônibus. Contudo, é usado indevidamente pelos responsáveis familiares, cria um comodismo nas famílias. Outro fato negativo é que o estudante vai para escola unicamente para não perder o benefício. (Professora B)

O Programa de Transferência de Renda em questão é apontado negativamente pelo uso “indevido” dos recursos monetários pelos responsáveis familiares. No entanto, as famílias têm liberdade para utilizar o dinheiro recebido e avaliar suas necessidades conforme seus critérios.

5.2 AS AÇÕES DO PROGRAMA BOLSA FAMÍLIA QUE POSSIBILITAM A PERMANÊNCIA DO ALUNO NO ÂMBITO ESCOLAR.

Além dos valores monetários que possibilitam custear algumas despesas escolares as famílias pobres e extremamente pobres, outra ação do programa consiste em oportunizar as crianças e adolescentes o acompanhamento bimestral da frequência escolar a fim de identificar possíveis questões que dificultam ou impossibilitam o acesso e permanência destes alunos no espaço escolar. Em referência a estas ações os educadores se posicionaram com diversas opiniões descritas abaixo:

Para alguns pais é importante o acompanhamento da frequência para não haver o bloqueio do recurso. (Gestor escolar)

À medida em que se acompanha a frequência dá para comparecer e participar melhor da vida escolar do aluno. (Coordenadora Pedagógica)

O programa se torna um pretexto para ir à escola, já que as faltas podem excluir a criança e o adolescente dos benefícios. (Professora A)

As colocações dos educadores se reportam apenas a frequência escolar como ação do Programa Bolsa Família, não caracterizam a transferência direta de renda como parte dessas ações.

5.3 ALUNOS BENEFICIÁRIOS VERSUS EVASÃO ESCOLAR

Quanto a proposta de garantia de assiduidade das crianças e adolescentes beneficiárias do Programa Bolsa Família, pode-se constatar que nesta escola pública ter acesso ao benefício não garante a permanência dos alunos no espaço educacional conforme revelam a seguir:

A maioria dos alunos que tem Bolsa Família demonstra pouco interesse e as vezes acabam evadindo. (Gestor escolar)

Segundo os dados recolhidos, a taxa de evasão se dá da mesma forma. (Coordenadora Pedagógica)

É equiparado aos outros, pois o que saem na maioria são alunos que já passaram bastante da idade em relação a série, não tiveram aprendizado eficiente e não tem mais estímulo para continuar os estudos. (Professora A)

Em nossa realidade não é o programa que mantém a assiduidade dos alunos, mas sim a presença das famílias no processo educacional, já que há alunos que embora estejam inclusos no programa faltam e chegam a evadir. (Professora B)

Apesar da obrigatoriedade do cumprimento da condicionalidade por meio dos percentuais mínimos de frequência citados anteriormente a evasão escolar é um fenômeno presente entre as famílias beneficiárias.

Os educadores revelam que a condição da frequência escolar não é suficiente para promover a permanência dos beneficiários na educação e apontam a importância do envolvimento das famílias neste processo para a progressão escolar. Sendo assim, pode-se deduzir que PBF de acordo com estes profissionais parece insuficiente para quebrar o ciclo intergeracional da pobreza por meio da escolarização

6 CONCLUSÃO

Esta pesquisa teve o propósito de discutir e trazer reflexões acerca da pobreza enquanto questão social que perpassa o cotidiano de milhares de brasileiros que através dos programas de transferência de renda

como o Programa Bolsa Família tem acessado mensalmente recurso monetários que visam contribuir para o alívio imediato da pobreza.

Neste contexto fazem parte destas famílias um contingente expressivo de crianças e adolescentes que assumem o compromisso acordado por seus responsáveis ao acessarem o referido programa social, em manter um percentual de frequência escolar.

O Programa Bolsa Família ao estabelecer esta intersectorialidade com a Política de Educação a partir da condicionalidade instigou a buscar compreender de que forma os profissionais da educação analisam as contribuições deste programa social no âmbito educacional.

A condicionalidade da educação tem sido um tema extremamente debatido entre os pesquisadores, de um lado, considera-se a educação com um direito, desta forma não deveria caracterizar-se como uma condição para ter acesso a um benefício social. Por outro lado, alguns consideram que esta condição assegura apenas a frequência escolar, e não as condições objetivas para um bom desempenho escolar.

Fato este identificado nas colocações dos profissionais da educação que consideram que o acompanhamento bimestral da frequência escolar não apresenta um significado expressivo, visto apenas como uma obrigação a cumprir pelos alunos.

Neste sentido, a partir dos discursos dos educadores pode-se perceber que o Programa Bolsa Família é considerado uma iniciativa importante para as famílias pobres, no entanto, as ações na área da educação não tem apresentado resultados satisfatórios na garantia e permanência de crianças e adolescentes pobres e extremamente pobres.

REFERENCIAS

CASTRO, Jorge Abrahão de. *Evolução e desigualdade na educação brasileira*. Educ. Soc., Campinas, vol. 30, n. 108, p. 673-697, out. 2009. Disponível em <<http://www.scielo.br>> Acesso em: 12 nov. 2016.

COBO, Barbara. *Políticas focalizadas de transferência de renda: contextos e desafios*. São Paulo: Cortez, 2012.

HAGUETTE, Teresa Maria Frota. *Metodologias Qualitativas na Sociologia*. 6 ed. Petrópolis: Vozes, 1999.

LAVILLE, Christian; DIONNE, Jean. Trad. Heloísa Monteiro e Francisco Settineri. *A construção do saber: manual de metodologia da pesquisa em*

ciências humanas. Belo Horizonte: UFMG, 1999.

SILVA, Abinoã Cunha da; BANDEIRA, Ellen Suenne Ferreira; LOPES, Ester Borges. POBREZA NO BRASIL: aspectos conceituais e o processo de construção histórica. In: Jornada Internacional de Políticas Públicas, V, 2011, São Luis.

XIMENES, Daniel de Aquino; CRAVEIRO, Célia Brandão Alvarenga. *Dez anos do Programa Bolsa Família: desafios e perspectivas para a universalização da educação básica no brasil*. In: CAMPELLO, Teresa, NERI, Marcelo Cortes (Org.). *Programa Bolsa Família: uma década de inclusão e cidadania*. Brasília: Ipea, 2013. p. 109 a 123.

YASBEK, Maria Carmelita. Pobreza no Brasil contemporâneo e formas de enfrentamento. In: Serviço Social e Sociedade, nº 110, abr/jun – 2012. São Paulo. Cortez, 2012.

PARTE II – BOAS PRATICAS DO SUAS EM TERESINA

TRABALHO SOCIAL COM FAMÍLIAS NO CRAS

SUDESTE III: A CENTRALIDADE NAS

NECESSIDADES DAS FAMÍLIAS

ANTONIO RONAUT SOARES PEDROSA JÚNIOR¹

DANNYLO CAVALCANTE ALVES²

1 INTRODUÇÃO

A Política de Assistência Social percorreu um longo trajeto até consolidar-se enquanto direito do cidadão e dever do Estado, tendo como marcos principais a inscrição no rol das políticas de Seguridade Social, a partir da Constituição Federal de 1988, e a promulgação da Lei Orgânica de Assistência Social em 1993.

Uma das principais inovações galgadas pela política de assistência social foi a estruturação na prevenção de situações de riscos e vulnerabilidades, alicerçada no fortalecimento de vínculos familiares e comunitários, com base nos territórios em que vivem as famílias. Nesse sentido, a oferta da política estrutura-se em Proteção Social Básica e Proteção So-

¹ Psicólogo/Bacharel em Psicologia pela FACID, técnico que referência do CRAS SUDESTE III.

² Assistente Social/Bacharel em Serviço Social pela UFPI, técnico que referência do CRAS SUDESTE III.

cial Especial, de Média e Alta Complexidade.

O Centro de Referência da Assistência Social (CRAS), principal unidade da Proteção Social Básica, possui duas funções básicas: a oferta do Serviço de Proteção e Atendimento Integral à Família (PAIF) e a gestão da Proteção Social Básica no seu Território de abrangência (BRASIL, 2009a). A política prevê a oferta a partir da realidade e do “chão” em que vivem as famílias, devendo superar as ações pontuais, dispersas e descontínuas centradas na visão psicologizante, de culpabilização dos indivíduos (BRASIL, 2005).

De acordo com a Tipificação Nacional de Serviços Socioassistenciais o PAIF:

[...] consiste no trabalho social com famílias, de caráter continuado, com a finalidade de fortalecer a função protetiva das famílias, prevenir a ruptura de seus vínculos, promover seu acesso e uso pleno de direitos e contribuir na melhoria de sua qualidade de vida. Prevê o desenvolvimento de potencialidades e aquisições das famílias e o fortalecimento de vínculos familiares e comunitários, por meio de ações de caráter preventivo, protetivo e proativo (2009b, p. 6).

A Política Nacional de Assistência Social desencadeou um avanço considerável de leis, normativas, regulações e outros instrumentos com o intuito de superar o amadorismo e diversidade de ações realizadas. Embora existam orientações gerais a respeito da execução do PAIF, entende-se que não existe um modelo exato, dado que o trabalho social deve ser baseado na realidade apresentada pelo território, devendo estar ancorado nas demandas apresentadas pelas famílias e indivíduos. O papel da equipe de referência do PAIF é de compreender esse território e, a partir desta compreensão, planejar a oferta do serviço.

Em Teresina o órgão gestor da Política de Assistência Social é a Secretaria Municipal de Cidadania, Assistência Social e Políticas Integradas, em consonância à diretriz da descentralização política administrativa. Em 2017 foi aprovada a Lei do Sistema Único de Assistência Social de Teresina, Lei Nº 5050, fruto de um intenso processo de mobilização política e discussão entre os atores envolvidos na gestão, execução e controle social.

A proteção social básica em Teresina estrutura-se a partir de 19 Centros de Referência de Assistência Social, sendo 5 nos territórios norte, sul e leste e 4 no território sudeste. O CRAS Sudeste III foi inaugurado

em 01 de março de 2010 para atender os seguintes bairros: Renascença, Parque Poti, Colorado, São Sebastião, Gurupi, Todos os Santos, Flor do Campo e Taboca do Pau Ferrado. Fora o último bairro citado, todos apresentam características urbanas.

De acordo com o Perfil dos Bairros, elaborados Secretaria Municipal de Planejamento e Coordenação, a população total dos bairros urbanos supracitados em 2010 era de 51.542 habitantes (TERESINA, 2016a, 2016b, 2016c, 2016d, 2016e, 2016f, 2016g). Considerando a expansão das habitações formais e informais, esse número pode se considerar defasado. Mesmo com a divisão da região sudeste em 4 territórios, o CRAS é responsável por uma área considerável, ficando distante o acesso para famílias de determinados bairros, como a Taboca do Pau Ferrado.

Um dos pilares conquistados pelos avanços na Política Nacional de Assistência Social foi a necessidade de equipes de referência para estruturar os serviços ofertados nos equipamentos do Sistema Único de Assistência Social, em contraposição a rotatividade elevada do material humano, decorrente da precarização das relações de trabalho.

A partir de junho de 2013 o Centro de Referência de Assistência Social - CRAS Sudeste III passou por recomposição na equipe mínima de referência, assistente social e psicólogo, no turno da manhã. Seguiu-se à reestruturação dos serviços ofertados pelo PAIF, tendo como norte os seminários de avaliação e planejamento das ações da Secretaria, na época SEMTCAS.

À luz das orientações técnicas do PAIF do Ministério do Desenvolvimento Social (BRASIL, 2012^a; 2012b) e da Regulação dos Serviços Socioassistenciais de Teresina (TERESINA, 2012), propôs-se a reativação do trabalho social por famílias por meio de grupos, sendo um realizado no Centro de Convivência e outro na sede do CRAS. Ao final de 2014 e início de 2015, novamente impulsionados pelos seminários de avaliação e planejamento, a equipe optou pela descentralização do trabalho por meio de grupos, como forma de conquistar a adesão das famílias e ao mesmo tempo facilitar o acesso das mesmas ao serviço que constitui a espinha dorsal da Proteção Social Básica, o PAIF.

O Trabalho Social com Famílias no âmbito do PAIF, para se diferenciar do que era realizado numa perspectiva assistencialista, deve superar uma noção individualizante da vulnerabilidade social em favor da consideração do contexto mais amplo, que mantém as diferenças sociais. Tendo isso em vista, o trabalho da equipe técnica deve coletivizar as de-

mandas que, por vezes, se apresentam como isoladas (BRASIL, 2012b).

Em outras palavras, a equipe deve compreender que uma vulnerabilidade apresentada por um usuário, apesar da sua particularidade, deriva de um contexto determinado por múltiplas variáveis. No que se refere à abrangência, as ações do PAIF podem ser particularizadas ou coletivas (BRASIL, 2012b).

O presente relato objetiva mensurar o impacto da descentralização do trabalho social com famílias por meio de grupos, tendo como variável o número de famílias participando das atividades coletivas referenciadas pelo PAIF no período entre 2013 à 2017, bem como apresentar os desafios e possibilidades dessa estratégia.

2 TRABALHO SOCIAL COM FAMÍLIAS: RELATO DE EXPERIÊNCIA

Em acordo ao princípio da territorialização o Sistema Único de Assistência Social de Teresina é atualmente organizado em 19 territórios, sendo 5 nas zonas norte, sul e leste e 4 na zona sudeste. Cada um desses territórios conta com uma unidade de Centro de Referência de Assistência Social, devendo possuir suas respectivas equipes de PAIF.

Em junho do ano de 2013 o CRAS Sudeste III a equipe de referência foi recomposta no turno da manhã. Do início do ano até esse mês o quantitativo de ações do PAIF era nulo, conforme dados do Relatório Mensal de Atendimento do MDS. A partir da chegada dos profissionais (um assistente social e um psicólogo, no turno da manhã) o serviço passou a ser ofertado.

Conforme Tipificação Nacional dos Serviços Socioassistenciais e Cadernos de Orientações do PAIF 1 e 2, as ações do PAIF compreendem atividades coletivas e individuais, podendo ser de atendimento e/ou acompanhamento às famílias. As atividades desenvolvidas pela equipe técnica do PAIF são: acolhida, individual ou grupal; escuta qualificada; orientações; encaminhamentos para a rede setorial e/ou intersetorial; visita domiciliar; visita institucional; oficina com famílias; planejamento e avaliação, entre outras. Em todas elas há um registro das informações coletadas de forma a subsidiar a oferta das ações realizadas.

As atividades coletivas realizadas no ano de 2013 eram: Grupos Socioeducativos para acesso ao Cadastro Único, Acolhidas coletivas e Grupo de Convivência Familiar. De acordo com índices elevados de escutas qualificadas e encaminhamentos voltadas para demandas de vio-

lência de gênero, a equipe projetou e realizou, no ano de 2014, o Grupo de Desenvolvimento Familiar, para problematização dessas questões. A partir da experiência deste grupo, ficou evidente a necessidade de descentralizar a ocorrência do trabalho com grupos.

A descentralização consiste na realização de grupos de famílias “locais” adequados para o trabalho com grupos, dentro de bairros cujos habitantes têm maior dificuldade de acessar o CRAS, ou apresente vulnerabilidades territoriais evidentes, como ausência de equipamentos públicos para prestação de serviços básicos à comunidade como saúde e educação. O grupo tem frequência mensal e é aberto à participação de usuários dos SUAS residentes no território, com prioridade àqueles em acompanhamento familiar. A possibilidade de entrada no grupo de usuários em atendimento que desejem participar funda-se no caráter preventivo e proativo da política de Assistência Social.

Os territórios escolhidos para execução dos grupos foram:

- Conjunto Padre Pedro Balzi (Bairro Flor do Campo), ocorrendo no espaço de convivência da CMEI Pedro Balzi e posteriormente na Quadra de Esportes. Usuários: moradores do Conjunto Padre Pedro Balzi e Ocupação Nova Esperança. A denominação do Grupo foi: GCF Flor do Tempo.

- Taboca (Bairro Taboca do Pau Ferrado), ocorrendo no Espaço do Senhor Zé Canjica, posteriormente na Associação de Moradores do Parque Bumerangue e Loteamento Jordânia e atualmente no CSU do Loteamento Tabocas. Usuários: moradores das regiões da Taboca do Pau Ferrado. A denominação do grupo foi: GCF Ipês.

- Conjunto São Paulo (Bairro São Sebastião), ocorrendo no Salão Paroquial da Igreja Católica. Usuários: participantes do grupo de convivência familiar Gênero e moradores dos conjuntos adjacentes. A denominação do grupo foi GCF Gênero.

- Vila Alto da Ressurreição (Bairro Gurupi), ocorrendo no Centro de Convivência Alto da Ressurreição. Usuários: moradores da vila Alto da Ressurreição, Residencial Frei Damião e localidades adjacentes. A denominação do grupo foi GCF Novos Horizontes para a Cidadania.

- Residencial Firmino Filho (Bairro Parque Poti), ocorrendo na UBS Raimunda Soares. Usuários: Gestantes e acompanhantes do território. A denominação do grupo foi GCF Gestação e Gênero.

- CRAS Sudeste III (Bairro São Sebastião); e (Bairro Monte Ho-rebe), após a mudança para sede própria. Grupo de Convivência Familiar

Viver Sem Limites, tendo como público alvo pessoas com deficiências, pessoas com transtorno mental, seus familiares e/ou cuidadores; usuários do passe livre municipal, BPC Na Escola e BPC Trabalho;

- CRAS Sudeste III (Bairro Monte Horebe). Usuários: Usuários referenciados aos bairros circunvizinhos ao CRAS, sendo denominado GCF Cidadania em Movimento para abranger usuários de outros territórios não contemplados ou para aqueles cujo acesso ao CRAS era mais acessível.

Após a efetivação dos grupos de convivência supracitados, foi possível observar impacto no número de famílias participando regularmente em grupos no âmbito do PAIF, de acordo com os dados nos Relatórios Mensais de Atendimento (RMA), entre os anos de 2013 à 2017. O gráfico a seguir ilustra o impacto quantitativo da descentralização desta atividade:

Gráfico 1 – Número de participantes de grupos do PAIF de 2013 à 2017



Fonte: RMA dos anos de 2013, 2014, 2015, 2016 e 2017.

Observa-se um aumento do número de famílias participando dos grupos de famílias frente ao aumento do número de grupos. Em 2013 havia um único grupo. Em 2014 três grupos foram executados. Em 2015, haviam cinco grupos de famílias. Em 2016, sete grupos. Em 2017 ocorreu redução dos grupos para quatro em razão dos desligamentos familiares que puderam ser obtidos através da estratégia de acompanhamento familiar fortalecida pelo trabalho em grupo.

3 CONCLUSÃO

De acordo com o que foi exposto é possível observar um aumento considerável no número de atendimentos e acompanhamentos coleti-

vos efetuados pelo PAIF desde a chegada da equipe de referência do PAIF ao CRAS em junho de 2013 à 2017, período de análise do presente relato, e principalmente desde o planejamento da descentralização da execução dos grupos no território, representando uma mudança na gestão do trabalho social com famílias.

Ressalta-se que a perspectiva da descentralização das oficinas com famílias não está deslocada das demais atividades do PAIF e demais serviços e atribuições referenciados ao Centro de Referência de Assistência Social. Na verdade, o aumento do número de grupos só foi possível pelo incremento e qualificação das atividades individuais, em especial as atividades de gestão e articulação do território.

Para efeitos de Busca Ativa, foram realizadas visitas institucionais e planejadas atividades coletivas em todas as Unidades Básicas de Saúde do território, além da Maternidade Wall Ferraz e Hospital do Dirceu II. Vale destacar ainda a articulação com a equipe do Centro de Atenção Psicossocial - CAPS II Sudeste, umas das principais parcerias na rede intersetorial. Isso porque parte significativa da emissão dos passes livres municipais para pessoas com deficiências são para pessoas com transtornos mentais, maioria proveniente de processos de reabilitação psicossocial no CAPS II Sudeste.

Essa estimativa é referendada pela quantidade de escutas qualificadas na área de saúde mental e respectivos encaminhamentos para a rede substitutiva de atenção psicossocial, aquém da demanda na zona sudeste. Ressalta-se ainda que Teresina destaca-se no ranking de suicídio. Outro dado preocupante foi demanda apresentada por uma Escola Municipal do território, acerca da automutilação em crianças e adolescentes. Já no ano de 2018 houve relato de identificação em outra Escola Municipal.

Vale frisar que o Grupo de Convivência Familiar Viver Sem Limites é o grupo mais antigo, sendo uma proposta pioneira no planejamento de 2014. Também é o grupo com maior adesão e participação, considerando o consolidado de 2013 a 2017. Tal indicador referenda a parceria na área de saúde mental.

Esta mudança no processo de trabalho a partir da descentralização do trabalho por meio de grupos apresenta alguns aspectos relevantes a serem pontuados, que representam vantagens e desvantagens, que devem ser consideradas no planejamento e avaliação da oferta do PAIF.

Em favor da descentralização, observa-se: a expansão da execu-

ção do PAIF no território, a oferta dos serviços mais próximos à realidade em que vivem os usuários, aumento do número de pessoas atendidas/acompanhadas, melhor conhecimento da realidade dos usuários (vulnerabilidades e potencialidades) e melhor conhecimento da realidade do território (vulnerabilidades e potencialidades).

Sobretudo representa uma mudança de posição por parte da equipe de referência, uma vez que não é esperada a ida dos usuários ao CRAS, mas significa a ida do poder público o mais próximo em que vivem as famílias da área de abrangência. Em um contexto de crise e de empobrecimento, desemprego e ajuste fiscal, essa ida mais próxima possível dos usuários tende a facilitar a adesão e o acesso das famílias.

Outro aspecto a ser considerado é a tentativa de evitar a sobrecarga de trabalho, em especial feminino, a que são acometidas as famílias, seja pelo acúmulo de funções de cuidado, seja requisições feitas pelas diversas instituições, em geral às mesmas famílias público-alvo do trabalho social com famílias (TEIXEIRA, 2013).

Na mesma direção, desde o início do exercício profissional pela equipe da manhã, o convite a participação ao trabalho em grupo sempre levou em conta as possibilidades reais de participação das famílias atendidas, não constituindo uma obrigatoriedade, muito menos utilizando de outros subterfúgios para a adesão.

Já os desafios são: necessidade maior de tempo para planejamento e mobilização, e maior dispêndio de recursos (materiais e humanos) para efetivar a realização dos grupos.

A proposta impacta, sobretudo na adesão ao trabalho em grupo e coletivização das demandas com outros sujeitos que compartilham das mesmas expressões da questão social, socializando estratégias de enfrentamento as problemáticas vivenciadas. Também apresenta como elemento chave o acesso ao universo informacional dos direitos, uma vez que o trabalho da equipe de referência do PAIF é, sobretudo, educativo.

REFERÊNCIAS

BRASIL. Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome. *Política Nacional de Assistência Social (PNAS). Norma Operacional Básica (NOB/Suas)*. Brasília: MDS, 2005.

BRASIL. Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome

(MDS). *Orientações técnicas*: Centro de Referência de Assistência Social – CRAS. Brasília, 2009a.

_____. Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome. Secretaria Nacional de Assistência Social. *Tipificação Nacional de Serviços Socioassistenciais*. Brasília: MDS, 2009b.

_____. Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome (MDS). *Orientações técnicas sobre o PAIF Vol 1: O Serviço de Proteção e Atendimento Integral à Família – PAIF, segunda a Tipificação Nacional de Serviços Socioassistenciais*. 1 ed. Brasília, 2012a.

_____. Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome (MDS). *Orientações técnicas sobre o PAIF Vol 2: Trabalho Social com Famílias do Serviço de Proteção e Atendimento Integral à Família - PAIF*. 1 ed. Brasília, 2012b.

TEIXEIRA, Solange Maria. *A família na política de assistência social: concepções e as tendências do trabalho social com família nos CRAS de Teresina*. Teresina: EDUFPI, 2013.

TERESINA. Secretaria Municipal de Trabalho, Cidadania e Assistência Social (SEMTCAS). *Regulação do PAIF Teresina*. Teresina, 2012.

_____. Secretaria Municipal de Planejamento e Coordenação (SEMPPLAN). *Teresina Perfil dos Bairros Regional SDU Sudeste Bairro Colorado*. Teresina, jul. 2016 a. Disponível em: <<http://semplan.teresina.pi.gov.br/wp-content/uploads/2016/08/COLORADO-2016.pdf>>. Acesso em: 31 jan. 2018.

_____. Secretaria Municipal de Planejamento e Coordenação (SEMPPLAN). *TERESINA PERFIL DOS BAIRROS REGIONAL SDU SUDESTE BAIRRO FLOR DO CAMPO*. Teresina, jul. 2016b. Disponível em: <<http://semplan.teresina.pi.gov.br/wp-content/uploads/2016/08/FLOR-DO-CAMPO-2016.pdf>>. Acesso em: 31 jan. 2018.

_____. Secretaria Municipal de Planejamento e Coordenação (SEMPPLAN). *Teresina Perfil dos Bairros Regional SDU Sudeste Bairro Gurupi*. Teresina, jul. 2016c. Disponível em: <<http://semplan.teresina.pi.gov.br/wp-content/uploads/2016/08/GURUPI-2016.pdf>>. Acesso em: 31 jan. 2018.

_____. Secretaria Municipal de Planejamento e Coordenação (SEM-

PLAN). *Teresina Perfil dos Bairros Regional SDU Sudeste Bairro Parque Poti*. Teresina, jul. 2016d. Disponível em: <<http://semplan.teresina.pi.gov.br/wp-content/uploads/2016/08/PARQUE-POTI-2016.pdf>>. Acesso em: 31 jan. 2018.

_____. Secretaria Municipal de Planejamento e Coordenação (SEMPLAN). *Teresina Perfil dos Bairros Regional SDU Sudeste Bairro Renascença*. Teresina, jul. 2016e. Disponível em: <<http://semplan.teresina.pi.gov.br/wp-content/uploads/2016/08/RENASCEN%C3%87A-2016.pdf>>. Acesso em: 31 jan. 2018.

_____. Secretaria Municipal de Planejamento e Coordenação (SEMPLAN). *Teresina Perfil dos Bairros Regional SDU Sudeste Bairro São Sebastião*. Teresina, jul. 2016f. Disponível em: <<http://semplan.teresina.pi.gov.br/wp-content/uploads/2016/08/S%C3%83O-SEBASTI%C3%83O-2016.pdf>>. Acesso em: 31 jan. 2018.

_____. Secretaria Municipal de Planejamento e Coordenação (SEMPLAN). *Teresina Perfil dos Bairros Regional SDU Sudeste Bairro Todos os Santos*. Teresina, jul. 2016g. Disponível em: <<http://semplan.teresina.pi.gov.br/wp-content/uploads/2016/08/TODOS-OS-SANTOS-2016.pdf>>. Acesso em: 31 jan. 2018.

GRUPO DE DESENVOLVIMENTO FAMILIAR “GÊNERO” NO CRAS SUDESTE III: O ENFRENTAMENTO À DESIGUALDADE DE GÊNERO

ANTONIO RONAUT SOARES PEDROSA JÚNIOR¹
DANNYLO CAVALCANTE ALVES²

1 INTRODUÇÃO

O presente relato se trata de experiência piloto de grupo de desenvolvimento familiar sobre gênero no território do CRAS Sudeste III. A ideia de se trabalhar a temática surgiu numa experiência de oficina da Coordenadoria Municipal de Políticas Públicas para Mulheres (CMPM) com as famílias do Serviço de Convivência e Fortalecimento de Vínculos (SCFV) para Jovens. Foi durante o planejamento das ações da SEMTCAS, atual SEMCASPI, de 2014 se pensou em trabalhar por meio do Grupo de Desenvolvimento Familiar sobre gênero.

Além disso, o cotidiano profissional, através das escutas qualificadas, visitas domiciliares, participação nos SCFV e trabalho social com

¹ Psicólogo/Bacharel em Psicologia pela FACID, técnico que referência do CRAS SUDESTE III.

² Assistente Social/Bacharel em Serviço Social pela UFPI, técnico que referência do CRAS SUDESTE III.

grupos, revelou uma expressão da questão social marcada pelo aspecto gênero. A maioria do público atendido pelo CRAS é do sexo feminino, bem como dos participantes dos SCFV. Embora o CRAS tenha o papel da prevenção de violação de direitos (BRASIL, 2004), estas usuárias traziam questões relacionadas à violação de direitos propriamente ditas. Mesmo feitos os devidos encaminhamentos à rede, foi percebida a possibilidade de se trabalhar a nível preventivo.

A questão do gênero traz consigo diferenças e desigualdades sociais entre homens e mulheres, que por vezes desfavorecem as últimas. Uma pesquisa da Plan (2014) identifica que meninas fazem mais tarefas de casa que seus irmãos. Nucci (2010) observou que pesquisas nas áreas biomédicas, de 1995 à 2009, tendem a enfatizar os fatores biológicos como definidores de comportamentos tipicamente masculinos e femininos. Isso demonstra que a própria ciência “objetiva” perpetuar a construção social, e consequentemente reforça algumas desigualdades de gênero.

O território sudeste III possui significativa incidência de chefia de mulheres. Dos 15140 domicílios ocupados, 7264 são chefiados por mulheres (TERESINA, 2012). Nesse sentido, justifica-se uma ação direcionada para a questão de gênero, acerca das mulheres do território sudeste III e suas famílias.

Ainda de acordo com o cotidiano profissional, observaram-se situações relativas às diferenças de gênero (companheiro que impede a participação da companheira em atividades do acompanhamento familiar, mulheres sobrecarregadas com tarefas domésticas, etc.) que dificultavam a participação das usuárias nas atividades do PAIF, impossibilitando a evolução.

2 O SERVIÇO DE PROTEÇÃO E ATENDIMENTO INTEGRAL À FAMÍLIA (PAIF) NO CENTRO DE REFERÊNCIA DA ASSISTÊNCIA SOCIAL

O Serviço de Proteção e Atendimento Integral à Família (PAIF) é um trabalho de caráter continuado que visa a fortalecer a função de proteção das famílias, prevenindo a ruptura de laços, promovendo o acesso e usufruto de direitos e contribuindo para a melhoria da qualidade de vida (BRASIL, 2004).

Dentre os objetivos do PAIF, destacam-se: o fortalecimento da função protetiva da família; a prevenção da ruptura dos vínculos familia-

res e comunitários; a promoção de ganhos sociais e materiais às famílias; a promoção do acesso a benefícios, programas de transferência de renda e serviços socioassistenciais; e o apoio a famílias que possuem, dentre seus membros, indivíduos que necessitam de cuidados, por meio da promoção de espaços coletivos de escuta e troca de vivências familiares (BRASIL, 2009).

O PAIF tem como público famílias em situação de vulnerabilidade social. São prioritários no atendimento os beneficiários que atendem aos critérios de participação de programas de transferência de renda e benefícios assistenciais e pessoas com deficiência e/ou pessoas idosas, que vivenciam situações de fragilidade.

Suas ações são desenvolvidas por meio do trabalho social com famílias, apreendendo as origens, os significados atribuídos e as possibilidades de enfrentamento das situações de vulnerabilidade vivenciadas, contribuindo para sua proteção de forma integral.

O trabalho social do PAIF deve utilizar-se também de ações nas áreas culturais para o cumprimento de seus objetivos, de modo a ampliar o universo informacional e proporcionar novas vivências às famílias usuárias do serviço. As ações do PAIF não devem possuir caráter terapêutico.

2.1 GRUPO DE DESENVOLVIMENTO FAMILIAR SOBRE GÊNERO NO CRAS SUDESTE III EM TERESINA

Em conformidade com a Política Nacional de Assistência Social (PNAS) e as orientações do Ministério do Desenvolvimento Social (MDS) em relação à execução do Serviço de Proteção Integral à Família (PAIF) pela equipe técnica do Centro de Referência da Assistência Social (CRAS), o Grupo de Desenvolvimento Familiar deve existir para promover o desenvolvimento da família, de forma a trabalhar as suas vulnerabilidades, promovendo a sua autonomia e empoderamento.

Segundo Teresina (2012, pág. 16), o Grupo de Desenvolvimento Familiar “visa uma reflexão além da dimensão cognitiva e envolve problematização e compressão da experiência e das atitudes do cotidiano pelas famílias”. O papel do Centro de Referência de Assistência Social na prevenção de riscos sociais e no fortalecimento de vínculos familiares e comunitários, bem como o compromisso pela efetivação da igualdade de

gênero, justificaram a execução de um grupo de desenvolvimento com o tema-gerador: “Gênero”.

O Grupo de Desenvolvimento Familiar para discutir as questões de Gênero tem como foco potencializar a autonomia das usuárias/os na perspectiva da igualdade de gênero e enfrentamento das desigualdades sociais provenientes dessa questão. Para tanto foram planejados encontros com temas específicos, relacionados à questão de gênero, a serem trabalhados por meio de discussão da desnaturalização do gênero.

O grupo de desenvolvimento familiar executado pelo CRAS Sudeste III em Teresina foi constituído por usuários/as em acompanhamento familiar, beneficiários/as do Programa Bolsa Família, do Benefício de Prestação Continuada, dos Serviços de Convivência e Fortalecimento de Vínculos com Jovens e com Idosos, lideranças comunitárias, homens e mulheres com idade a partir de 16 anos, com quantidade de 15 à 25 pessoas, com encontros quinzenais.

De acordo com o planejamento realizado pela equipe técnica do CRAS Sudeste III de Teresina foram previstos inicialmente sete encontros com as seguintes temáticas: Abordagens conceituais de gênero; igualdade X desigualdade de gênero; violência de gênero; diversidade sexual e gênero; oficina sobre a lei Maria da Penha; Oficina prática de produção artística sobre gênero e atividade de produção e socialização na comunidade. A execução da experiência piloto revelou uma realidade mais complexa e que precisou se adaptar as necessidades de cada participante, tendo em vista que as/os participantes são sujeitos em acompanhamento familiar, perpassadas/os pela realidade do gênero, seja no que toca a realidade de violência recente que vivenciavam, bem como os afazeres domésticos que em geral ficam sobre a responsabilidade das mulheres.

O planejamento supracitado foi apresentado à equipe técnica Secretaria Municipal de Políticas Públicas para Mulheres, no intuito de se firmar uma parceria na execução do mesmo. Para tanto caberia ao CRAS a mobilização dos usuários para os encontros, as acolhidas e avaliações, e à SMPM caberia a facilitação das temáticas. Além disso, ficou acordado que as equipes técnicas dos dois órgãos se encontrariam uma vez antes de cada encontro para planejamento das atividades específicas dos encontros.

Para dar início às atividades do grupo foram necessários 03 pré-encontros com o intuito de socializar e discutir os objetivos do grupo

com os usuários participantes, uma vez que se tratava de uma iniciativa piloto, com temas específicos, horários e frequência diferente do que se tinha nos outros grupos de Convivência deste CRAS. Os dois primeiros pré-encontros foram executados pelo CRAS, ainda de forma a mobilizar os usuários para participar do grupo, e o último foi realizado com a equipe técnica PAIF em conjunto com a equipe técnica da SMPM para se apresentar a proposta do Grupo, combinar as datas dos encontros, e firmar o compromisso de participação entre os usuários e técnicos.

A partir de então os encontros do grupo se deram quinzenalmente, com alterações nas datas quando necessário em razão de necessidade do próprio grupo ou da equipe técnica. E os encontros de planejamento específico ocorreram também quinzenalmente, sempre antes do encontro do grupo.

Quadro 1: Grupo de desenvolvimento familiar sobre gênero no CRAS Sudeste III em Teresina (PI)

Tema	Objetivo	Conteúdos	Metodologia	Resultados
Abordagens conceituais de gênero	Discutir com os participantes os conceitos de gênero, tanto para um melhor conhecimento da questão que mobiliza os encontros como para definir um entendimento do grupo para os próximos encontros.	Conceito de gênero	No encontro foi realizado roda de conversa, sobre noções que os usuários tinham sobre gênero, e foi apresentado o conceito de gênero que iria direcionar a realização proposta.	O conceito de gênero alcançado neste encontro foi no que se refere às diferenças entre homens e mulheres na sociedade, considerando-se não ser um conceito natural, e que apesar de envolver características biológicas, o sociocultural é que determina as raízes fundantes destas desigualdades.

Violência de gênero	Analisar as formas de violência de gênero, tratando de definições da violência em si e dos tipos de violência de gênero, para facilitar a identificação da situação de violência quando esta ocorre, bem como abordar as estratégias de enfrentamento.	Violência de gênero e suas formas de identificação	No encontro foi executado uma dinâmica de autocohecimento, no intuito de sensibilização para a percepção da violência, e roda de conversa sobre os tipos de violência que os usuários conheciam, para se apresentar os tipos baseados na Lei Maria da Penha.	Observou-se a partir das discussões realizadas que houve um despertar para o tema e que o tema foi muito instigante para os(as) participantes.
Lei Maria da Penha	Abordar a Lei como forma de enfrentamento da situação de violência de gênero, através do conhecimento do que a lei trata, quem protege e como acessar essa proteção.	Principais dispositivos legais da Lei Maria da Penha e sua exequibilidade na prática	No encontro foi apresentado o vídeo “Acorda Raimundo” para sensibilizar o grupo para a roda de conversa sobre a Lei Maria da Penha. Depois foram apresentados os aspectos legais, tipos de violência e formas de recorrer ao sistema de proteção nos casos de violência com a mulher.	Os participantes sentiram-se muito envolvidos com o tema, apreendendo inclusive os seus principais conceitos.

Diversidade sexual e gênero	Discutir a diversidade sexual relacionando com as discussões de gênero: a liberdade de expressão, orientação sexual, entre outras questões.	Diversidade sexual de gênero e seu respeito na vida cotidiana	No encontro foi problematizado o direito ao corpo da mulher através da apresentação e discussão de um vídeo da Marcha das Vadias..	Questionou-se o discurso de que as mulheres sofrem abuso/violência em razão das vestimentas que usam e que para prevenção dessas violências seriam necessários usar roupas “apropriadas” e evitar determinados locais e horários, além de evitar andar sozinha. Apresentou-se o conceito de orientação sexual, relacionando a Marcha das Vadias, no sentido do direito à livre identidade de gênero
Oficina prática de produção artística sobre gênero	Reeditar as compreensões do grupo sobre os encontros anteriores, por meio de produções artísticas, de forma que concretizasse o conhecimento construído pelo grupo.	Produções artísticas sobre gênero	Produções artísticas sobre a temática	No encontro os/as participantes realizaram produções artísticas relacionadas ao gênero, problematizando a desnaturalização do conceito.

Atividade de protagonismo e socialização na comunidade	Socializar as produções e as compreensões do grupo para a comunidade, de forma a multiplicar as aquisições obtidas no grupo.	Protagonismo na comunidade sobre as questões de gênero	A atividade foi realizada junto ao SCFV com Idosos do Conjunto São Paulo. A equipe técnica do CRAS facilitou uma roda de conversa entre os/as participantes do SCFV com os integrantes do GDF Gênero.	Os integrantes do Grupo de Desenvolvimento Familiar (GDF) destacaram o caráter social do gênero e a importância do compromisso com a igualdade de gênero. Também foi evidenciado aspectos relacionados ao gênero no que diz respeito a intergeracionalidade, como por exemplo o fato do cuidado de netos ser destinados aos idosos, em especial às idosas.
---	--	--	---	--

Fonte: Relatórios do CRAS Sudeste III, 2014.

O quadro 1 mostra que o conceito de gênero apreendido pelos participantes do grupo foi alcançado, no que se refere às diferenças entre homens e mulheres na sociedade, considerando-se não ser um conceito natural, e que apesar de envolver características biológicas, o sociocultural é que determina as raízes fundantes destas desigualdades.

Observou-se, a partir das discussões, realizadas que houve um despertar para os temas e que estes foram muito instigantes para os(as) participantes, que se sentiram muito envolvidos, apreendendo inclusive aos conceitos trabalhados.

Questionou-se o discurso de que as mulheres sofrem abuso/violência em razão das vestimentas que usam e que para prevenção dessas violências seriam necessários usar roupas “apropriadas” e evitar determinados locais e horários, além de evitar andar sozinha. Apresentou-se

o conceito de orientação sexual, relacionando a *Marcha das Vadias*, no sentido do direito à livre identidade de gênero. No encontro, os/as participantes realizaram produções artísticas relacionadas ao gênero, problematizando a desnaturalização do conceito.

Nessa perspectiva, Bourdieu (1999) enfatiza que essas concepções invisíveis nos levam à formação de esquemas de pensamentos im-pensados, ou seja, quando acreditamos ter a liberdade de pensar alguma coisa, sem levar em conta que esse livre pensamento está marcado por interesses, preconceitos e opiniões alheias.

Para Bourdieu (1999) a (re)produção dos gêneros e a persistência das relações de dominação de gênero a partir do conceito de *habitus*, enquanto sistema socialmente constituído de disposições cognitivas, é caracterizada pela subjetividade de gênero, corporificada, ou seja, estruturada internamente e expressa em posturas masculinas ou femininas continuamente realimentada e reforçada pela objetividade da realidade social, ou seja, por uma organização social historicamente baseada em divisões de gênero.

Nesse sentido, os integrantes do Grupo de Desenvolvimento Familiar durante a realização das atividades destacaram o caráter social do gênero e a importância do compromisso com a igualdade de gênero, enfatizando os aspectos relacionados ao gênero no que diz respeito a intergeracionalidade, como por exemplo o fato do cuidado de netos ser destinados aos idosos, em especial às idosas, como forma de desconstrução dessas.

3 CONCLUSÃO

Foi possível perceber, através de avaliações no final de cada encontro, e através da escuta e observação dos usuários, que os mesmos passaram por mudanças durante o processo grupal com relação à sua autonomia e com relação ao compromisso de combate à desnaturalização das diferenças de gênero.

A parceria com a Secretaria de Políticas Públicas para Mulheres se mostrou muito rica, uma vez que o CRAS tem como objetivo a prevenção da situação de vulnerabilidade social e a SMPM é um órgão articulador de políticas públicas voltadas para garantir os direitos das mulheres. O planejamento específico das atividades, antes dos encontros, foi efetivo para a realização de atividades que contemplaram os conceitos de forma

cognitiva e vivencial, observando que para se potencializar autonomia dos usuários, as atividades devem ser participativas e significativas para os mesmos.

É necessário afirmar que a questão do gênero é complexa, cultural e histórica, e que o enfrentamento das desigualdades requerem o compromisso de homens e mulheres identificados/as com essa realidade. O grupo não se constituiu com o objetivo de resolver os problemas dos participantes, mas de estimular a autonomia e a emancipação no horizonte dessa resolutividade. Observou-se, entretanto, uma “evolução” das histórias de vidas dos usuários, no sentido do acesso à informação da desnaturalização do gênero e das garantias legais disponíveis. Vale ressaltar que o acompanhamento familiar alicerçou o trabalho social com grupo realizado, pois o gênero, por ser complexo, está imbricada com várias outras questões, como moradia, emprego e renda, saúde, educação, entre outras.

A partir da avaliação das ações realizadas em 2017 e planejamento 2018 será realizada uma segunda edição do Grupo de Desenvolvimento Familiar, fora da sede do CRAS, no Bairro Pedro Balzi e Ocupação Nova Esperança. A escolha justifica-se pela intensa vulnerabilidade social e de gênero na região supracitada. Outro indicador que alicerça a realização do grupo é fato do território sudeste se destacar nos índices de violência doméstica e familiar.

REFERÊNCIAS

BRASIL. Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome. *Política Nacional de Assistência Social (PNAS). Norma Operacional Básica (NOB/Suas)*. Brasília: MDS, 2005.

_____. LEI MARIA DA PENHA. Lei Nº 11340, de 7 de agosto de 2006.

NUCCI, M. F.: *O Sexo do Cérebro: uma análise sobre gênero e ciência*. In: _____. Presidência da República. Secretaria de Políticas para Mulheres. *6º Prêmio Construindo a Igualdade de Gênero – Redações, artigos científicos e projetos pedagógicos vencedores – 2010*. Brasília: Presidência da República, Secretaria de Políticas para as Mulheres, 2010.

BOURDIEU, Pierre. *A Dominação Masculina*. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1999.

Plan Brasil. Brasil. Plan International. *Por ser menina no Brasil*. Crescendo entre direitos e violências. Disponível em: <http://plan-international.org/where-we-work/americas/brazil/sobre-a-plan-no-brasil/pesquisa-porsermenina>, último acesso em 05 de dezembro de 2014.

TERESINA. Prefeitura Municipal. Secretaria Municipal do Trabalho, Cidadania e de Assistência Social (SEMTCAS). *Regulação dos serviços socioassistenciais do município de Teresina*: Serviço de Proteção e atendimento Integral à Família- PAIF. Gerência de Gestão do SUAS - GGSUAS-2012.

TV CIDADANIA: O TRABALHO INFANTIL EM FOCO (RELATO DE EXPERIÊNCIA DA CASA DE ZABELÊ)

FRANCISCO DE ASSIS MOREIRA SOUSA¹

GISLEIDE MARIA PRADO²

IAGO FORTES SOARES MENOR³

1 INTRODUÇÃO

A criança e o adolescente no Brasil conquistaram, ao longo dos anos e diante do contexto de mudança de época e modernização da sociedade civil, o direito de crescer em um ambiente seguro e protegido, com saúde, carinho, atenção, alimentação, além do direito ao lazer e da oportunidade de galgar novos espaços. O Brasil é um país pioneiro na consolidação da legislação sobre o direito da criança e do adolescente, fruto de uma intensa mobilização social e debates no parlamento.

Para uma criança crescer saudável e feliz é preciso que sua integridade seja respeitada e encorajada, dentro e fora de casa, em que devem atuar a família, o Estado e a sociedade. Nessa perspectiva, seu espaço de

¹ Coordenador Técnico da Casa de Zabelê, Teresina-PI; graduado em Teologia e Licenciatura Plena em Geografia pela UFPI e Especialista em Meio Ambiente pela UESPI.

² Educadora Social da Casa de Zabelê, Teresina-PI; graduada em Pedagogia pela FATEPI.

³ Educador Social da Casa de Zabelê, Teresina-PI; graduado em Serviço Social pela UNIFSA.

desenvolvimento é o mundo e todos nós somos responsáveis em todos esses ambientes que recebem as crianças. É neste sentido que foi sancionado no ano de 1990 a lei 8.069 que estabelece o Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA)

O ECA estabelece os direitos que toda a criança e adolescente tem, à vida, à saúde, à alimentação, à educação, ao esporte, ao lazer, à profissionalização, à cultura, à dignidade, ao respeito, à liberdade e a convivência familiar e comunitária. Também determina o direito de respeitar os direitos de seu próximo. Trata-se, portanto, de uma legislação que reconhece a condição peculiar do desenvolvimento, o que faz os direitos se aplicarem a crianças, adolescentes e adultos de forma diferenciada. (ECA, 1990, p. 4).

Sabemos, no entanto, que somente a existência da lei não significa a solução para todos os problemas da infância brasileira. A década de 90 significa para o Brasil o início da era dos direitos, a construção de um sistema democrático que inaugura o início do Estado de Direito, em que velhos preconceitos enraizados por uma cultura colonialista, escravista, regionalista, estavam prestes a serem questionados e criticados publicamente, com a força das convenções internacionais de direitos humanos. A visão da infância, base de um amplo movimento social no Brasil, domina o debate entre a sociedade e a administração pública sobre a formulação de políticas voltadas para a criança e o adolescente e a disponibilização de novos dispositivos para execução e controle dessas políticas (Conselho de Direitos), de novos serviços públicos, de novos atores (Conselho Tutelar) e dentre outros previstos em lei.

É neste clima de profundos debates e de um novo contexto político que nasce a ideia da Casa de Zabelê como uma política pública referendada pelo Conselho Municipal dos Direitos das Crianças e Adolescentes de Teresina, com um atendimento específico a meninas em situação de alto risco social. Este serviço é uma rica experiência de parceria entre o Setor Público (Prefeitura de Teresina) e a Sociedade Civil (Ação Social Arquidiocesana-ASA).

Vinte e dois anos se passaram desde a sua fundação, atualmente a ASA em parceria com a Secretaria Municipal de Cidadania, Assistência Social e Políticas Integradas (SEMCASPI) dão o suporte institucional à Casa de Zabelê que configura-se como um serviço que previne e enfrenta as diversas formas de violações de direitos contra crianças e adolescentes

do sexo feminino, jovens de ambos os sexos e suas famílias em situação de vulnerabilidade e risco pessoal e social, através de um atendimento psicossociopedagógico e dos cursos profissionalizantes em moda e serigrafia.

Todas as atividades desenvolvidas neste serviço estão fundamentadas na Política de Proteção e Defesa dos Direitos da Criança e do Adolescente, visando prestar um atendimento aos usuários para a conquista de seus direitos individuais e sociais, primando pelo desenvolvimento de conceitos atitudinais e de valores necessários para que o ser humano possa potencializar suas habilidades, a fim de melhorar sua qualidade de vida e continuar aprendendo para poder participar e tomar decisões fundamentais.

A proposta pedagógica da Casa de Zabelê é desenvolver ações socioeducativas a partir de projetos interdisciplinares que propiciem aos usuários o reconhecimento dos seus direitos individuais e coletivos para que tenham condições de superar as principais formas de violação de direitos as quais são acometidos.

O trabalho infantil é uma das expressões mais claras da pobreza e da injusta distribuição de renda no Brasil e sempre esteve presente em nossa sociedade. Não obstante a isso, a realidade do Piauí, e mais especificamente de Teresina, não é diferente. Em todos os municípios do Piauí são registrados casos de trabalho infantil, o que é proibido pela legislação brasileira. Segundo o IBGE, no Piauí existem 60.186 crianças trabalhando, sendo que 33.659 (56% do total) trabalham em atividades agrícolas ou na pecuária, o que significa dizer que os outros 44% deste percentual exercem atividades de trabalho nos perímetros urbanos do estado. (IBGE, 2010).

A planilha de dados do Serviço Social da Casa de Zabelê identifica que o perfil da população atendida é de pessoas provenientes de famílias de baixa renda, com poucos recursos de saneamento básico, moradia precária, com baixo grau de escolaridade (1º grau incompleto), na maioria das vezes o sustento é proveniente do Programa Bolsa Família e do trabalho informal que dificilmente chega a um salário mínimo, sendo que aqueles que possuem ocupações profissionais estão lotados em funções que demandam pouca qualificação técnica (construção civil, serviços gerais, faxina). Com relação às violações atendidas, estão presentes a violência física, psicológica, negligência, abandono, violência sexual, trabalho infantil e drogadição, sendo que o maior percentual diz respeito

à violência física e psicológica, seguida da sexual.

Assim, com o intuito de propiciar discussões e atividades lúdicas que reforcem, junto às usuárias, a importância da educação e do brincar, contrapostas ao trabalho infantil, e valorizando o protagonismo das crianças e adolescentes, foi estimulada a participação no projeto “TV CIDADANIA: O trabalho infantil em foco” que objetiva dar visibilidade a esta problemática tão recorrente entre as/os usuárias/os atendidas/os pela Casa de Zabelê, bem como oferecer a este público mecanismos de prevenção e enfrentamento desta grave ameaça aos direitos da criança e do adolescente no município de Teresina.

Foram utilizadas nesse processo as oficinas pedagógicas como recurso metodológico do projeto, trata-se de uma forma de construir conhecimento, com ênfase na ação, sem perder de vista, porém, a base teórica. É, pois, uma oportunidade de vivenciar situações concretas, significativas, baseada no tripé: sentir-pensar-agir, com objetivos pedagógicos. Em outras palavras, numa oficina ocorrem: apropriação, construção de conhecimentos teóricos e práticos, de forma ativa e reflexiva (PAVIANI, 2009).

As atividades pedagógicas foram mediadas por uma dupla de educadores sociais que desenvolveram o processo formativo de forma lúdica, trabalhando a temática com as usuárias, possibilitando o reconhecimento e cumprimento dos seus direitos e deveres e potencializando o protagonismo infanto-juvenil.

Portanto, visou-se com esse projeto: 1) propiciar uma reflexão, através de oficinas temáticas, sobre o direito à proteção integral em contraponto com as violações de direitos ocasionadas pelo trabalho infantil e 2) utilizar da linguagem telejornalística para discutir e denunciar a problemática do trabalho infantil;

2 TV CIDADANIA – O TRABALHO INFANTIL EM FOCO

A Casa de Zabelê acredita no atendimento pautado na eficiência e valorização do trabalho criativo, em um ambiente que prima pela responsabilidade e pela transparência no que executa. Desta forma, as atividades executadas neste serviço são incorporadas dentro de uma ação psicossociopedagógica, propiciando um maior leque de oportunidades às crianças, adolescentes e jovens atendidos. Neste sentido para o alcance dos objetivos já apontados foram elencadas metas e uma série de ações

desenvolvidas de acordo com o planejamento sistemático da ação.

2.1 METAS

As atividades do projeto “TV CIDADANIA: O trabalho infantil em foco”, foram realizadas na Unidade de Proteção Social Casa de Zabelê e tiveram como metas atingir, de maneira direta, o núcleo de crianças e adolescentes do sexo feminino de 8 a 17 anos e, de maneira indireta, jovens de ambos os sexos dos 16 a 21 anos, provenientes de diversas regiões de Teresina, informando-os acerca do trabalho infantil como uma grave violação aos seus direitos fundamentais. As atividades aqui descritas referem-se ao período de setembro a dezembro de 2017.

2.2 AÇÕES DESENVOLVIDAS

Partindo deste mecanismo metodológico, através do planejamento psicosociopedagógico, foram pensadas diversas ações a serem desenvolvidas, sendo estas executadas em cinco etapas:

1ª Etapa: Oficinas das temáticas relativas aos direitos de ser criança em contraponto com as violações de direitos ocasionados pelo trabalho infantil;

2ª Etapa: Oficina de Televisão: Apropriação da linguagem jornalística e dos recursos de pré-produção dos telejornais;

3ª Etapa: Oficina de construção das narrativas dos telejornais e ensaios das representações teatrais das reportagens;

4ª Etapa: Gravação das reportagens da TV Cidadania no estúdio de TV;

5ª Etapa: Culminância do projeto para equipe de profissionais e para todas as crianças, adolescentes e jovens atendidos pela Casa de Zabelê.

As oficinas foram realizadas no espaço lúdico denominado “biblioteca viva”, tendo o envolvimento de 19 crianças e 41 adolescentes de forma direta e 39 jovens de ambos os sexos que participaram de maneira indireta na culminância do projeto.

2.3 MATERIAIS

Os materiais utilizados foram: microcomputador, documentos sobre trabalho infantil, cartilha educativa sobre trabalho infantil, livros didáticos, legislações, gibis, aparelho de som, matérias audiovisuais e materiais de papelaria variados (lápiz, borracha, caneta hidrocor, tesoura, cola, papéis, cartolina e outros).

2.4 IMPACTOS DAS AÇÕES E RESULTADOS ALCANÇADOS

Para as cinco etapas do projeto a equipe pedagógica realizou um levantamento bibliográfico e seleção de recursos audiovisuais que subsidiassem a execução das ações. Na primeira etapa foram realizadas duas oficinas que tinham como objetivo a socialização dos direitos e deveres, da família, da sociedade e do estado para com as crianças e adolescentes. Para tanto, foi utilizado como referencial teórico a Declaração Universal dos Direitos da Criança (1959) em paralelo com o Estatuto da Criança e do Adolescente (1990), os artigos de ambas as legislações foram retratados através de cartazes e dispostos de maneira lúdica nas paredes do espaço em que ocorreram as oficinas, e as crianças e adolescentes participantes foram acolhidas com músicas infantis que remetiam a importância do direito de brincar e de ser feliz.

Logo depois foram instigadas a contemplar o espaço afim de que percebessem os artigos da lei expostos nas paredes. Em seguida, através da técnica de roda de conversa, um a um, os artigos foram sendo lidos e discutidos. As educandas foram então questionadas sobre a efetivação ou não de cada um dos artigos na realidade social em que vivem. Diante de todo o exposto, as mesmas refletiram, de forma compartilhada, que os seus direitos e de muitas outras crianças vem sendo negados e/ou violados.

A finalização da oficina acontece com a proposição dos mediadores, para que as participantes se envolvam em um projeto que vise à apropriação das diversas formas de violação de direitos e o enfrentamento a essas questões, tendo como foco da ação a problemática do trabalho infantil, uma vez que esta é uma das mais graves expressões da questão social, que assola parcela significativa da população infantil no Brasil e que facilita, segundo Benge (2014), outras violações, como agressões físicas e psicológicas, negligência e abuso sexual. Sob esse viés, Paulo Freire

defende que

ao colocar-se diante da realidade, não se pode assumir uma posição falsamente intelectual. É indispensável, segundo ele, que esta postura seja mediada pelo ato da “ação-reflexão”, pois com isto pode ser possível a transformação do mundo que caracteriza os homens, ou seja, será refletindo sobre a ação, que se poderá chegar à possibilidade de transformá-lo a partir dos interesses dos sujeitos que o fazem e refazem. (Schram e Carvalho, 2013, p. 3)

Dessa forma, as educandas foram estimuladas para que num processo, de dentro para fora, pudessem se sentir motivadas a conhecer mais, se informar e se apropriar da ação pensada pela equipe de educadores da Casa de Zabelê, com vistas a dar para o projeto (TV Cidadania) maior efetividade. Frymier (1970) afirma “*A motivação para aprender dá direção e intensidade à conduta humana num contexto educativo*”, aumentando consideravelmente as chances de se obter sucesso na ação metodológica planejada e no alcance dos resultados.

A segunda etapa do projeto foi de suma importância para aproximar as participantes do principal recurso didático e lúdico do projeto, a linguagem telejornalística. As mesmas se subdividiram em grupos mistos de crianças e adolescentes, em seguida receberam da dupla de educadores mediadores uma apostila previamente produzida, contendo no seu interior diversos textos do gênero jornalístico, manchetes de jornal e notícias, todos a respeito do trabalho infantil e suas implicações na sociedade contemporânea. Simultaneamente, os grupos leram suas apostilas e fizeram um “cochicho” acerca das suas impressões do material, depois os educadores fizeram uma interface entre os textos e a importância da televisão para a transmissão de mensagens, chamando a atenção para o papel da televisão como meio de comunicação de massa, o uso da linguagem televisiva e a importância do estudo e da busca contínua de conhecimentos para vincular informações.

Para finalizar esta etapa foram exibidas duas reportagens de telejornais brasileiros acerca do trabalho infantil e em seguida um momento de discussão e análise, onde foi possível evidenciar todas as técnicas utilizadas pelos profissionais de jornalismo, como organizar uma reportagem, em que ordem e sequência cronológica os fatos são apresentados e demais instrumentos da linguagem telejornalística.

Com o propósito de fornecer as educandas participantes mais

informações e diferenciações sobre o trabalho infantil, foram ainda exibidos dois curtas-metragens: “Você viu a Rosinha?” uma produção independente da professora Célia Gurgel da Universidade Federal do Ceará (UFC) em 2007 e “Meia Infância - O trabalho infantil no Brasil hoje” produzido pela equipe “Escravo, nem pensar!” em 2015. Ambos os vídeos foram importantes para a socialização dos conceitos de trabalho infantil, onde acontece, suas piores formas, além de destacar a importância de denunciar e quais os caminhos para enfrentar essa prática criminosa.

Paralelo a isso, a coordenação técnica e administrativa da Casa de Zabelê estabeleceu uma parceria com o setor de comunicação da Arquidiocese de Teresina, responsável pelas comunicações oficiais da igreja católica em Teresina e municípios vizinhos. Esse setor de comunicação dispõe de estúdio de TV, equipamentos de imagem, som e edição, além de uma equipe capacitada que prontamente se disponibilizou a assessorar o processo de filmagem das reportagens da TV Cidadania, levando em consideração o desafio de trabalhar com uma matéria-prima incipiente e em processo de aprendizagem, que são as usuárias, as quais construíram o conteúdo das matérias de TV e compuseram o elenco das reportagens fictícias.

Nesta etapa do processo foi possível trabalhar pedagogicamente, de maneira articulada com os profissionais de jornalismo, aspectos inerentes à escrita, oralidade, norma culta da língua, impessoalidade, imparcialidade, dentre outros componentes da linguagem jornalística. Assim, as educandas participantes puderam aprender na prática, através desse recurso didático, conforme salienta Lolla ET al. (2011, p. 79) “em se tratando de televisão e educação, as aulas comuns já não prendem mais a atenção dos alunos. Por isso, alguns professores podem recorrer à utilização televisiva como um novo recurso pedagógico. Dessa maneira, o interesse de aprender é percebido nos alunos, pois facilita interação da escola com o lar”.

Muylaert (1995, p. 40) ressalta que os programas devem ser educativos, mas uma educação sedutora, provocativa e desafiadora, deve trabalhar o real e o imaginário do aluno, e é nesta perspectiva que se ampara a terceira etapa de execução do projeto, em que a partir do seu imaginário, mas tomando por base os dados verídicos da realidade do trabalho infantil, cada grupo pôde construir sua própria história fictícia que mais tarde, na quarta etapa, foram gravadas em estúdio, depois de um profícuo trabalho de correção das histórias, elaboração e divisão dos personagens,

criação do nome dos telejornais de cada grupo, ensaios, organização do elenco e figurino.

Para dar seguimento a estas etapas foram realizadas duas oficinas de construção das histórias e quatro oficinas de ensaio para as filmagens. Através do processo criativo e da coletividade cada grupo transcreveu, em papel A4 branco, seu roteiro de reportagem, sendo orientado pelos educadores mediadores a criar nome para todos os personagens envolvidos e dar um desfecho para todas as situações, de modo que cada grupo fez o exercício de buscar quais instituições poderiam amparar ou dar resolutividade ao caso de trabalho infantil em questão. Para a efetivação dessa tarefa as educandas precisaram tomar conhecimento do fluxo da rede socioassistencial e de como acontece o processo de denúncia e demais encaminhamentos, com o objetivo de evidenciar isso nas suas reportagens fictícias.

O passo seguinte consistiu em fazer as adequações necessárias em cada história de modo individual (educador – grupo; grupo – educador) e, por meio de um processo dialogado, algumas histórias foram sendo alteradas e/ou complementadas, todavia, sem desconsiderar a ideia central pensada pelas educandas. Essa postura foi tomada na intenção de não recair no modelo que, categoricamente, Freire denomina de “educação antidialógica”, na qual o educador transfere para o educando um conhecimento imposto, alienado, que não é passível de questionamentos, em que o educador detém todo o conhecimento, e o educando por sua vez, nada sabe, fazendo com que sua curiosidade e criatividade sejam minimizadas ao máximo, e ao invés de transformar o mundo em que vivem, adaptam-se, ingenuamente (FREIRE, 1987).

A mediação através do diálogo durante todo o processo de execução da TV Cidadania, coloca em prática um modelo de ensinar oposto a este descrito no parágrafo acima, fora proposto um modelo de “educação problematizadora” (FREIRE, 1987), em que não se pode em hipótese alguma abrir mão do diálogo. Dessa forma, “o educador já não é o que apenas educa, mas o que, enquanto educa, é educado, em diálogo com o educando que, ao ser educado, também educa. Ambos, assim, se tornam sujeitos do processo em que crescem junto.” (FREIRE, 1987, p. 39).

A cada oficina de ensaio as educandas se aproximavam mais da linguagem jornalística, entonação de voz, postura. Nesta etapa do processo, foi possível, superar em muitas situações, a timidez, o medo de falar em público e até mesmo de errar. Através do estímulo dos educadores,

as componentes dos grupos (agora equipes de reportagens) conseguiram melhorar significativamente o seu desempenho para imprimir o melhor de si na etapa final de gravação em estúdio. Essa etapa foi responsável por um encantamento generalizado entre as educandas, para muitas a primeira vez diante de uma câmera, em um estúdio de TV, e, além disso, com a responsabilidade de transmitir uma informação com clareza e autenticidade. Neste momento, emergiram diferentes reações por parte do público alvo direto da ação, algumas conseguiram corresponder com facilidade aos estímulos da equipe de filmagem (composta por educadores mediadores do projeto e profissionais de jornalismo do estúdio), já outras travaram, desconcentraram-se ou simplesmente deixaram o nervosismo predominar diante da sua atuação. Para sanar essa dificuldade, entra em cena o profissionalismo e a técnica jornalística da equipe do setor de comunicação da Arquidiocese, que através daquilo que o uruguaio Mario Káplum difundiu na década de 90 como “educomunicação” (KAPLUM, 1996) foi possível facilitar esse processo. Sobre esse termo, vale saber que

é um campo emergente de intervenção social e de prática profissional que pode ser vista como área de especialização na qual o comunicador e o educador se somam com o objetivo de serem produtores e agentes de um processo social, tendo como protagonista grupos populares, resultado de um processo social, tendo como protagonista grupos populares, resultado de uma necessidade contemporânea que exige de ambos um papel educativo.” (FERRARI in MARQUES DE MELO et al., 2006, p. 10)

Assim, através dessa inter-relação entre a comunicação e a educação, foram gravados 7 (sete) telejornais, sendo três compostos pelas educandas do turno manhã (Bom dia Teresina, Jornal Cidadania, Programa Notícia da Verdade) e quatro compostos pelas educandas do turno tarde (Jornal CDZ, Jornal Hora da Notícia, Jornal Agora, Jornal Tá Ligado Na Notícia), cada um contendo uma reportagem diferente com foco no trabalho infantil. Essa série de reportagens dos diferentes telejornais deram vida à TV Cidadania, que depois de um processo de produção de vinhetas e edição de imagens ficou finalmente pronta para ser apresentada a todas as educandas envolvidas, aos profissionais e demais usuários do serviço.

Por fim, aos treze dias do mês de dezembro de dois mil e dezessete foram realizadas duas atividades de Culminância do Projeto “TV

Cidadania: o trabalho infantil em foco” nos turnos manhã e tarde, possibilitando que todos os usuários e profissionais da unidade pudessem ser telespectadores de uma ação pensada e executada em conjunto. Nesta atividade a valorização dos esforços desempenhados durante todas as etapas do projeto foi de suma importância, a fim de reconhecer o protagonismo das usuárias como único mecanismo capaz de transformar a realidade em que vivem com vistas a superar as diversas situações de violação de direitos que cotidianamente enfrentam.

Os demais educandos puderam ao final participar de uma análise e discussão sobre as reportagens assistidas e tiveram, ainda, a oportunidade de fazer perguntas às educandas produtoras dos telejornais, que puderam expressar em palavras os desafios e, acima de tudo, o grande leque de conhecimentos adquiridos através da metodologia adotada. Com esse movimento pudemos desconstruir o modelo de comunicação verticalizado que distancia, sobretudo, as classes mais populares do acesso à informação, à cultura e ao conhecimento.

4 CONCLUSÃO

O projeto “TV CIDADANIA: o trabalho infantil em foco” viabilizou uma ação socioeducativa construída sistematicamente através de um processo de planejamento e avaliação semanal das atividades desenvolvidas em cada uma das cinco etapas do projeto. As temáticas trabalhadas estão inseridas dentro do eixo de educação em direitos humanos, o que favoreceu a adoção de uma proposta metodológica pautada em oficinas pedagógicas.

As oficinas promoveram espaços de estudo e conhecimento das legislações voltadas para criança e o adolescente, tudo isso desencadeou numa construção coletiva de um saber, de confrontação dessa teoria com as experiências percebidas e vivenciadas nas comunidades das participantes e principalmente de exercício concreto dos direitos humanos. A atividade, a participação, a socialização dos saberes, a vivência de situações concretas através de dramatizações, a análise de documentários, seguido de debates, a leitura e discussão de textos, o trabalho com diferentes expressões fizeram parte da dinamicidade das oficinas.

Os veículos de comunicação exercem uma grande influência comportamental nas crianças e adolescentes. A televisão ao longo das décadas se tornou um dos maiores veículos de comunicação de massa,

através da qual somos ligados com o mundo todo nas mais diferentes escalas, partindo de situações globais para realidades próximas do nosso cotidiano. Desta maneira torna-se um recurso audiovisual aplicável nas metodologias de oficinas, visto que esse recurso é de fácil acesso a todos, o uso da televisão como recurso didático contribuiu positivamente com a exibição de documentários e reportagens que evidenciavam a situação do trabalho infantil na realidade social brasileira, fato que favoreceu processos de compreensão das causas e consequências desta mazela que atinge a infância e a adolescência de milhares de brasileiros os afastando principalmente da escola e da possibilidade de um futuro promissor.

Dentre as funções que os meios de comunicação exercem de informar, entreter e difundir a cultura está o papel de educar, que pode ser executado através da programação televisiva. Na execução do projeto TV CIDADANIA optou-se em priorizar para a grade da programação o telejornal, que possibilitou uma maior aproximação das participantes com a mídia televisiva. O contato estabelecido com profissionais da comunicação e a produção e filmagem dos telejornais fictícios em um estúdio profissional proporcionou uma interação e cooperação entre o grupo, permitindo situações de concentração, criatividade, leitura, escrita, expressão oral e corporal, ajudando a sanar suas dificuldades de uma forma diferenciada e estimulante.

Concluímos que este projeto evidenciou de maneira lúdica a compreensão do trabalho infantil, destacando o caráter socioeducativo de prevenção e enfrentamento a essa problemática. Além disso, foi possível fazer com que as participantes do projeto tivessem uma compreensão significativa no que diz respeito ao processo de encaminhamento e denúncia feito pela rede de proteção à criança e ao adolescente. O processo socioeducativo foi permeado de uma ação pedagógica voltada para os princípios da autonomia e criticidade, e pleno exercício do protagonismo infanto-juvenil, além de ter fortalecido nas usuárias as noções de cidadania e participação social.

REFERÊNCIAS

BRASIL. LEI Nº 8.069, de 13 de julho de 1990. *Estatuto da Criança e do Adolescente*. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/L8069.htm>. Acesso em: 05 de fev. 2018.

FREIRE, Paulo. *Conscientização: teoria e prática da libertação – uma introdução ao pensamento de Paulo Freire*. 3. ed. São Paulo: Cortez & Moraes, 1979.

FREIRE, Paulo. *Pedagogia da autonomia: saberes necessários à prática educativa*. São Paulo: Paz e Terra, 1996.

FREIRE, Paulo. *Pedagogia do Oprimido*. 17. ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1987.

FRYMIER, J. R. *Motivation. The mainspring and gyroscope of learning. Theory into practice*, 1970.

GALINARI, Mellianro Mendes. *Logos, ethos e pathos: “três lados” da mesma moeda*, Alfa, São Paulo, 2014, disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/alfa/v58n2/1981-5794-alfa-58-02-00257.pdf>> acesso em: 06 de fev. 2018.

IBGE. *Censo Demográfico 2010*. Disponível em: <http://www.censo2010.ibge.gov.br>, acesso em: 05 fev. 2018.

IBGE. *Governo recebeu 3,8 mil denúncias de violações contra menores desde maio*, Por Vinícius Lisboa, repórter da Agência Brasil Edição: Valéria Aguiar Fonte: Agência Brasil. Disponível em <<http://www.ebc.com.br/cidadania/2014/06/governo-recebeu-38-mil-denuncias-de-violacoes-contra-menores-desde-maio>>. Acesso em: 08 de fev. 2018.

KAPLÚN, Mario. *El comunicador popular*. 3. ed. Buenos Aires: Lumen-humanitas, 1996.

LOLLA, ET al. *Universitária. Revista Científica do Unisalesiano* - Lins-SP, ano 2, n.3, jan/jun de 2011.

MELO, J. M. de. *Educomídia, alavanca da cidadania: o legado utópico de Mario Kaplún*. São Bernardo do Campo, UNESCO, UMESP, 2006.

MUYLAERT, Roberto. *Marketing cultural e comunicação dirigida*. São Paulo: Globo, 1995.

OMISTE, A. S.; LÓPEZ, M. Del C.; RAMIREZ, J. *Formação de grupos populares: uma proposta educativa*. In CANDAU, V. M.; SACAVINO, S. (org.). *Educar em direitos humanos: construir democracia*. Rio de Janeiro: DP&A, 2000.

PAVIANI, N. M. S.; FONTANA, N. M. *Oficinas pedagógicas: relato de*

uma experiência. v. 14, n. 2, maio/ago. 2009.

RAMOS, Fábio Pestana. *A história trágico-marítima das crianças nas embarcações*. In: PRIORE, Mary Del (org.). *História das Crianças no Brasil*. São Paulo: Contexto, 1999.

REDE COMUNICAÇÃO, EDUCAÇÃO E PARTICIPAÇÃO (REDE CEP). *Mudando sua escola, mudando sua comunidade, melhorando o Mundo!* – Sistematização da Experiência. Brasília: UNICEF, 2010.

SCHRAM, Sandra Cristina; CARVALHO, Marco Antonio Batista. *O pensar Educação em Paulo Freire: para uma pedagogia de mudanças*, 2013. Disponível em <<http://www.diaadiaeducacao.pr.gov.br/portals/pde/arquivos/852-2.pdf>> acesso em: 07 de fev. 2018.

“ERA UMA VEZ”... GRUPO INTERGERACIONAL (RELATO DE EXPERIÊNCIA DO LAR DE S’ANTANA)

FRANCISCO SOARES DA SILVA NETO¹

1 INTRODUÇÃO

Constitui-se lugar comum que, no Brasil estão ocorrendo mudanças nos arranjos familiares e no papel social da mulher, considerada tradicional cuidadora dos membros dependentes da família, somado de acentuado crescimento da população de 80 anos de idade ou mais o que demanda cuidados prolongados e uma redução da oferta de cuidadores familiares. O cenário exige a urgência de implantação de políticas públicas que possibilitem alternativas de cuidados não familiares a determinados idosos.

Nesse contexto, o crescimento da população idosa é um fenômeno de magnitude mundial, que alcança a sociedade em um contexto de grandes mudanças sociais, econômicas e na configuração dos arranjos familiares (BESSA, & SILVA, 2008).

Ainda assim, vale ressaltar que a melhor acomodação para o idoso é a sua própria casa, junto à sua família, porém, atualmente, as famílias têm poucos filhos ou não tem condições de cuidar desse segmento. Assim,

¹ Psicólogo do Serviço de Acolhimento Institucional para Idosos “Lar D’Santana”, CRP: 21/0226

as Instituições de Longa Permanência para o Idoso – ILPIs se apresentam como uma alternativa para moradia destes.

No entanto, segundo Lemos (s/d), quanto maior o período de institucionalização, maior será a debilidade do idoso, ocasionada pelo isolamento social e inatividade física. Diante dessa premissa, o autor traz a importância das relações externas com outras pessoas, familiares e amigos. Assim, o idoso sabe que alguém se preocupa com ele, possibilitando-lhe o desenvolvimento de relações que evitarão o isolamento social e a solidão.

Para atender aos desafios impostos pela institucionalização e diante da necessidade de promover vínculos sociais e emocionais, os projetos intergeracionais surgem como uma possibilidade de oferecer aos idosos, interação social de qualidade fora do ambiente da ILPI.

Programas e projetos intergeracionais são uma interação intencional planejada entre diferentes grupos etários que proporcionam não só estreitamento da comunicação como compartilhamento de conhecimentos, habilidades, sentimento, ideias, e também a prática de atividades cooperativas de valor significativo para ambos (COALITION, 2002).

Os projetos intergeracionais podem reduzir a distância entre jovens e idosos e promover atenção ao passado, presente e futuro por meio do compartilhamento de diferentes valores e estilos de vida.

Nas escolas, os programas intergeracionais visam a beneficiar os jovens e idosos independentemente dos laços familiares, sendo um espaço para discussão e quebra dos preconceitos existentes entre as faixas etárias, de forma que as pessoas possam vislumbrar alternativas para a promoção do bem-estar coletivo (França, Silva, & Barreto, 2010).

Em Instituições de Longa Permanência, a relação intergeracional é um dever a ser cumprido, em atendimento ao Regulamento Técnico para o Funcionamento de Instituições de Longa Permanência para Idosos (RDC nº 283, de 26 de setembro de 2005) da Agência Nacional de Vigilância Sanitária (ANVISA, 2005).

Consequentemente há o resgate da autoestima por meio da atualização e reciclagem, assim como a valorização de si mesmo como cidadão participativo integrado à sociedade. Cachioni e Aguilar (2008) apontam que, conforme proposta de Erick Erikson, o indivíduo idoso por intermédio dos conhecimentos e qualidades pode transmitir aos mais jovens um legado pessoal de experiências para manutenção e progresso contínuo das instituições e da sociedade.

2 JUSTIFICATIVA

A escolha por este projeto, justifica-se por levar em consideração a indagação a respeito do dia a dia do idoso em uma Instituição de Longa Permanência. As atividades ali oferecidas ajudam a preencher os espaços de solidão, isolamento, rotina repetitiva? Ademais, a experiência como psicólogo na ILPI Lar de Sant'Ana, inquietou-me a buscar alternativas sócio-interativas, além do espaço interno da instituição que pudessem somar qualitativamente a outras iniciativas. Este projeto se apresenta como contribuição com práticas e vivências que estabeleçam elos entre os idosos institucionalizados e os de fora da instituição, especificamente escolheu-se as crianças da Casa Reencontro, pois trazem a colaboração dos de “fora” e, principalmente a experiência da geração diferente, mais nova. O contato e a troca de uma geração para com a outra, notadamente despertou interesses dos dois grupos, trouxe melhoria significativa na forma de acolher os idosos por parte das crianças, bem como, melhoria para os idosos, pois o contato com o novo, com os sonhos, perspectivas e esperanças das crianças, ajuda-os a sair da rotina repetitiva, enfim, os idosos se sentem estimulados.

Assim, o esse Projeto foi proposto considerando que o convívio com outras gerações pode causar impacto sobre o estado deprimido e isolado dos idosos institucionalizados, além de proporcionar a discussão, compreensão e desmistificação do envelhecimento às crianças envolvidas.

Por sua vez, também o Projeto, Grupo Intergeracional também colaborou com a possibilidade de acrescentar vínculos emocionais dos idosos com outras pessoas, criando novas atividades aos residentes do Lar de Sant'Ana permitindo que as crianças da Casa Reencontro tivessem a possibilidade de conhecer o indivíduo idoso, passando a se interessar mais por essa fase da vida. Dessa forma, ele pode se tornar agente voluntário e disseminador do conhecimento sobre o envelhecer.

Quanto às crianças e adolescentes, pode-se perceber que a participação no projeto por meio da intergeracionalidade trouxe maior conhecimento sobre a velhice como fase da vida, sobre o envelhecimento como processo do ser vivo e sobre o idoso como indivíduo adulto, heterogêneo e pleno de direitos, papéis e funcionalidade, tanto biológica como social.

Além disso, o projeto atendeu ao Estatuto do Idoso (Lei n.º

10.741 de 1.º de outubro de 2003) válido em todo o território nacional, em seu Capítulo V, Título II - dos Direitos Fundamentais, ao tratar da Educação, Cultura, Esporte e Lazer que envolve a população idosa e que prevê em seu artigo n.º 22: “Nos currículos mínimos dos diversos níveis de ensino formal serão inseridos conteúdos voltados ao processo de envelhecimento, ao respeito e à valorização do idoso, de forma a eliminar o preconceito e a produzir conhecimentos sobre a matéria”

3 OBJETIVOS

3.1 OBJETIVO GERAL

Estimular experiências entre as gerações fora do contexto familiar, rompendo o isolamento social do idoso levando em consideração que é uma área pouco explorada o trabalho conjunto entre duas gerações, através de uma ação intencional, sistematizada e preventiva, que reforça mudanças comportamentais e ideológicas sobre o envelhecimento, promovendo a gestão integrada por meio da troca de experiências entre idosos da ILPI Lar de Sant’Ana e as crianças da casa Reencontro, propiciando a ambos, conhecimentos, habilidades e valores humanos. Além de levar as crianças para um maior conhecimento sobre o processo do envelhecimento.

3.2 OBJETIVOS ESPECÍFICOS

- Possibilitar ao idoso contato social extramuro;
- Aumentar a autoestima e promoção da saúde do idoso e das crianças por meio de vínculos emocionais;
- Possibilitar o debate, com o objetivo de situar a criança/jovem no âmbito do envelhecimento, estimulando a reflexão sobre as condições em que cada indivíduo se encontra;
- Permitir ao autoconhecimento e informação dos grupos intergeracionais

4 METODOLOGIA

Como procedimento metodológico, além das rodas de conversas sistemáticas, realizou-se ações por meio de reuniões e encontros mensais

com os dois grupos em determinados pontos turísticos de Teresina. O projeto promoveu intervenção e dinâmicas para troca de experiência, proporcionando, assim, um vínculo intergeracional.

4.1 CARACTERIZAÇÃO DO UNIVERSO DA PESQUISA

O universo da pesquisa teve abrangência de 02 (duas) instituições, a saber, a ILPI Lar de Sant'Ana, situada à Avenida Rio Poti, 1117, na cidade de Teresina, estado do Piauí. Esta ILPI abriga 17 idosos como residentes provisórios. Em seu regulamento interno o Lar de Sant'Ana acolhe,

Pessoas idosas em situação de vulnerabilidade e risco com 60 anos ou mais, de ambos os sexos, com diferentes necessidades e graus de dependência, que não dispõem de condições para permanecer na família, ou para aqueles que se encontram com vínculos familiares fragilizados ou rompidos, em situações de negligência familiar ou institucional, sofrendo abusos, maus tratos e outras formas de violência, ou com a perda da capacidade de auto cuidado (REGULAMENTO, LAR DE SANT'ANA, 2015).

A outra instituição é a Casa Reencontro, situada na Rua Prof. Odilo Ramos, 1379 Morada do Sol, onde atende menores em situação de vulnerabilidade social na faixa etária de 0 a 11 anos que tiveram a integridade física e afetiva comprometidas, devido à violação de direitos.

4.2 REALIZAÇÃO DO PROJETO

O Projeto “Era uma vez”..., Grupo Intergeracional, teve início no mês de agosto de 2017 e atualmente continua em andamento. Durante estes meses aconteceram doze encontros em locais diferentes. Os encontros aconteceram sempre na parte da manhã e tiveram duração de 02 horas. Cada encontro pode-se contar com a participação de aproximadamente 06 crianças da Casa Reencontro e 08 idosos da ILPI Lar de Sant'Ana. Os encontros foram sempre acompanhados e monitorados pelas técnicas e cuidadoras da casa Reencontro e pelos técnicos e cuidadores da ILPI. A cada encontro as dinâmicas eram diversificadas, dentre elas pode-se citar: Dinâmica “Marcas que deixo”, que consistiu em estimular cada idoso e cada criança a falar sobre algo que gosta de fazer, bem como, a expressar uma qualidade sua. Por fim, os participantes, idosos e crianças

foram incentivados a usar tinta guache nas mãos e fazer marcas em papel madeira. Nesta dinâmica pode-se observar a interação do grupo.

4.3 RESULTADOS

Após 10 (dez) meses de implementação do Projeto, pode-se inferir que da parte dos idosos existe maior integração social, tanto entre os participantes como extensivamente fora do grupo. Constatou-se que o Projeto proporcionou a criação de novas amizades, resgate de autonomia, neste caso, mesmo que minimamente. No entanto, é evidente entre os participantes que a partir do Projeto, houve maior desenvolvimento de habilidades pessoais, como autoestima, autoconhecimento, confiança e motivação. Da mesma forma, percebe-se a ressonância no grupo das crianças, pois do primeiro encontro até o momento constata-se uma evolução qualitativa que vai além da curiosidade. Elas se interessam pelos idosos e suas histórias, bem como, buscam compreendê-los com maior atenção e escuta atenciosa.

5 CONCLUSÃO

Por fim, o Projeto “Era uma vez...”, Grupo Intergeracional, apontou a importância do estabelecimento de ações entre gerações com idosos institucionalizados, pois à medida que gerações diferentes, isso é, crianças e jovens se inter cruzam e sentam-se para troca e escuta mútua há crescimento significativo na compreensão e consequentemente na qualidade de vida dos dois grupos.

De acordo com o desenvolvimento do Projeto pode-se perceber que os idosos se sentem muito mais estimulados para estes encontros, pois sabem que eles os colocam em movimento que os tira da rotina repetitiva; eles sabem que estão indo para alguém que os escuta com o máximo de atenção; nota-se também um crescimento em termos de confiança em relatar suas histórias de vida, possibilidades e dificuldades de seu viver hoje. Ademais, do lado das crianças fica evidenciado um olhar atento e respeitoso; eles falam com os idosos, sim, mas aprendem a escutá-los sem escrúpulos e como um grande aprendizado para suas vidas.

A partir deste Projeto, pode-se observar que tanto as crianças quanto os idosos reconhecem a importância de uma aproximação entre

as gerações. Para os dois grupos o conhecimento, o contato com outra geração, diferente da sua, traz aprendizados. Para os idosos o fato novo de saída para encontrar-se com crianças tornou-se algo grandioso e de valor. O espaço favorecido pelo Projeto lhes proporciona a consciência e a certeza de serem acolhidos desinteressado e respeitosamente, para além do ambiente interno da ILPI. Portanto, o Projeto “Era uma vez...”, Grupo Intergeracional, problematiza e aponta a necessidade de implantação de Políticas Públicas que visem possibilitar iniciativas de intercâmbio entre as gerações de modo especial que efetivem encontros entre idosos institucionalizados e as crianças.

REFERÊNCIAS

BESSA, & SILVA. *Uma experiência de solidariedade entre gerações: contributos para a formação pessoal e social dos alunos de uma escola secundária*. Lisboa: Instituto de Inovação Educacional, (2008).

COALITION, *Intergenerational programmes: public policy and research implications, an international perspective*. In: Hatton-Yeo, A. & Ohsako, T. (Eds.). *A general assessment of IP initiatives in the countries involved: 4-8*. Unesco Institute for Education, The Beth Johnson Foundation. Recuperado de <http://www.unesco.org/education/uie/pdf/intergen.pdf>.

LEMOS (s/d), (2002).

FRANÇA, SILVA, & BARRETO. *Jovens e idosos: família, escola e trabalho*. Porto: Edições Afrontamento, 2010.

BRASIL. *REGULAMENTO TÉCNICO PARA O FUNCIONAMENTO DE INSTITUIÇÕES DE LONGA PERMANÊNCIA PARA IDOSOS* (RDC n.º 283, de 26 de setembro de 2005) da Agência Nacional de Vigilância Sanitária (ANVISA, 2005).

CACHIONI E AGUILAR, *Promoção do bem-estar subjectivo dos idosos através da intergeracionalidade*. Dissertação de mestrado. Universidade de Coimbra, Coimbra, 2008.

BRASIL. *Estatuto do Idoso*. Lei n.º 10.741 de 1.º de outubro de 2003.

ASA. Ação Social Arquidiocesana. *REGULAMENTO, LAR DE SANT'ANA*. ASA & SEMTCAS - Secretaria Municipal do Trabalho, Cidadania e de Assistência Social – SEMTCAS, Teresina, 2015.

CONSTRUINDO LAÇOS DE AFETO E PROTEÇÃO: UMA REALIDADE VIVENCIADA PELAS CRIANÇAS DA CASA DE ACOLHIMENTO REENCONTRO

ALESSANDRA SOBRAL BEZERRA¹
CÁSSIA MARIA LOPES DIAS MEDEIROS²
IZABETE DOS SANTOS LIMA³
MARINA PINHEIRO SOUSA⁴

1 INTRODUÇÃO

A convivência familiar e comunitária é um princípio constitucional regulamentado pelo Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA), no seu

¹ Assistente Social na Secretária Municipal de Assistência Social, Cidadania e Políticas Integradas (SEMCASPI) e na Fundação Municipal de Teresina (FMS). Residência Multiprofissional em Saúde da Família pela Universidade Federal do Piauí.

² Psicóloga na Secretária Municipal de Assistência Social, Cidadania e Políticas Integradas (SEMCASPI) e no Colégio São Francisco de Sales/ Diocesano. Especialista em Terapias Comportamentais pela Faculdade Santo Agostinho (FSA). Bacharel em Psicologia pela Universidade Estadual do Piauí (UESPI).

³ Assistente Social na Secretária Municipal de Assistência Social, Cidadania e Políticas Integradas (SEMCASPI) e Professora na Secretária Municipal de Teresina (SE-MEC). Especialista em Educação e Proteção Social pela Universidade Estadual do Piauí (UESPI).

⁴ Gerente Executiva na Secretária Municipal de Assistência Social, Cidadania e Políticas Integradas (SEMCASPI) e Docente Superior na Faculdade do Médio Parnaíba (FAMEP). Mestre em Sociologia pela Universidade Federal do Piauí. Especialista em Saúde da Família pelo Centro Universitário Uninovafapi. Bacharel em Serviço Social pela Universidade Federal do Piauí (UFPI).

art. 19º, que preceitua “toda criança ou adolescente tem o direito de ser criado e educado no seio da sua família, ou excepcionalmente, em família substituta (BRASIL, 1990, p. 17)”, assim esse fundamento influenciou outras legislações e políticas públicas relacionadas com famílias, e especificamente, com crianças e adolescentes.

A Constituição Federal e o ECA reconhecem a família como espaço privilegiado de humanização, socialização e, portanto, fundamental para o desenvolvimento integral de crianças e adolescentes. No entanto, muitas famílias não conseguem assegurar à assistência necessária as suas crianças e adolescente, resultando na violação dos direitos constitucionais em decorrência de violências físicas, psicológicas e/ou sexuais, negligência, maus-tratos, participação em tráfico de drogas e até mesmo uso de substâncias psicoativas. Diante dessa realidade, o Estado através das Políticas Públicas e mais especificamente com a Política Nacional de Assistência Social (PNAS), através da proteção social especial em nível de alta complexidade efetiva seus serviços, trabalhando na perspectiva de vínculos familiares que estão fragilizados ou rompidos.

Segundo a PNAS, crianças e adolescentes devem está prioritariamente em suas famílias de origem e contextos comunitários, sendo acompanhados através dos serviços de apoio Sócio familiar dos Centros de Referência, ao exemplo de CRAS e CREAS. Entretanto, quando todas as possibilidades de preservação de vínculos familiares e comunitários são esgotadas, faz-se necessário o encaminhamento para Acolhimento Institucional, a fim, de ser efetivado o que determina o art.4º do ECA, “(...) assegurar, com absoluta prioridade, a efetivação dos direitos referentes à vida, à saúde, à alimentação, à educação, ao esporte, ao lazer, à profissionalização, à cultura, à dignidade, ao respeito, à liberdade e a convivência social e comunitária (BRASIL, 1990, p.11)” . Assim, entende-se por acolhimento institucional, um serviço que oferece acolhimento, cuidado e espaços de desenvolvimento para grupos de crianças e adolescentes em situação de abandono ou que as famílias estão temporariamente impossibilitadas de cumprir sua função de cuidado e proteção (BRASIL, 2006).

O Acolhimento é uma medida protetiva, que segundo o art. 5º do ECA, visa garantir que “nenhuma criança ou adolescente será objeto de qualquer forma de negligência, discriminação, exploração, violência, crueldade e opressão, punido na forma da lei qualquer atentado, por ação ou omissão, aos seus direitos fundamentais (BRASIL, 1990, p. 12)”.

Nessa perspectiva, sabe-se que a convivência familiar e comunitária é um direito fundamental de crianças e adolescentes, portanto, o acolhimento institucional e familiar, de acordo com o art.101, “são medidas provisórias e excepcionais, utilizáveis como forma de transição para reintegração familiar ou, não sendo esta possível, para colocação em família substituta (BRASIL, 1990, p. 73)”. Ao passo que as crianças e adolescentes são acompanhados durante o acolhimento para que seus direitos sejam assegurados, as famílias de origem também são assistidas para que superem as vulnerabilidades sociais que ocasionaram o rompimento do vínculo familiar e consequentemente o acolhimento institucional.

Uma vez inseridas em acolhimento institucional ou familiar, crianças e adolescentes também devem receber ações que proporcionam acesso a vivências significativas na comunidade e, se necessário, novas formas de vínculos familiares e comunitários (BRASIL, 2006). Assim, a construção, fortalecimento ou manutenção dos laços comunitários são de suma importância, uma vez que as crianças desenvolvem nesses espaços vínculos afetivos significativos, portanto, mesmo em acolhimento devem ter acesso a festividades, rede socioassistencial, educação, saúde, cultura e lazer, com o objetivo de propiciar o desenvolvimento da autonomia e da socialização que são essenciais para os seus amplos desenvolvimentos.

Uma vez que a criança ou adolescente se encontram acolhidos, a instituição deve ter um conjunto de ações e projetos que possibilitem a construção ou fortalecimento de vínculos comunitários. Dentre essas ações, pode-se citar a participação das crianças em igrejas, se assim elas desejarem, clubes, cursos, grupos de convivência, dentre outras. Para uma maior construção e fortalecimento desses vínculos, muitas Casas de Acolhimento de todo o país, executam um projeto, que contribui de forma positiva para as crianças e adolescentes acolhidos institucionalmente, sendo conhecido como apadrinhamento afetivo. Dessa forma, o apadrinhamento afetivo tem objetivo de aproximar pessoas da comunidade no processo de desenvolvimento de crianças e adolescentes em acolhimento institucional, seja por meio do estabelecimento de vínculos afetivos significativos (BRASIL, 2006). Geralmente nesses projetos, pessoas são selecionadas e capacitadas para apadrinhar uma criança de forma afetiva, possibilitando à criança ter acesso a vínculos familiares e comunitários, através de visitas, passeios aos finais de semana ou férias escolares, assim como orientar e aconselhar o afilhado (a) nas suas vivências familiares e situações de vida.

Nesse contexto a Casa de Acolhimento Institucional Reencontro, instituição que foi inaugurada em 20 de Dezembro de 2012 e aberta ao público no dia 31 de outubro de 2014, pela Prefeitura Municipal de Teresina, institui o Projeto “Laços do Coração”, que tem como objetivo estabelecer uma corresponsabilidade social, por meio de compromisso voluntário afetivo dos padrinhos e madrinhas com as crianças apadrinhadas, possibilitando experiências de convivência familiar e comunitária que oportunizem novas vivências significativas, e promovam avanços em seu processo de desenvolvimento, além do atendimento de suas necessidades materiais.

Ressalta-se que o processo de adoção não tem relação direta com as atividades executadas pelo Projeto “Laços do Coração”. Na adoção, o adulto se torna pai/mãe da criança, já como padrinho/madrinha, será como um apoio e acompanhamento na vida de uma criança que está institucionalizada, durante um determinado tempo, sem implicar qualquer vínculo jurídico.

2 APADRINHAMENTO AFETIVO: O AFETO ALÉM DOS MUROS DA INSTITUIÇÃO

Estudos científicos apontam a importância dos laços afetivos para o desenvolvimento saudável na infância e juventude, portanto, outorgam à família de referência um papel fundamental no crescimento das crianças. Os padrões de comportamento de ligações manifestadas por um indivíduo dependem, em parte, da faixa etária, do sexo e da circunstância e, em parte, das experiências que teve com as figuras de ligação em seus primeiros anos de vida. A base a partir de onde opera este indivíduo será sua família original ou, então, uma nova base para si mesmo (BOWLBY, 2006).

De acordo com Bowlby (2006), a família é o primeiro grupo da qual a criança faz parte, constrói vínculos familiares, aprende a interagir com outras pessoas e a viver em sociedade, portanto, é a base para uma criança, logo depois outros grupos passam a fazer parte da sua vida como igreja, escola entre outros. Entretanto, em uma casa de acolhimento, a construção de referências afetivas encontra-se fragilizada pela exposição das crianças a cuidadores em regime de trabalho plantonista e a vínculos afetivos profissionais, apesar do esforço profissional em garantir atendimento personalizado e em pequenos grupos tentando, assim, chegar o mais próximo possível de uma realidade familiar, como

garantido no ECA.

A necessidade de uma afiliação subjetiva é vital e constitutiva para a saúde mental de crianças e adolescentes. Uma nova experiência de “afiliação” possibilitará a quebra do sentimento de abandono e a recuperação da autoestima pela oportunidade de ter sido eleito por alguém como depositário de investimentos de afetos e cuidados (BOWLBY, 2006). Ter como referência uma pessoa fora do ambiente institucional como um padrinho e/ou uma madrinha tem demonstrado ser uma vivência enriquecedora para ambos os lados, colocando em cheque os preconceitos sociais de etnia, faixa etária ou saúde que, sem dúvida, permeiam nossa sociedade. Este dado pode ser confirmado através de experiências análogas em outras instituições em Teresina, identificadas em conversas com a equipe técnica das casas de acolhimento. Portanto, a vinculação afetiva construída na constância estabelecem relacionamentos estáveis e duradouros que virão a se tornarem referenciais familiares e sociais para suas vidas futuras.

Dessa forma, cada criança poderá ter, no máximo, 02 padrinhos afetivos que podem combinar entre si passeios, finais de semana, viagens, organização de aniversários, visitas a hospitais, etc. O interessado a ser padrinho/madrinha preenche o cadastro com dados pessoais, e escolhe o período pretendido, atenção, a forma/horário que pretende contribuir com o desenvolvimento da criança ou ajuda material. No caso de apadrinhamento afetivo o período é de no mínimo 12 meses e a forma como vai disponibilizar seu tempo é, de no mínimo, 04 horas semanais. O padrinho/madrinha não assumirá um compromisso legal de guarda ou adoção, mas assume uma obrigação moral de colaborar com a criança em suas necessidades materiais, afetivas ou psicológicas, dando apoio tal como os padrinhos fazem com seus afilhados.

As famílias das crianças (de origem, extensa ou ampliada, dependendo do caso) serão informadas sobre o projeto e da possibilidade de inclusão das crianças, sobre o significado de ser um padrinho e da relação com a família, desconstruindo ideias e preconceitos sobre essa relação, que possa prejudicar o andamento do projeto.

Qualquer pessoa ou empresa idônea pode se tornar padrinho ou madrinha nas modalidades de apadrinhamento provedor. Entretanto, para o apadrinhamento afetivo, é necessário preencher mais alguns requisitos. Os candidatos à madrinha/padrinho serão cadastrados, selecionados, preparados e acompanhados pela Equipe Técnica da Casa

de Acolhimento Institucional Reencontro.

A seleção dos padrinhos se dá após iniciar o processo através do preenchimento da ficha de cadastro do candidato a madrinha/padrinho e análise dos documentos entregues, que será realizado em articulação com a 1ª Vara da Infância e da Juventude para verificação se a pessoa e/ou casal se encontra inserido no Cadastro Nacional de Adoção, sendo um dos critérios de eliminação do candidato.

A segunda etapa é a entrevista, onde se inicia o processo de informação e sensibilização do candidato acerca da finalidade do projeto e do papel do padrinho/madrinha no desenvolvimento das crianças, além da identificação do perfil do candidato. O passo seguinte se dá por meio da visita domiciliar, em que se identifica a realidade e dinâmica vivenciada por aquela composição familiar, assim como observação das potencialidades e riscos para o desenvolvimento das crianças inseridas no projeto.

Após passar pelos processos iniciais, que se apresentam no projeto como eliminatórios, inicia-se a etapa de capacitação sendo realizado através de um encontro desenvolvido em dois momentos, são eles: primeiro momento será realizado uma oficina de capacitação com os padrinhos selecionados onde serão abordados os assuntos: desenvolvimento infantil, violência física e psicológica, negligência e maus tratos, limites, vínculo e apego, a realidade da vida em abrigos, aspectos jurídicos, responsabilidade social do cidadão, dentre outros; o segundo momento será realizada uma atividade de aproximação/ interação envolvendo as crianças, sendo levado em consideração à interação, a reação da criança e do padrinho e o vínculo criado.

A interação com a criança que apresenta perfil para o projeto de apadrinhamento só acontecerá após a etapa da capacitação, sendo as etapas imprescindíveis para tal interação. A prévia seleção dos candidatos a padrinhos/madrinhas será realizada observando critérios de afetividade, maturidade, disponibilidade, compromisso, responsabilidade, e outros, sendo ressaltada que toda etapa do projeto é eliminatória.

Ao padrinho/madrinha na modalidade de apadrinhamento afetivo será confiado o acesso às algumas informações sobre a história de vida da criança a fim de propiciar uma compreensão melhor a cerca dos motivos de acolhimento, da história de vida e familiar, do perfil da criança e dessa forma possam ter uma interação afetiva com qualidade.

Concluído todas as etapas e critérios do projeto de

apadrinhamento na modalidade afetiva, as visitas dos padrinhos a Casa Reencontro e a idas das crianças aos finais de semana, passeios e férias escolares serão acordados entre a equipe da instituição e os padrinhos afetivos. Importante lembrar, que as crianças podem viajar com os padrinhos/madrinhas, caso haja autorização judicial da 1º Vara da Infância e da Juventude de Teresina.

3 METODOLOGIA

Este trabalho teve como objetivo compreender o impacto do Projeto “Laços do Coração” no desenvolvimento das crianças acolhidas no Abrigo Reencontro, tendo como objetivos específicos entender as relações de padrinhos e afilhados, através da vivência do apadrinhamento no atual convívio da criança. O método utilizado será de natureza qualitativa, pois segundo Pádua (1997), essa pesquisa leva em consideração as motivações, crenças, valores e representações sociais que permeiam a rede de relações sociais. A entrevista foi o instrumental utilizado para coleta de dados dessa pesquisa, pois conforme Minayo (2008) é através da entrevista que traduz dados que se referem diretamente ao indivíduo, a luz da sua própria reflexão.

Os sujeitos da pesquisa foram sete padrinhos afetivos, seis crianças e quatro cuidadores do Abrigo Reencontro, totalizando dezessete participantes. As questões investigadas na entrevista abordaram os temas propostos no Projeto Laços do Coração, por exemplo, como os padrinhos e as crianças envolvidas no Projeto vivenciam o apadrinhamento. As entrevistas foram feitas individualmente pela equipe técnica do abrigo Reencontro e o critério de escolha foi os padrinhos que já estão a mais tempo inscritos no projeto (no mínimo um ano), as crianças que possuem vínculos afetivos fortes com os padrinhos e os cuidadores que estão lotados na instituição desde inauguração. Os sujeitos da pesquisa foram informados sobre a mesma e foram convidados a assinar ao Termo de Consentimento Livre e Esclarecido garantindo os cuidados éticos previstos na Resolução CNS 196/96, que dizem respeito à participação voluntária, informando sobre garantia de sigilo quanto à sua identidade pessoal; e direito a desistência em qualquer momento da pesquisa, assegurando também a realização de uma devolutiva dos resultados obtidos para os sujeitos.

Por fim, os dados foram analisados por meio da análise de

conteúdo, que segundo Bardin (1977, p. 42):

[...] um conjunto de técnicas de análise das comunicações visando obter, por procedimentos, sistemáticos e objetivos de descrição do conteúdo das mensagens, indicadores (quantitativos ou não) que permitam a inferência de conhecimentos relativos às condições de produção/recepção [...] destas mensagens.

A análise foi feita através das categorias temáticas, o interesse nestas categorias não reside na descrição dos conteúdos “mas sim no que estes poderão ensinar após serem tratados (por categorização) relativamente a outras coisas (BARDIN, 1977, p. 56)”, neste caso ao Apadrinhamento Afetivo e padrinhos, crianças e cuidadores envolvidos.

4 RESULTADOS E DISCUSSÕES

Através de questionamentos realizados aos padrinhos, às crianças e a um grupo de funcionários da casa é possível observar inúmeros benefícios da efetivação desse projeto na vida de todos esses autores envolvidos. No que diz respeito às crianças, foi realizado um momento com seis delas, com idades entre 04 e 11 anos.

Assim, perguntou a elas, o que mais gostam de fazer e aprenderam de mais legal quando estão na companhia de seus padrinhos/madrinhas, importante frisar, que as crianças se expressaram através da fala e de desenhos. Em posse das respostas descritas é possível perceber que o projeto vem atingindo seus objetivos principais, no que diz respeito o compartilhamento de momentos felizes e agradáveis com seus padrinhos, como se pode perceber nas falas abaixo:

“Gosto de passear e brincar com minha madrinha (CRIANÇA 1).

“Gosto de brincar, estudar, comer pizza e hambúrguer com meus padrinhos (CRIANÇA 2)”.

“Gosto de comer fora e brincar “lá embaixo” com meu padrinho (CRIANÇA 3)”.

“Gosto de brincar, assistir, lanchar, tomar café da tarde e escrever com meus padrinhos (CRIANÇA 6)”

Quando nos referimos à convivência comunitária e que essa, contribui para o desenvolvimento, orientação e aconselhamento dos

afilhados (as) em suas vivências familiares e situações de vida, as crianças em suas falas confirmam:

“Eu aprendi com minha madrinha que devo me comportar e estudar (CRIANÇA 1);

“Eu aprendi com meus padrinhos que devo ajudar os tios, ser comportado e obedecer aos cuidadores (CRIANÇA 2);

“Eu aprendi com minha madrinha a ajudar as pessoas, que devo me comportar, obedecer, ser educada e dar boa noite pra ela (CRIANÇA 4);

“Eu aprendi com meus padrinhos a “dar a benção”(CRIANÇA 5).”

Portanto, a vinculação afetiva construída na constância do projeto estabelece relacionamentos estáveis e duradouros que virão a se tornarem referenciais familiares e sociais para suas vidas futuras. Isso é possível ser demonstrado através das respostas dos (as) padrinhos/madrinhas quando indagados sobre como o projeto de apadrinhamento vem contribuindo para o desenvolvimento do (a) afilhado (a): *“Acredito que ela ficou mais aberta a conhecer o novo, notei que tornou-se mais amiga, falante e brincalhona (MADRINHA 4);”*; *“No começo meu afilhado era bem agressivo, não tinha ideia o que era estar em família, quase não conversava. Hoje ele consegue conversar falar o que deixa ele triste e está muito carinhoso (MADRINHA 2);”*; *Acredito que ela ficou mais aberta a conhecer o novo, notei que se tornou mais amiga, falante e brincalhona (Madrinha)*

“Percebendo o seu comportamento com outras crianças fora do abrigo e seu contato com uma família que se deixa envolver dando carinho e sua forma de reagir com pessoas diferentes. E que é algo muito bom que o deixa feliz. O projeto ajuda a socializar e inserir a criança na sociedade dando a ele o conhecer de coisas boas e orientadas para o caminho do bem (PADRINHO 1).”

“No começo meu afilhado era bem agressivo, não tinha ideia o que era estar em família, quase não conversava. Hoje ele consegue conversar falar o que deixa ele triste e está muito carinhoso (MADRINHA 2).”

“Acho que de forma muito positiva porque vimos o desenvolvimento social e psicológico das crianças, com o passar dos dias elas foram aprendendo a ter modos, perderam a timidez, se expressarem mais, compartilhar situações, e sentir segurança em nossa casa, acho que se sentem bem com

a gente (MADRINHA 3)”;

“Na verdade acho que o programa em si existe falhas. Para a criança tem a parte interessante de conhecer outra vivencia familiar. Porém ela fica “perdida” sem referências, por exemplo: na minha casa ela vê o que pode e o que não pode ser feito, porém no abrigo ou em outros lugares já é diferente, então se perde o norte do que realmente é certo ou o errado. A criança no apadrinhamento ela vê como sendo bonito e maravilhoso os momentos que estão longe do abrigo, porém a realidade da vivência no abrigo é outra (PADRINHO 5)”.

“Acredito que tenha contribuído para a criança, pois a mesma tem possibilidade de conviver em meio a sociedade de modo que a possibilita a conhecer e vivenciar experiências familiares e até mesmo uma chance dessa criança não sofrer tanto pela falta de sua família ou de ter uma família. Eu acredito que o projeto só não contribui mais para o desenvolvimento das crianças pela dificuldade que temos em ensinar algo em um fim de semana e a criança passarem a semana fazendo e seguindo regras diferentes, então isso de certa forma atrapalha e pode até mesmo confundir elas, pra mim é o que tem dificultado um pouco as coisas e foi através dessas dificuldades que pensamos em ajudar mais diferentemente essa criança, a ideia nunca foi adotar, mas sim dá uma oportunidade a mais pra ele, pena não ter dado certo, mas como padrinhos tentaremos, fazer o que estiver ao nosso alcance pra ajudar (PADRINHO 6)”;

“Pela falta de tempo não venho acompanhado o J.V como gostaria... Queria muito poder estar mais próxima, mas desde novembro do ano passado minha rotina mudou... Com o J.V às vezes não é muito fácil porque ele é uma criança que tem muita dificuldade em acessar seus sentimentos, emoções... mas o que eu quero deixar pra ele é que ele tem um Pai que cuida dele, tento trabalhar esse lado da espiritualidade com ele, e sempre converso com ele pra ser um rapaz mais obediente e respeitar o próximo... eu espero deixar algo de positivo na vida dele, tenho orado por ele e eu espero que em nome de Jesus aconteça um milagre na vida dele e encontre uma família (MADRINHA 7)”.

Ter como referência uma pessoa fora do ambiente institucional como um padrinho e/ou uma madrinha tem demonstrado ser uma vivência enriquecedora para ambos os lados colocando em cheque os preconceitos sociais de etnia, faixa etária ou saúde, que sem dúvida, permeiam nossa sociedade. Isso pode ser confirmado através das respostas

dos entrevistados (as) quando indagados (as) sobre o impacto do projeto sob suas vidas, eles/elas responderam: *“Para nossas vidas muitas alegrias e bênçãos poder ajudar e ainda aprender com elas e poder reconhecer a necessidade do próximo e amenizar através de afeto e pequenos gestos de carinho. Muito agradecida pela oportunidade (Madrinha 3)”*; *“Me deixou com mais vontade de cuidar das pessoas, me fez voltar a gostar de muitas atividades de criança, a sorrir de pequenas coisas (Madrinha 4)”*; *“Na verdade na minha vida não trouxe impactos muito positivos com o programa, com as falhas me deixou um pouco distante, porém pelo lado bom de ajudar ao próximo e tentar mostrar referências para uma criança abrigada é muito gratificante (Padrinho 5)”*; *“O projeto proporcionou vivenciar uma experiência que até então não tinha, como vê e sentir a chance de cuidar de uma criança, como um filho, como alguém da família, poder repassar princípios e mostrar o caminho a qual essa criança deve seguir (Padrinho 6)”*; *“Aprendi a ser mais grata, porque às vezes reclamava demais e com a história de vida dele e das outras crianças aprendi a valorizar mais minha família... e também que para agradar uma pessoa basta você estar perto, na simplicidade agradamos o próximo...(MADRINHA 7)”*;

“A responsabilidade de ter uma criança a meus cuidados e saber que devo educá-la aquele tempo que estará comigo e minha família no projeto e que o essencial é amar e quantas coisas mudam a forma de pensar, de agir, sempre lembrando do mesmo em tudo que vou querendo levá-lo para participar de momentos alegres e felizes. Quanto a mim deu um novo olhar para uma criança que só precisa de amor (Madrinha 1)”.

“Para nossa vida foi uma mudança incrível, descobrimos que existe amor além daquele de sangue. Entramos no projeto para ajudar uma criança, mas os beneficiados foi minha família. Hoje trocemos para que a mãe dele se recupere e possa dar a ele todo amor e carinho, mas queremos continuar acompanhando e ajudando no crescimento dele (Madrinha 2)”.

Observa-se que dos sete padrinhos entrevistados apenas o Padrinho 5, aponta não ter vivenciado a experiência de forma gratificante afirmando que não consegue observar esses impactos positivos em sua vida. Apontou também as falhas existentes no projeto, especialmente, em relação à dificuldade que a criança encontra em ter referência: “o abrigo” ou “o padrinho”; sabe-se que esse conflito é bastante comum, no entanto espera-se com as capacitações e orientações subsidiar os adultos, no caso

os padrinhos, para que eles possam minimizar esses conflitos, é bastante importante essa avaliação e reflexão para atuar de forma mais preventiva e eficaz no projeto.

No entanto, ainda é possível observar em sua fala, que ela aponta ter sido gratificante saber que “ajudou o próximo”, o que, de certa forma, pode-se concluir que também houve essa vivência enriquecedora para ambos os lados, mesmo que de forma incompleta. Considera-se também a especificidade de cada caso das crianças em acolhimento institucional: história de vida, motivos do acolhimento, situação jurídica, comportamento na casa, entre outras.

De acordo com Weber (1995), crianças que estão em abrigos recebem respostas inconsistentes quando choram ou passam por situações de estresse, já que nem sempre é possível que alguém esteja disponível para confortá-las. O ambiente empobrecido de estímulos, sem retorno afetivo, acarreta menos conexões cerebrais no desenvolvimento das crianças levando a um raciocínio abaixo da média, atraso escolar, depressão, pseudo-autismo e insegurança, sendo algumas das consequências para crianças e adolescentes que passam por abrigos, assim desenvolvimento atrasado e falta de referência são aspectos comuns encontrados, aspecto que o Padrinho 5, apontou como uma falha no projeto, na verdade é uma consequência já estudada do acolhimento institucional, as crianças, geralmente são cuidadas por cuidadores que se dividem em quatro turnos durante o dia, cada um com seu jeito, as referências realmente, ficam bem confusas.

Um estudo feito por pesquisadores da universidade de Harvard, durante 16 anos, em instituições de acolhimento da Romênia com bebês que foram institucionalizados, concluiu que para cada ano em uma instituição, o bebê perde quatro meses do seu desenvolvimento cerebral e de sua autonomia. Outro aspecto que nos aponta para uma efetivação dos benefícios do projeto de apadrinhamento para as crianças é a forma como os cuidadores observam isso, pois são os profissionais que vivenciam de forma mais próxima o comportamento das crianças, assim sendo, foi levantado sobre as mudanças e/ou alterações comportamentais que esses profissionais observaram nas crianças depois da inserção dos mesmos no projeto “Laços do Coração”: *“As positivas tipo: “Joãozinho” chega alegre, tem se comportado melhor, tenho percebido ele mais calmo. “Pedrinho”, está muito calmo tem mudado muito seu comportamento, está mais alegre (CUIDADOR 2)”*; *“Senti os meninos mais cheios de vida, expectativas.*

Chegam dos passeios contando o que viram e experimentam com um brilho diferente no olhar. E assim por várias vezes presenciei abraços sinceros entre eles. Após uma reflexão (CUIDADOR 4)”;

“Eu como cuidadora observei que depois do apadrinhamento, o comportamento das crianças melhoram bastante. Como? Obedecendo mais, criança que não falava muito bem, hoje estão falando bem melhor, o que tinha bloqueio está sendo resolvido. Estão mais carinhosas, compreensivas, estão se comportando bem quando sai com os padrinhos. Tem uma madrinha que sempre leva pra igreja e eles aprenderam até a rezar, estou falando de modo geral de todas as crianças. Quando chega o dia da madrinha vir buscar para passear ou passar o fim de semana eles ficam muito ansiosos. Pois tem uns que eram muito agressivos e hoje são muito carinhosos (CUIDADORA 1)”.

“ As crianças têm contato e aprendem a ser família; aprendem sobre amor, carinho e compreensão; ajuda no aprendizado do papel deles numa família, da chance deles saírem do abrigo e conhecerem lugares e realidades diferentes. As crianças têm a oportunidade de conhecer e viver coisas que não viveriam de outra forma. Os padrinhos ajudam a ensinar e cuidar no crescimento da criança (CUIDADOR 3)”;

Assim, a necessidade de uma afiliação subjetiva é vital e constitutiva para a saúde mental de crianças e adolescentes. Uma nova experiência de “afiliação” possibilitará a quebra do sentimento de abandono e a recuperação da autoestima pela oportunidade de ter sido eleito por alguém como depositário de investimentos de afetos e cuidados (BOWLBY, 2006).

5 CONCLUSÃO

O apadrinhamento afetivo é um projeto que visa minimizar os impactos negativos trazidos com a institucionalização, o projeto articula com os objetivos apresentados pelo ECA, ou seja, o/a padrinho/madrinha participa e acompanha a vida da criança, proporcionando a vivência familiar e integração, o convívio comunitário fica composto por apoio, carinho, amor e experiências familiares. Apesar das vantagens do Projeto de apadrinhamento, podemos observar que existe desvantagem, embora a convivência entre padrinhos/madrinhas e afilhados (as) seja constante

e permanente, a criança sempre está ligada à instituição responsável por seu acolhimento.

É válido frisar que o apadrinhamento afetivo não é uma via facilitadora para adoção. A adoção não acontece vinculada ao Projeto Laços do Coração. Porém, as crianças que estão inseridas no projeto possuem idade, considerada em nosso país, como adoção tardia, o que dificulta adoção ou retorno do convívio familiar, e assim, o Projeto parece ser a medida mais próxima à convivência familiar e comunitária externa à situação de acolhimento institucional. Assim, tem-se a necessidade de focar em uma postura inovadora em relação à criança institucionalizada, com objetivo de superar paradigmas.

Tem-se, como resultado da pesquisa, que é possível compreender que o projeto Apadrinhamento Afetivo oferece as crianças da Casa Reencontro uma aproximação à convivência familiar e comunitária, além da possibilidade de afiliação subjetiva que é vital para manutenção da saúde mental, aspectos já previstos em vários documentos norteadores sobre acolhimento institucional e de experiências exitosas pelo mundo inteiro. Conclui-se, que este projeto consegue cumprir o que se propõe especialmente no que se refere à garantia do bem-estar das crianças, através da formação de vínculos afetivos e recuperação da autoestima.

REFERÊNCIAS

BOWLBY, J. *Cuidados maternos e saúde mental*. São Paulo: Martins Fontes, 2006.

BRASIL. Conselho Nacional de Assistência Social. *Orientações Técnicas Serviços de Acolhimento para Crianças e Adolescentes*. Disponível em: <<http://www.mds.gov.br/cnas/noticias/cnas-e-conanda-orientacoes-tecnicas-servicos-de-acolhimentopara-criancas-e-adolescentes-1.htm>>. Acesso em: 08 de janeiro 2018.

BRASIL. Lei n.8069, de 13 de julho de 1990. *Dispõe sobre o Estatuto da Criança e do Adolescente e dá outras providências*. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/Leis/L8069.htm>. Acesso em: 08 de janeiro 2018.

MINAYO, M. C. S. (2008). *O desafio do conhecimento: pesquisa qualitativa em saúde*. 11^a ed. São Paulo, SP: Hucitec.

PÁDUA, E. M. M. (1997). *Metodologia da Pesquisa: Abordagem teórico-prática*, 2ª ed. Coleção Magistério: Formação e Trabalho Pedagógico. Campinas, SP: Papirus.

WEBER, L.N.D. & Kossobudzki, L.H.M. *Filhos da solidão: institucionalização, abandono e adoção*. Curitiba: Governo Estado do Paraná, 1995. (no prelo).

WEBER, L.N.D. & Gagno, A.P. *Onde Estão os Vínculos das Crianças institucionalizadas?* Trabalho apresentado no X Congresso Latino-Americano de Psiquiatria da Infância e da Adolescência. Curitiba, abril de 1995. Caderno de Resumos, p. 25.

OS AVANÇOS DO SERVIÇO ESPECIALIZADO EM ABORDAGEM SOCIAL (SEAS) NA POLÍTICA DE ASSISTÊNCIA SOCIAL NO MUNICÍPIO DE TERESINA: A EXPERIÊNCIA DO CENTRO DE REFERÊNCIA PARA POPULAÇÃO EM SITUAÇÃO DE RUA (CENTRO POP)

CARMEN CÉLIA ARAÚJO GOMES¹
LEOMAR FERREIRA DO NASCIMENTO²
MARIA DO CARMO DA COSTA E SILVA³

1 INTRODUÇÃO

A discussão sobre a situação da população de rua no Brasil é presente na Política Nacional de Assistência Social – PNAS/2004, que vem garantir os direitos sociais do cidadão, dentro da perspectiva do Sistema Único de Assistência Social – SUAS, que define e organiza elementos essenciais par o desenvolvimento das ações do SEAS junto a pessoa em situação de rua. O Centro de Referência Especializado para População em Situação de Rua – CENTRO POP é um Centro Especializado da Proteção Social Especial de Média Complexidade/SUAS que mantém uma estreita

¹ Coordenação Técnica CENTRO POP/SEMCASPI – Assistente Social. Nº-756-CRESS- 22ª Região.

² Educador Social do Centro POP/SEMCASPI – Historiador (UFPI).

³ Agente de Proteção Social CENTRO POP/SEMCASPI – Assistente Social Nº 3.043-CRESS- 22ª Região.

relação com o sistema de garantia de direitos. O CENTRO POP apresenta dois serviços, conforme a tipificação dos serviços socioassistenciais (2009), o Serviço Especializado em Abordagem Social - SEAS e o Serviço Especializado para Pessoa em Situação de Rua - SEPSR.

O Serviço Especializado em Abordagem Social – SEAS conta com os/as Agentes de Proteção Social (APS) profissionais que realizam abordagem e busca ativa junto às pessoas em situação de rua que se encontram no município de Teresina, em todas as regiões da cidade.

O Serviço Especializado para Pessoa em Situação de Rua - SEPSR presta atendimento especializado à população que chega ao serviço, seja por demanda espontânea, seja por meio de encaminhamentos realizados pela rede socioassistencial, de outras políticas públicas e Sistema de Garantia de Direitos.

Trata-se de uma unidade pública que deve proporcionar vivências para o alcance da autonomia dos usuários, mobilização, participação social, fortalecimento dos vínculos interpessoais e/ou familiares visando novas perspectivas de vida.

O CENTRO POP busca por meio desta produção, ser reconhecido como uma prática que vem dando certo no município de Teresina, considerando a prestação de dois serviços relevantes para esta população. Considerando e priorizando o edital de boas práticas, aqui se tratará mais especificamente do Serviço Especializado em Abordagem Social. A publicação deste trabalho será importante por se constituir um registro fundamental do trabalho como forma de apresentar o serviço desenvolvido para a comunidade acadêmica e comunidade em geral com o intuito de publicizar este importante serviço para a cidade de Teresina e principalmente para os usuários acompanhados/abordados pelo SEAS.

2 O REORDENAMENTO DO SEAS ENQUANTO AÇÃO IMPACTANTE DENTRO DO MUNICÍPIO DE TERESINA

O reordenamento do SEAS propiciou a partir do ano de 2014 a ampliação do SEAS do CENTRO POP porque agregou um número maior de profissionais. Antes do reordenamento o CENTRO POP contava com 9 (nove) Agentes de Proteção Social, a partir do reordenamento a equipe aumentou para 23 agentes de proteção social, distribuídos nos três turnos de trabalho, o que só era desempenhado no período noturno.

O reordenamento do SEAS alcançou todos os serviços voltados para a população em situação de rua, impactando em uma melhor orga-

nização do atendimento. Desta forma envolveu os Centros de Referência Especializado de Assistência Social – CREAS, Centro de Referência Especializado para População em Situação de Rua- CENTRO POP e Casa do Caminho que ganhou uma nova sede e aumentou o número de vagas disponíveis para pernoite, visando prestar melhor assistência às pessoas em situação de rua. O SEAS tem a finalidade de assegurar o trabalho socioassistencial de abordagem de rua e busca ativa, nas praças, logradouros, prédios abandonados e vias públicas. Buscando sensibilizar e ofertar atendimento às crianças, adolescentes jovens, adultos idosos e famílias que se encontra em situação de rua.

Os/as Agentes de Proteção Social – APS realizam seu trabalho de forma continuada nas quatro regiões da cidade (zona leste, zona norte, zona sul e zona sudeste) com o auxílio de um carro, seguindo uma rota (escala) e atendendo denúncias que chegam por meio de ligações, presencial e através do disque cidadania 100. Essas equipes trabalham de segunda a segunda nos turnos manhã, tarde e noite.

O processo de abordagem se dá de forma sistemática, realizado nos diversos pontos de Teresina onde se identifique a presença de usuários/as dos serviços. Os APS buscam sensibilizar os/as usuários/as a buscarem seus direitos, informam e orientam sobre a oferta de todos os serviços da Unidade do CENTRO POP e outros serviços disponíveis para esta população.

Atualmente, o município de Teresina conta com 22 APS no CENTRO POP e os demais nas Unidades do CREAS Norte, CREAS Sul, CREAS Sudeste e CREAS Leste. O SEAS dentro das Unidades dos CREAS tem uma significância ímpar, pois através dessa equipe que o/a usuário/a que se encontra nos bairros mais distantes chega a ter acesso aos serviços da rede, fortalecendo dessa maneira, a Política de Assistência Social no Município de Teresina. O SEAS desenvolve um serviço que potencializa os direitos sociais.

2.1 OS AVANÇOS DO SEAS NA POLÍTICA PARA A PESSOA EM SITUAÇÃO DE RUA NO MUNICÍPIO DE TERESINA

Muito se tem avançado nos últimos anos em defesa dos direitos da pessoa em situação de rua em Teresina. O SEAS realiza ações diversas que vem contemplar a demanda que busca esses serviços. O SEAS busca por meio de cursos, capacitações, oficinas, seminários e outras formas de conhecimento a qualificação profissional já que o público é bastante

diversificado e as equipes necessitam de aperfeiçoamento de trabalhos junto aos/as usuários/as para assim compreender melhor a especificidade de cada pessoa atendida e o contexto social os quais fazem parte. Os Agentes de Proteção Social que integram o SEAS trabalham organizados em dupla, trio ou mesmo quarteto (nunca sozinho), isso porque cada profissional dará o apoio ao outro em qualquer situação que surja durante o momento da abordagem social no espaço da rua.

O intuito desta ação profissional consiste em estar trabalhando uma política inclusiva na sociedade. O avanço dessa política vê-se nos resultados obtidos no decorrer dos dias dentro da Unidade do CENTRO POP, considerando que o público se encontra em condições de extrema pobreza e são considerados “invisíveis” perante a sociedade e ao estado que não oferece a essas pessoas a devida proteção e garantia de seus direitos de forma integralizada.

Geralmente essa população é quase exclusivamente proveniente das camadas mais pobres da sociedade, são pessoas muitas vezes do próprio município, outras oriundas de cidades vizinhas e mesmo de outros estados e até de países estrangeiros, as pessoas em quase sua totalidade possuem baixa renda ou mesmo nenhuma outra fonte de renda, baixa escolaridade e qualificação profissional precária, cujos vínculos familiares muitas vezes estão rompidos ou fragilizados. Destaca-se também o fato de boa parte fazer uso abusivo de substâncias psicoativas, culminando também em dependência química. É também da realidade dessa população a falta de perspectivas em relação a um futuro melhor, provocando a perda de autoestima e até autonomia para buscar a garantia de seus direitos.

2.2 EXPERIÊNCIAS EXITOSAS DO SEAS NO MUNICÍPIO DE TERESINA

Mesmo diante da complexidade vivenciada nos processos de trabalho na Unidade do CENTRO POP, é possível contar com algumas experiências exitosas. Dentro da dinâmica dos serviços, o SEAS consegue sensibilizar o usuário para “aderir” aos serviços oferecidos dentro da unidade e em outras ofertas que possam contribuir para a efetivação da cidadania deste segmento. Uma das práticas sistemáticas é abordagem social que faz com que o usuário se perceba como protagonista dessa política, bem como, participe das atividades e busque os serviços da rede socioassistencial a partir dos serviços que o CENTRO POP oferece.

O SEAS busca dar uma resposta precisa às demandas, em alguns

casos específicos, por exemplo, podemos citar o da usuária de iniciais A.J.F.N, 33 anos. Acompanhada desde abril de 2008. Encaminhada pelo CREAS Leste, teve 06 (seis) abortos. Tem vínculos familiares rompidos devido ao uso excessivo de substância psicoativa. A mesma se encontrava no espaço da rua há mais de 10 anos. Devido ao uso de substância psicoativa apresenta alguns problemas de saúde. Esteve durante cerca de dois meses em uma parada de ônibus na principal avenida da cidade, de lá não saía para local algum, permanecia sentada no banco, inclusive fazendo suas necessidades fisiológicas no local. Fato este que chamou a atenção das pessoas que por lá passavam. Para retirar a usuária daquela situação, foi necessária uma articulação institucional envolvendo também a política pública da saúde do município, SAMU, Consultório na Rua e Unidade de Saúde do Monte Castelo, onde ficou internada por um tempo até se reestabelecer fisicamente. Durante o período em que se encontrou no espaço da rua, foi conduzida pela equipe do SEAS, para a casa do Caminho (casa de passagem) onde permaneceu por aproximadamente 10 meses. Após este período, foi encaminhada para uma casa terapêutica (Casa do oleiro) que teve pouca permanência (20 dias) e hoje se encontra vivendo com familiares em um município de Piriá - Piauí.

Outro caso que é exemplo de experiência exitosa foi o caso da usuária conhecida como L.S.S. 42 anos, usuária que costumava ficar em um “lixão” conhecido como “lixão da engecopi” na zona Sul de Teresina, se encontrava no espaço da rua há 20 anos precisamente, e nos últimos três anos ficou com sua saúde bastante comprometida, fazendo com que a usuária aderisse aos serviços da rede. O SEAS se articulou com hospital do Mocambinho para onde a mesma foi conduzida pela equipe para uma internação, momento em que foram diagnosticadas outras doenças que provocou a sua transferência para o Hospital de Doenças Tropicais Natan Portela. O SEAS realizou uma busca ativa da família e encontrou um filho que relatou que tinha uma tia que poderia cuidar de sua mãe. O SEAS acompanhou por alguns momentos o processo de tratamento da usuária dentro do Hospital Natan Portela, após a alta médica, ela foi residir com sua irmã, no Bairro Vila Irmã Dulce.

A Sra. **M** tem aproximadamente 60 anos, se encontrava em situação de abandono e negligência, sofreu violência física e psicológica por parte de sua filha **V** (etilista). A família havia sido abordada pela equipe do SEAS do CREAS Sul e CENTRO POP. No período que a Sr. **M** sofreu violência física a equipe do SEAS, acionou o SAMU e a mesma foi conduzida para atendimento médico, oportunidade em que foram realizados

todos os procedimentos cabíveis. Após a alta hospitalar, a Sra. **M** foi encaminhada para a Casa do Caminho e ficou por alguns dias até ser articulada uma vaga em uma casa de longa permanência, no caso a instituição de longa permanência que é parte da rede socioassistencial de Teresina (proteção social de alta complexidade) “Lar de Santana”, onde a mesma se encontra até o presente momento. Cabe lembrar que na família da Sr. **M**, todos são envolvidos com o uso abusivo de substâncias psicoativas e possuem vínculos familiares fragilizados.

Além destas situações destacadas, o SEAS vem ao longo dos anos colaborando com a resolutividade de situações que surgem no cotidiano do espaço da rua, seja por meio dos encaminhamentos realizados, possibilitando muitas vezes o retorno das pessoas ao seio familiar. É comum pessoas que apresentam um estado de desorientação se perderem nas ruas e ficarem sem noção de espaço, de tempo, “sem identidade”, principalmente idosos e necessitam serem encaminhadas para a casa ou mesmo para um atendimento de saúde, esta é uma demanda que vem se apresentando ao SEAS cotidianamente.

O trabalho tem o apoio do transporte disponível, um importante apoio logístico para as visitas mais distantes. Com relação à equipe de profissionais, os/as Agentes de Proteção Social contam com uma equipe de educadores/as sociais que orientam e organizam as escalas de plantão das equipes e tem na equipe técnica da Unidade um importante apoio no que se refere às orientações técnicas sobre a natureza do trabalho, bem como apoio quanto aos estudos de caso realizados que podem impactar nos encaminhamentos e até mesmo resolutividade das situações em questão.

3 CONCLUSÃO

Com base nos relatos citados nesta produção podem-se identificar os avanços e a importância do trabalho desenvolvido pela equipe do Serviço Especializado em Abordagem Social no município de Teresina, destacando-se a importância do reordenamento dos serviços voltados para a população em situação de rua, pois trouxe mais agilidade, dinamicidade ao trabalho, atingindo determinados pontos da cidade que não abrangia antes em um trabalho sistematizado e orientado, conforme uma escala de visitas aos principais locais de permanência de pessoas em situação de rua.

Observa-se a partir dos casos apresentados a importância também do trabalho em rede para resolutividade das situações, partindo do princípio da garantia de direitos e políticas públicas com as quais o CENTRO POP está articulado.

É importante destacar que os avanços desta política pública vêm beneficiando pessoas que historicamente viviam em total negação de direitos devido a sua condição de classe subalterna, totalmente marginalizada, em uma realidade social contraditória a partir dos ditames de uma sociedade capitalista, em que se valorizam apenas as pessoas que produzem a riqueza social.

Mesmo com os avanços observados, muito ainda se tem que alcançar no que se refere ao atendimento a esta população, principalmente com relação à inserção deste público em outras políticas públicas de forma que se visualize também a importância de um atendimento de forma integral, vencendo-se a premissa de que pessoas em situação de rua são de “exclusividade” público da política de assistência social. Portanto, luta-se para avançar também neste aspecto, que a população em situação de rua seja vista como cidadãos de direitos que deve tem a cidadania garantida, na rua ou em qualquer local onde permaneça.

REFERÊNCIAS

Regulação dos serviços socioassistenciais do município de Teresina. SUAS e População nem situação de rua. Vol III. Brasília, 2011. Gráfica e Editora Brasil LTDA.

Política Nacional de Assistência Social – PNAS/2004. Política Nacional Básica NOB/SUAS, Brasília, 2005.

Tipificação Nacional de Serviços Socioassistenciais Documento Base – Fichas de Serviços. Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome Secretaria Nacional de Assistência Social. Brasília, 2009.

Orientações técnicas: Centro de Referência Especializado para População em Situação de Rua- Centro Pop: SUAS e população em situação de rua. Volume III. Brasil, Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome.

SOBRE ESTE LIVRO

Formato: 15,5 x 22,5 cm
1º edição

EQUIPE DE REALIZAÇÃO

Iracilda Alves Braga (Organizadora)
Ronyere Ferreira; Erick Marleisson (Diagramação)
Francisco Magno Lima Alves (Capa)
José Wanderson Lima (Revisão)

Esta obra está protegida pela Lei 9.610/98. É proibida sua reprodução total ou parcial sem a autorização prévia da organizadora. O infrator estará sujeito às penalidades previstas na Lei.